Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva

CELEI Chile

Fazeres epistêmicos e a educação de surdos

Maria Izabel dos Santos García (Comp.)

Sello Editorial
Revoluciones sordas

EDICIONES CELEI

Datos de catalogación bibliográfica

Maria Izabel dos Santos Garcia (Comp.).

Fazeres epistêmicos e a educação de surdos

© Ediciones CELEI.
© Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva | CELEI | Chile.
ISBN: 978-956-386-021-4
CC 4.0 Internacional-Reconocimiento-No Comercial-Compartir Igual.
Materia: estudios sordos, epistemologías sordas, pedagogia, derechos sociales y culturales, etc.
Páginas: 104

AGOSTO, 2020 (Primera Edición)

Maria Izabel dos Santos Garcia (Coord.).
Fazeres epistêmicos e a educação de surdos

ISBN: 978-956-386-21-4

© Editor: Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva | CELEI | Chile
© Edita y publica: Ediciones CELEI | Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva | CELEI | Chile
Ciudad: Santiago de Chile
Diseño: Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva | CELEI
Composición: Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva | CELEI | Chile
Contacto: celei@celei.cl – ediciones@celei.cl

**Esta obra podrá ser distribuida y utilizada libremente en medios físicos y/o digitales. Su utilización para cualquier tipo de uso comercial queda estrictamente prohibida. Ediciones CELEI podrá iniciar acciones legales en contra de las personas que no respeten esta disposición, CC 4.0: Internacional-Reconocimiento-No Comercial Compartir igual.

Publicación arbitrada internacionalmente por pares académicos.

FAZERES EPISTÊMICOS E A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Maria Izabel dos Santos Garcia (Comp.)

Autores:

Alexandre Luiz Lopes Pinto
Ana Regina e Souza Campello
Antônio Campos de Abreu
Magno Prado Gama Prates
Maria Izabel dos Santos Garcia
Rebeca Garcia Cabral
Ruan Sousa Diniz

Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva
CELEI Chile
EDICIONES CELEI

CONSEJO EDITORIAL

EDICIONES CENTRO DE ESTUDIOS CELEI

Miembros Internacionales

Dra. Verónica Violant Holtz | Univ. de Barcelona | España
Dra. Genoveva Ponce Naranjo | Univ. Nacional del Chimborazo | Ecuador
Dra. Inés Dussel | DIE-CINVESTAV | México
Mg. Óscar García Muñoz | Director de DILOFÁCIL | España
Dra. Elena Jiménez Pérez | Univ. de Jaén | España | Presidenta de la Asociación Española de Comprensión Lectora | España
Dr. Emilio Ortiz | Universidad de Holguín y Centro de Estudios de Educación (CECE) | Cuba
Dra. Maria Izabel García | Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva (CELEI) | Chile
Dra. Cecilia Navia Antezana | Univ. Pedagógica Nacional | México
Dra. Andrea Pérez | Directora del Observatorio de la Discapacidad | Univ. Nacional de Quilmes | Argentina
Dr. Roberto Follari | Univ. Nacional de Cuyo | Argentina
Dra. Maria Fátima Di Gregorio | Univ. Estadual Do Sudoeste Da Bahía | Brasil
Ph.D. Kelly Kathleen Metz | The University of Southern Mississippi | EE.UU
Dra. Zardel Jacobo | Univ. Nacional Autónoma de México | México
Dra. Concepción López-Andrada | Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva (CELEI) y Univ. de Extremadura | España
Dr. Juan Ramón Rodríguez Fernández | Univ. de León | España
Dra. Soledad Vercellino | Univ. Nacional de Río Negro | Argentina

Índice

Apresentação *9*
Maria Izabel dos Santos Garcia

Prefácio *12*
Valéria Marques de Oliveira

Capítulo I *17*
Surdos e um breve histórico
Antônio Campos de Abreu

Capítulo II *30*
Idosos surdos: um arquivo da memória e língua de um grupo social
Maria Izabel dos Santos Garcia

Capítulo III *44*
A história do teatro dos surdos no Brasil
Alexandre Luiz Lopes Pinto - Rebeca Garcia Cabral

Capítulo IV *63*
Professores de LIBRAS: quem ensina?
Ana Regina e Souza Campello, Antônio Campos de Abreu & Magno Prado Gama Prates

Capítulo V *73*
Tragudores e intérpretes de LIBRAS
Ruan Sousa Diniz

Posfácio *89*
Por uma epistemologia das diferenças
Sandra Regina Costa de Araujo Hott

Sobre os autores *98*

APRESENTAÇÃO

Estoy consciente de lo que es ser sordo y estamos orgullosos de nosotros mismos como personas sordas, orgullosas de nuestra lengua y de nuestra cultura. Nuestra función como sordos nos permite tomar consciencia de nosotros mismos y respaldar a nuestros iguales.
(Juan Eugenio Ravelo-Mendoza)

Este livro é uma construção coletiva, atravessada pelo protagonismo dos surdos. Para além dos aspectos epistêmicos, o mesmo foi idealizado com o objetivo de trazer à tona diferentes fazeres que apontam na direção de um questionamento permanente acerca do que envolve o pertencimento a esse grupo social. Os textos que o compõe coadunam com um processo mais amplo de reflexão sobre a educação dos surdos brasileiros.

Ressaltamos que os questionamentos apresentados por membros das comunidades de surdos ao longo desse livro, estão longe de revelar todas as questões imbricadas na heterogênese que envolve o debate sobre cultura, identidade e língua tão arraigados no embate entres surdos e ouvintes. Interessante, entretanto, que sua composição final tenha ocorrido em um momento bastante singular no exercício constante da militância desse grupo. No momento atual, no Brasil, membros surdos dessa comunidade estão à frente de importantes cargos no cenário político. Seja ocupando cargos junto ao governo, seja à frente de instituições educacionais, é fato que esse embate nunca foi tão efervescente e profícuo.

Para além das fronteiras brasileiras, esse debate avança com a emergência de novos conceitos, cada vez mais reveladores sobre esta forma peculiar de estar no mundo. Surdidade, Surdismo, Audismo, Povo Surdo, *Deaf Gain* são apenas alguns exemplos lançados ao ar no mercado dos novos conceitos. Contudo, esse embate entre os especialistas ouvintes e os especialistas surdos ainda está muito longe de um final que atenda uma das mais caras reivindicações desse grupo: o respeito à sua língua e cultura. Como aponta Paddy Ladd[1]:

> [...] Porque a cultura é a chave que se tem em comum com outros povos colonizados e com minorias linguísticas. O poder político e econômico pode ou não ser a força que opera por trás da opressão de uma língua. Mas a cultura é tanto a fechadura quanto a chave que a abre. Um povo pode existir sem a sua própria língua viva, mas sem uma cultura não há 'povo' (2011, p. 09)[2].

[1] LADD, Paddy. *Comprendiendo la Cultura Sorda: en busca de la sordedad*. Concepción: Biblioteca del Congreso de la Catalogación en la Publicación de Datos, 2011.
[2] "Porque la cultura es la clave que se tiene en común con otros pueblos colonizados y con minorías lingüísticas. El poder político y económico puede ser o no la fuerza que opera detrás de la opresión

Assim, o intuito desse livro é apresentar, por um lado, um "retrato" das comunidades de surdos ancorado em práticas discursivas, historicamente constituídas pelos chamados profissionais do *métier* – e nas quais pouco ou nenhum espaço foi fornecido aos próprios surdos. Por outro lado, resgatar um pouco do cotidiano e novos discursos/palavras de ordem, agora também produzidos pelas mãos de pesquisadores surdos. Dessa forma, cremos na ressignificação daquilo que se imaginava – pelos ouvintes – ser "um mundo silencioso" no qual se negava as possibilidades de um *ethos* próprio, um mundo próprio no sentido atribuído por Uexküll, onde não há possibilidade de se falar de um lugar sem estar em conexão com outros lugares. Desse modo, não podemos mais falar de um "mundo de silêncio", a menos que o abordemos como um "mundo silenciado" pelo jogo de poder-dominação imbricado nas relações sociais. Um silêncio imposto devido ao estabelecimento do método oralista, durante quase dois séculos. Essa imposição representa a intolerância para com aqueles que trazem uma forma particular de perceber e entender o mundo.

Esta seria uma pedra angular na reconstrução cultural, política, institucional e jurídica das formas de organização da vida cotidiana. As diferenças não deveriam significar desigualdade social, mas pluralidade. Para isso, é preciso incorporar a diversidade da experiência de diferentes grupos e indivíduos, mas, sobretudo, dar espaço para que os excluídos falem por suas próprias vozes, constituam-se como sujeitos de suas próprias vidas.

Maria Izabel dos Santos Garcia
Investigadora del Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva (CELEI), Chile
Otoño, 2020

de una lengua. Pero la cultura es tanto la cerradura como la llave que la abre. Un pueblo puede existir sin una lengua viva propia de ellos, pero sin una cultura no hay 'pueblo'".

PREFÁCIO

Valéria Marques de Oliveira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil[3]

Poesia "O tempo, a vida, o novo"

(Bruno Ramos, poeta surdo)

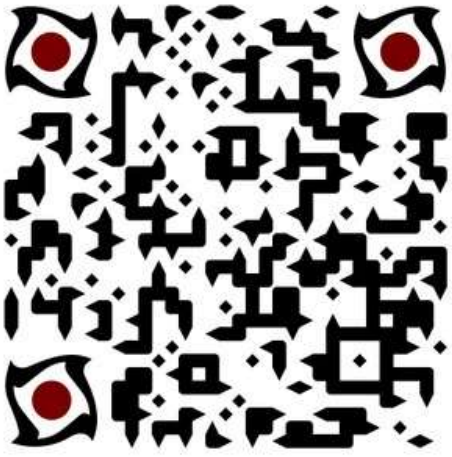
Precisamos do Dia dos Surdos?

(Gabriel Isaac, youtuber surdo)

TAG: Me conhecendo melhor

(Kitana Dreams, drag queen surda)

Piada "O Lenhador e a Árvore Surda"



(Ramon Dias, surdo, realiza a interpretação)

[3] Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto de Educação, Departamento de Psicologia.

Qual a importância da publicação de mais um livro? E se for um livro que aborde questões sobre surdos, educação e as comunidades surdas? Estas foram as duas perguntas deflagradoras que me inquietaram diante do convite para a escrita deste prefácio. Duas perguntas pertinentes, principalmente em nossa atualidade brasileira.

Será que um livro é apenas um amontoado de palavras, apenas um objeto com muita coisa escrita para ser lida? Respondo com tranquilidade que não. Um livro abre um mundo de possibilidades através do diálogo vivo entre dois interlocutores, o autor e o leitor. Ele sempre representa o ideário de seu criador na expressão de sentido dentro de um contexto socio-histórico.

As produções podem ser avaliadas como mais simples ou mais complexas, mais ingênuas ou mais conscientes, mais manipuladoras ou mais emancipadoras, porém nenhuma delas é inócua, apolítica, inocente ou inofensiva. Não existe neutralidade e ingenuidade em nenhum livro, nem mesmo nos livros de colorir ou livros infantis. O ser humano é um ser social dotado de capacidade simbólica que alimenta sua narrativa em sua interação com o mundo interno e externo. Logo, todo livro é uma produção intelectual que traduz a matriz de pensamentos, sentimentos e motivações de seu(s) autor(es).

Desta forma, considero que bom livro é aquele que instiga o leitor, alimenta sua fome de conhecer, de refletir e questionar a si próprio e ao mundo. Ninguém permanece o mesmo depois de uma boa leitura, pois da mesma forma que uma agradável conversa, ela desestabiliza o conhecido e provoca a avaliação de sua sustentação. Isto é vida: (re)descoberta, (re)invenção e (re/trans)criação!

Em nossas interações nos renovamos e nos fortalecemos quando problematizamos nossa realidade e optamos pelas trilhas de nossa trajetória. Algumas pessoas se assustam com seu potencial ou o do outro, e tendem para a opressão, reclusão e agressão; outras pessoas reconhecem e admiram esta potencialidade e tendem para a libertação, criticidade, criatividade e emancipação. São escolhas, simples assim. Cada qual com ganhos e perdas, com consequências pessoais e coletivas.

Mas, será preciso ter mais um livro sobre as comunidades surdas? Esta resposta é rápida: SIM! Este é um tema que ainda provoca polêmica no enfrentamento da visão estereotipada e distorcida da capacidade dos surdos. Infelizmente até hoje persiste muita ignorância e preconceito sobre este tema, por vezes escondidos em ações benevolentes e tuteladas. Ainda prevalecem mitos pejorativos reproduzidos sem pudor no cotidiano que não reconhecem as capacidades dos membros das comunidades surdas, ou pior, as destroem. Assim sendo, este tema precisa ser mais e mais descortinado, debatido, trazido à tona, virado e revirado.

Várias barreiras precisam ser derrubadas, como por exemplo, a dificuldade no reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua, e não o Português. Ademais, ter valorizada sua própria língua não como favor ou benesse, mas como direito. A cultura das comunidades surdas é atravessada historicamente por lutas sociais. Sua definição é marcada pela conquista da LIBRAS e pela conquista de direitos,

principalmente no que tange à educação. Entretanto, esses direitos ainda estão restritos a leis e decretos e pouco respeitados na prática educativa. De qualquer modo, essas conquistas possibilitam um novo olhar sobre as pessoas surdas ao se colocar a comunicação em língua de sinais como legítima, retirando dos surdos a condição de portadores de uma doença a ser curada.

Todo direito é conquistado, não é dado. Esta conquista advém da luta de interesses entre diferentes membros sociais, por isto é fundamental a organização dos grupos, no caso, das comunidades surdas. O poder hegemônico buscará privilegiar o poder de alguns, daqueles interessados em manter-se no lado opressor. Em contrapartida, na democracia, todos têm direito a voz e a lutar pelo que considerarem justo e ético. A equidade aponta para o reconhecimento da semelhança, quando a diferença diminui, e da diferença, quando a igualdade invisibiliza.

Estes dois pontos são reconhecidos nesta obra. Um livro instigante, que convida o leitor ao diálogo. Os autores majoritariamente surdos, munidos de sua experiência pessoal e profissional, apresentam argumentos que elevam o debate sobre sua comunidade, não dando espaço para uma manipulação romantizada que esconde a rejeição e a exclusão. É um livro corajoso que mergulha no passado, no presente e aponta a possibilidade de um novo futuro.

São apresentados novos olhares epistemológicos voltados para a área da educação de surdos e outros fazeres. O objetivo de apresentar esses estudos é mostrar a luta das comunidades de surdos por respeito linguístico e uma educação efetivamente de qualidade. Cada capítulo aborda uma ou mais linhas de pesquisas a seguir: a) História da educação de surdos; b) Cultura, identidade e língua: novos olhares sobre as comunidades surdas; c) Direitos humanos e educação de surdos; d) Políticas linguísticas e cidadania; e) Práticas artísticas e profissionais: o protagonismo surdo em diferentes áreas; f) O uso da pedagogia visual na educação de surdos e g) Epistemologias surdas.

A abertura de Antônio Campos de Abreu no texto "Surdos e um breve histórico" apresenta o percurso histórico da surdez no mundo e no Brasil, destacando os processos culturais das comunidades surdas. Além disso, o autor analisa as metodologias educacionais que foram aplicadas ao longo dos séculos na educação de surdos. Para tal, apresenta um amplo levantamento documental, historicizando com rigor a complexidade do tema.

O texto a seguir, "Idosos surdos: um arquivo da memória e língua de um grupo social", de autoria de Maria Izabel dos Santos Garcia, discute o quão fecunda é a memória coletiva de um grupo social e como ela está atrelada àqueles que constroem sua história. Nada mais salutar do que extrair essa memória social coletiva daqueles que detém uma sabedoria fornecida pela experiência cotidiana de exclusão: os idosos surdos. Diante deste quadro, a história social dos surdos pode ser melhor vislumbrada em ambientes institucionais, tais como as associações de surdos, nas quais a língua de sinais é usada e assim, difundida.

O capítulo "A história do teatro dos surdos no Brasil" de Alexandre Luiz Lopes Pinto e Rebeca Garcia Cabral traz a história de atores surdos que ousaram romper com as

estruturas do teatro e, a partir dessa ousadia, levar às comunidades de surdos o acesso à linguagem teatral. A partir da discussão sobre o teatro, destaca várias barreiras na acessibilidade aos bens culturais de uma sociedade baseada no uso da língua áudio-oral, e demonstra a riqueza para além da presença do intérprete. Enaltece o teatro com atores surdos e o uso da LIBRAS, e como esta opção colabora na troca de informações e visão de mundo.

Chegamos a uma questão que merece ser aprofundada, se a relação pensamento e linguagem é tão importante, se a LIBRAS colabora na construção do pensamento e na constituição identitária, como se dá seu processo de ensino e aprendizagem? No texto "Professores de LIBRAS: quem ensina?", de Ana Regina e Souza Campello, Magno Prado Gama Prates e Antônio Campos de Abreu, o foco está não apenas no aspecto quantitativo, mas no destaque do protagonismo surdo e a organização histórica do movimento social de surdos.

Através de um texto cheio de poética, Ruan Sousa Diniz provoca o leitor desde seu título: "*Tragudores* e intérpretes de LIBRAS". A questão da comunicação e da identidade percorre todo o texto, na tensão entre tradutores e intérpretes surdos e ouvintes em suas profissões. Texto instigante que faz transbordar as angústias e inquietudes de profissionais que atuam nessa profissão, recentemente oficializada.

Por fim, no posfácio, Sandra Regina Costa de Araujo Hott nos brinda com uma breve discussão sobre epistemologias das diferenças. Com um tom filosófico-epistemológico, entendemos que a discussão que esse livro traz está apenas começando.

Assim, já é possível ter uma ideia do que o leitor pode esperar.

Boa leitura para todos!

CAPÍTULO I

Surdos e um breve histórico

Antônio Campos de Abreu

Introdução

A continuidade da cultura[4] é um processo social. A cultura existe para que a pessoa consiga a satisfação do que necessita. Um dos aspectos importantes de uma cultura é a linguagem usada dentro do processo de comunicação. Sem essa linguagem não há cultura e não há desenvolvimento social.

A transformação da vida e o desenvolvimento da pessoa dependem da cultura, que inclui a linguagem e as diferentes formas de comunicação. A cultura fornece à pessoa parâmetros para sua convivência com o mundo e com as outras pessoas. Apesar da diferença que existem entre uma comunidade, os pontos específicos se ligam entre si e formam um conjunto integrado. As mudanças que acontecem dentro de uma cultura envolvem geralmente mudanças em outros aspectos como na língua, nos costumes, no vestuário, na alimentação, na educação, etc. Dentro de uma cultura, a língua é o elemento mais importante devido à necessidade de comunicação e de transmissão dos conhecimentos. Através da cultura, as pessoas fazem suas ligações e determinam os tipos de relações entre si. A língua é uma das formas primordiais de manutenção da cultura.

A cultura sofre influência direta da ideologia e da ciência. No caso da cultura das comunidades surdas, podemos ressaltar a influência da comunicação, a partir do uso das línguas de sinais. É consenso que a comunicação está ligada à cultura e as associações de surdos são lugares em que os mesmos constroem seu ambiente social, devido a troca entre seus pares linguísticos. Sem a língua de sinais, o surdo desconhece o mundo, apesar da vivência e do conhecimento sobre a importância de estarem imersos em uma cultura. Com a língua de sinais, ele pode sentir o significado da cultura surda, mas com a falta de abertura dentro do mundo social do ouvinte[5] acontece um desconhecimento do que a cultura ouvinte significa, devido ao bloqueio da comunicação e a exclusão.

É a linguagem que transmite ao mundo o que é a vida. O contato entre surdos e ouvintes que aprendem língua de sinais mostra que é possível uma ligação direta na compreensão desses dois mundos. A experiência da cultura é relevante, pois é ela que vai proporcionar às comunidades surdas o contato com a informação advinda da cultura dos ouvintes, que

[4] Cultura são os costumes e valores de uma sociedade, que se apresentam como identidade (Bueno, 1998).

[5] Na cultura surda, chama-se de ouvinte aquele que ouve, em contraste com o surdo. Pode significar também, referir-se à cultura daqueles que ouvem, diferenciando-os da cultura dos surdos.

tanto é estranha a essa comunidade. O empobrecimento de qualquer cultura surda se dá devido à exclusão, onde o sujeito surdo aceita o que lhe é imposto sem apresentar resistência, por falta de comunicação que lhe seja acessível.

A língua de sinais, já reconhecida como língua, cumpre perfeitamente o papel de suporte linguístico, dando acesso à dimensão simbólica da subjetividade, de modo semelhante ao papel que exerce a língua na modalidade oral no desenvolvimento de uma criança ouvinte (Sá, 2006). A história dos surdos vem demonstrar um trajeto de lutas e vitórias retratadas neste mundo. Faz-se necessário um amplo conhecimento dessa história pelos ouvintes e pelos surdos, a fim de reconhecer as conquistas históricas do surdo. O objetivo deste capítulo é relatar o percurso histórico dos surdos no mundo e no Brasil, destacando os processos culturais das comunidades surdas.

Breve histórico da surdez no mundo

A língua de sinais é a língua natural dos surdos, sendo estes pertencentes a uma comunidade linguisticamente minoritária dentro da comunidade ouvinte, usuária da língua oral. Para pesquisar a respeito da história da surdez, faz-se necessário entender que a comunidade surda possui uma diferenciação cultural a respeito da utilização da língua de sinais, que varia conforme seu país de nacionalidade.

Os surdos tiveram que lutar muito para conquistar seu lugar na sociedade atual, pois, como sabemos, na sociedade greco-romana, por exemplo, não só os surdos, mas qualquer tipo de *deficiente* nascido, qualquer pessoa com algum tipo de anomalia deveria ser morto pelos pais. Felizmente o infanticídio não foi praticado por todos, sendo que algumas dessas crianças cresciam e viviam de esmolas, pois havia um sentimento de "culpa" na sociedade em geral. Também em Roma, já eram identificados diferentes graus de surdez, mas mesmo assim surdos de nascimento não poderiam ser educados (Moura, 2000). Não somente em Roma, mas também na Grécia antiga, os surdos eram considerados incapazes de raciocinar e demonstrar sentimentos (Souza, 1998).

Segundo o *site* da Pastoral dos Surdos[6], em 1520, nasce, na Espanha, Pedro Ponce de León, um monge que ensinava surdos a falar e fazer a leitura labial. Ponce de León também ensinava o método datilológico[7], que já era usado em alguns mosteiros (nos quais era exigida a regra do silêncio). A partir dessa prática, Ponce de León passa a ser considerado o "Pai da Educação dos Surdos". Quase quarenta anos depois da morte de Ponce de León, Juan Pablo Bonet publicou a obra *Redução das letras e a arte para ensinar a falar os mudos* e é considerado um dos primeiros a defender o método oralista.

Na mesma época de Juan Pablo, John Bulwer e George Dalgarno, nobres da Inglaterra, começaram a desenvolver estudos sobre os surdos e seus *problemas*. Bulwer, em um de seus livros, afirma que uma pessoa surda poderia facilmente se comunicar com sinais, além

[6] http://www.pastoraldosurdo.org.br/
[7] Datilologia é o uso de alfabeto manual.

de apontar sobre problemas que a surdez inflige em uma família. Dalgarno publicou um livro sobre a educação de surdos e a possibilidade de uma linguagem universal. A datilologia era sua principal metodologia, na qual aluno surdo deveria aprender os sons, a palavra, a leitura e a escrita qualificada, aproveitando a ampliação do vocabulário (Guarinello, 2007).

Já em 1712, nasce o criador do alfabeto manual, que é até hoje uma das formas mais bem-sucedidas de comunicação entre os surdos, seu nome é Charles de L'Epée (1712-1789). Ainda nesta época surge um método com objetivo somente de oralizar[8] os surdos, criado por Samuel Heinick, que utilizava somente a pronuncia da palavra oral como método de ensino. Esses dois educadores deram contribuições inestimáveis no que se refere à educação para a criança surda (Guarinello, 2007).

Assim, ao longo de cento e dez anos, o mundo usou em maioria o método alemão do oralismo. Adiante outros estudos mostraram aos poucos a importância da língua de sinais. Embora, as antigas leis judaicas já se manifestassem em defesa dos surdos vários séculos antes. Em 1579, Rosselius escreveu *Theasaurus*, que viria a ser um alfabeto manual italiano.

Durante a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, entrou-se numa era de disputa entre os métodos oralistas e os baseados na língua de sinais. Roch Ambroise Cucurron Sicard foi um abade francês, famoso pelo seu trabalho como educador de surdos. Sicard fundou a escola de surdos de Bordéus, em 1782, e posteriormente sucedeu ao Abade L'Epée, como diretor do instituto criado pelo mesmo. Sicard também apoiou a criação de vários institutos de surdos em todo a França.

Pierre Desloges, cidadão francês que se tornou surdo aos sete anos, devido à varíola, foi um grande defensor da língua de sinais, sendo autor do primeiro livro publicado por um surdo. Nesta obra, Desloges revelava a sua indignação contra as ideias do Abade Deschamps, que havia publicado um livro que criticava a língua de sinais. A esse respeito, Desloges declarou o seguinte: "Tal como o francês vê a sua língua desvirtuada por um alemão que apenas conhece algumas palavras da língua francesa, penso que devo defender a minha língua contra as acusações falsas deste autor" (s/d, s/p).

Muito do preconceito contra os surdos vem do passado, pois se achava que a surdez vinha acompanhada de algum tipo de déficit de inteligência. Depois de um tempo foi descoberto que os surdos não desenvolviam sua inteligência por falta de comunicação e de estímulo linguístico. A troca comunicacional pode ser melhorada a partir da aproximação entre as duas modalidades linguísticas: gestual e oral.

[8] Oralismo é o método usado na educação dos surdos, no qual se defende majoritariamente o emprego da língua oral.

História da Educação dos Surdos - Poesia "A Dor do Silêncio":

Infelizmente, em fins do século XIX, grande parte das escolas de surdos em todo o mundo abandona o uso da língua de sinais na educação de surdos. Isto foi uma das grandes consequências do famoso Congresso de Milão[9] de 1880, quando, a despeito do que pensavam os surdos (maiores interessados e que sequer foram consultados), considerou-se que a melhor forma de educação de surdos, seria aquela que utilizasse unicamente o oralismo.

O oralismo ou filosofia oralista acredita que a criança surda deva ser integrada à comunidade de ouvintes, a partir da língua oral (no caso do Brasil, o português). O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva (Goldfeld, 1997).

Percebe-se, mais uma vez, a clara –e nefasta– tendência do homem à padronização: considerava-se que o surdo, para viver em sociedade, deveria conseguir "ouvir" – com o uso de aparelho e apoiando-se em técnicas de leitura labial –e "falar"– através de exaustivos exercícios e, em último caso, da comunicação escrita – com o ouvinte, devendo superar a deficiência, o defeito de nascença, para poder ter o direito de conseguir viver e ser aceito pelo grupo social.

A partir do Congresso de Milão, a oralização passou, então, a ser o objetivo principal da educação das crianças surdas. Mas para que elas pudessem dominar a língua oral, o ensino de disciplinas como história, geografia e matemática foi relegado a segundo plano. A queda do nível de escolarização do surdo foi abrupta e inevitável.

Em 1971, por ocasião do Congresso Mundial de Surdos, em Paris, a língua de sinais passou a ser novamente valorizada na educação de surdos. Naquele Congresso foram trazidos à tona os resultados das pesquisas realizadas nos Estados Unidos sobre o método da Comunicação

[9] O Congresso de Milão realizado em 1880 considerou a superioridade do método oral puro em relação ao ensino que combinava fala e gesto para o desenvolvimento da linguagem do surdo, proibindo assim as línguas de sinais em todo o mundo.

Total. Essa abordagem educacional recém-surgida permitia o uso dos sinais na educação dos surdos, em concomitância com o uso da língua oral (Kozlowski, 2000). Atualmente essa metodologia educacional não é amplamente aceita.

Histórico da surdez no Brasil

Em 1857, foi fundada a primeira escola para surdos no Brasil, o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Foi neste instituto que foi criada a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a partir da mistura da língua de sinais francesa, trazida por Eduard Huet, com a língua de sinais brasileira antiga, já usada pelos surdos das várias regiões do Brasil (Felipe, 2002).

Em 1883, Padre Bonhomme fundou a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, na França, que tinha como objetivo principal, cuidar de crianças pobres, idosos, deficientes, enfermos e posteriormente pessoas surdas. Dom Francisco de Campos Barret, bispo de Campinas pertencente a essa Congregação, mandou à França, as irmãs brasileiras Suzana Maria e Madalena da Cruz para estudarem. Quando elas voltaram, trouxeram com elas as irmãs francesas Luiza dos Anjos e Maria João. Assim, fundaram o Instituto Santa Teresinha em 15 de abril de 1929, que inicialmente era uma escola apenas para mulheres surdas. Em 18 de março de 1933, a escola foi transferida de Campinas para São Paulo.

O INES utilizava primordialmente a língua dos sinais, mas em 1911 passou a adotar o oralismo puro. Na década de 70, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, chegou ao Brasil o método da Comunicação Total. Na década seguinte, a partir das pesquisas da professora e linguista Lucinda Ferreira Brito sobre a LIBRAS e da professora Eulália Fernandes sobre a educação dos surdos, o bilinguismo passou a ser difundido. Atualmente, estas três filosofias educacionais ainda persistem paralelamente no Brasil, a saber: oralismo, Comunicação Total e bilinguismo.

A história do surdo no Brasil é cheia de conquistas, como a aprovação da LIBRAS e o *closed caption* que vem sendo cada vez mais usado nas televisões das pessoas surdas, mas as comunidades de surdos ainda têm muito a conquistar.

Cultura, Identidade e Educação dos Surdos

Segundo o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 e a Lei nº 10.098 de 24 de abril de 2002, é considerada surda qualquer pessoa que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da LIBRAS. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500hz, 1000hz, 2000hz ou 3000hz.

Segundo Sampley (1990), os surdos são pessoas em que o sentido da audição não é funcional para com o seu propósito ordinário, onde o som não tem significado no propósito da comunicação. Desse modo, tal grupo está dividido em duas distintas classes quanto à perda da audição. O surdo congênito, aquele que nasceu surdo, e o surdo causal, todo aquele que nasceu com a audição normal, mas em quem o sentido da audição se tornou mais tarde não funcional, através de doença ou acidente, também chamada de surdez adquirida.

Mas a palavra "surdo" várias vezes é usada de forma embaraçosa, pois algumas pessoas não aceitam o uso dessa palavra, alegando serem raras as vezes em que alguém é realmente surdo, havendo sempre um resíduo de audição. Ou também se negam a usar a palavra por sua expressão forte. A partir daí o termo "deficiente auditivo" passou a ser usado muitas vezes, referindo-se a todos os graus de surdez. Mesmo que "deficiente auditivo" ou "surdo" não seja literalmente a ausência total de audição.

Outro ponto de referência é como as pessoas definem a si mesmas, por exemplo, pessoas que são surdas profundas e que se dizem deficientes auditivas, pois a educação que lhe foi conferida orientava a não se rotular de surdas, por considerarem como uma deficiência. Entretanto, a partir do momento em que você encara a surdez como uma diferença e jamais como um defeito, você está aberto para entender o mundo e a cultura surda.

Se a cultura é a possibilidade de entender as pessoas e o mundo em que vivem, é preciso que as comunidades surdas e ouvintes passem a investir nesse entendimento para o futuro e a manutenção da própria cultura. Os surdos têm costumes diferentes, tanto dos ouvintes, quanto de outros surdos. Isso depende das oportunidades que o surdo tem ao longo da vida e da etapa de sua vida em que ficou surdo.

O Bilinguismo assume que a língua é uma importante via de acesso ao desenvolvimento intelectual do surdo, em todas as esferas do conhecimento, propiciando a intercomunicação do sujeito surdo com os seus pares e com os ouvintes que conhecem a língua de sinais, dando suporte ao pensamento e estimulando o seu aprimoramento cognitivo e social. De acordo com Sacks,

> [...] A língua de sinais deve ser introduzida e adquirida o mais cedo possível, senão seu desenvolvimento pode ser permanentemente retardado e prejudicado, com todos os problemas ligados à capacidade de 'proposicionar' [...] no caso dos profundamente surdos, isso só pode ser feito por meio da língua de sinais. Portanto, a surdez deve ser diagnosticada o mais cedo possível. As crianças surdas precisam ser postas em contato primeiro com pessoas fluentes na língua de sinais, sejam seus pais, professores ou outros. Assim que a comunicação por sinais for aprendida, e ela pode ser fluente aos três anos de idade, tudo então pode decorrer: livre intercurso de pensamento, livre fluxo de informações, aprendizado da leitura e escrita e, talvez, da fala. Não há indícios de que o uso de uma língua de sinais iniba a aquisição da fala. Provavelmente, ocorre o inverso (1998, p. 44).

A criança surda, por sua falta de acesso à língua e com resultado do treino escolar/clínico, pode conseguir uma fala "morta". Ela repete palavras decoradas que tenta desesperadamente encaixar em contextos sempre diferentes que se esforça por reconhecer através de pistas dadas por alguma palavra conhecida. As palavras, sem a correspondência fonética de uma língua já conhecida, são difíceis de associar a um conceito, pois se parecem demais e são muitas. Os detalhes gráficos são mínimos, os sentidos completamente diferentes, como é o caso das palavras "bolo" e "rolo". A sintaxe e os enunciados são mistérios complexos. Porque uma palavra vem antes ou depois, porque colocar verbo se o substantivo já mostra o que é?

O entendimento que a criança surda tem da língua falada é sempre fragmentado, pois a leitura labial, mesmo com o melhor dos treinos, possibilita a compreensão de até 40% da mensagem. Até aqui falamos de surdos escolarizados e beneficiados por protetização e longo tratamento fonoaudiológico, o que não corresponde a maioria dos surdos, considerando-se o ponto de vista das condições socioeconômicas (Saenko *et al*, 2005).

No recreio ou no refeitório de uma escola de surdos, impressiona a animação das conversas sinalizadas, mãos e bocas movimentam-se rapidamente, risos e diálogos acontecem de fato. Que situação diferente daquela na qual o surdo é obrigado a falar e tem de procurar a palavra, articular com esforço, desesperar-se e desesperar o ouvinte que também se esforçou, mas não conseguiu entender. Tentar e tentar adivinhar o que o outro está dizendo. Pegar uma palavra que foi compreendida como pista e imaginar o todo, torcendo para que seja aquilo mesmo. Ou rir que, nem um tolo, e concordar com a cabeça por não compreender nada.

Observamos que pais que aprendem a LIBRAS e a usam com seus filhos surdos apresentam um maior grau de comunicação entre si e maior aceitação da "diferença", seja da cultura surda, seja do filho e da colaboração com a educação em sua nova modalidade, bem como na participação política dos direitos dos surdos, tendo uma compreensão do ponto de vista psicossocial e histórico da pessoa surda. As modernas pesquisas nas áreas da linguística, da neurolinguística, da educação deixam clara a necessidade de LIBRAS nas famílias. "Ela é maravilhosa", dizem os pais logo que aprendem.

As línguas de sinais são línguas naturais que se desenvolvem no meio em que vive as comunidades surdas. As pessoas surdas de uma determinada região encontram-se e comunicam-se através de uma língua de sinais da mesma forma que qualquer grupo sociocultural que utiliza uma língua falada. Tais línguas são naturais porque refletem a capacidade psicobiológica humana para o desenvolvimento linguístico e surgiram da mesma necessidade que as línguas orais, ou seja, a necessidade que os seres humanos têm de expressar ideias, sentimentos e ações. Assim, as línguas de sinais são sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não derivaram das línguas orais e fluíram da necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas sim o canal espaço-visual.

Pesquisas que vem sendo realizadas no mundo com diversas línguas de sinais e no Brasil com a LIBRAS vem comprovando o status de línguas naturais/espontâneas com sistemas abstratos e complexos capazes de expressar metáforas e poesia.

Até o momento, as pesquisas mostram que as línguas de sinais apresentam os mesmos princípios de organização gramatical das línguas orais. Embora elas usem mecanismos viso-espaciais, são processadas no hemisfério esquerdo do cérebro que é responsável pela linguagem e não somente no hemisfério direito que é responsável pelas informações espaciais. Pesquisas que relatam este fato foram feitas observando várias pessoas surdas que usavam língua de sinais e sofreram lesões de um lado do cérebro. Foi constatado que surdos com lesões no lado esquerdo do cérebro passaram a ter problemas com a sua língua, enquanto continuava perfeita a sua percepção espacial. Ao contrário, surdos com lesões no hemisfério direito continuaram usando bem a língua de sinais enquanto perdiam a sua percepção espacial para outras atividades (Emmorey & Osslyn, 1996).

Assim, ficou comprovado cientificamente que para o cérebro funcionam como sistema linguístico, tanto as línguas orais como as línguas de sinais. Esta constatação não era necessária para os surdos, que já sabiam do valor de sua língua, mas foi importante para a comunidade científica que precisa sempre de provas documentadas e para os surdos que começaram a ter vozes qualificadas ajudando a defender o direito de usar sua língua.

A exclusão das línguas de sinais da educação dos surdos, em decorrência do fortalecimento do oralismo, reduziu muito as implicações emocionais, educativas, sociais e laborais. Este grande equívoco produziu gerações de surdos condenadas à marginalidade, sem oportunidade para desenvolver seus potenciais, adquirir uma boa educação, conseguir um trabalho digno, interagir com suas famílias e participar da sociedade, enriquecendo-a com suas diferenças representadas por sua cultura, da qual o item mais relevante é sua língua natural: a língua de sinais.

A educação formal é um dos fatores fundamentais para que os surdos possam ser introduzidos na sociedade com sucesso, diminuindo as repressões, preconceitos, dentre outros. Afinal com o pleno desenvolvimento da educação da criança surda, possibilidades podem ser abertas para o seu desenvolvimento pleno enquanto cidadã. Assim, o sucesso escolar do surdo depende demais de sua comunicação.

Muitos acreditam que a educação inclusiva – o aluno *deficiente* colocado em classes regulares – reestrutura a cultura e práticas políticas das escolas, em relação aos mais diversos tipos de aluno. Isso não corrobora à equidade com a diversidade humana.

Na Declaração de Salamanca[10], promovida pela UNESCO, foi reforçada a ideia de que todas as pessoas, independente de qualquer dificuldade, deficiência ou diferença, devem fazer

[10] A Declaração de Salamanca (1994) é uma resolução da ONU adotada em Assembleia Geral que apresenta os Procedimentos Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências. Considerada um dos mais importantes documentos que visão a inclusão social.

parte de escolas regulares, uma vez que as pessoas devem aprender juntas apesar de tudo. O que é um equívoco, pois somos uma diversidade, mesmo entre nossos pares. A inclusão não consiste apenas em inserir fisicamente esses alunos, mas principalmente respeitar suas diferenças e ampliar o conhecimento acerca dos mesmos. No Brasil, a educação inclusiva tem sido cobrada inclusive legalmente, mas não há políticas efetivas de acompanhamento das exigências.

Como dito anteriormente, a educação de surdos começou formalmente no Brasil quando o atual INES foi criado em 1857, mas o desenvolvimento na área educativa não foi tão expressivo até 1960, quando houve um aumento de quase 200% no atendimento às pessoas surdas. Entretanto, o acesso à educação pelos surdos ainda é bastante precário e nem sempre produz bons resultados. Seja pela reprovação dos surdos nas séries iniciais ou pela ausência de profissionais habilitados em escolas regulares – principalmente surdos, muitas escolas ainda carecem em aderir uma metodologia educativa que atenda às necessidades dos alunos surdos (Lima, 2006).

Muitos estudos mostram que surdos filhos de surdos se saem melhor do que surdos filhos de ouvintes em relação ao aprendizado da língua de sinais. Entretanto, não há diferença entre os dois ao aprender a leitura labial. Contudo, há possibilidade de isso acontecer, pois surdos filhos de surdos usuários da língua de sinais, por terem esta língua como língua materna, são mais autoconfiantes em relação a expressar sua língua de forma segura e em decorrência desse fato seu desenvolvimento cognitivo fica pleno. Ainda assim, o aprendizado do português na modalidade escrita apresenta uma dificuldade maior para o surdo, pois a língua de sinais se expressa de maneira diferente do que a língua portuguesa escrita. Isso acontece porque a língua na modalidade escrita na estrutura da língua oral e não na estrutura da língua de sinais.

Carlos Skliar, diz que a noção de surdo é estereotipada de diversas formas, por exemplo, em um local de trabalho, os surdos são admitidos como incapazes e sem definição cultural, que carregam seus "corpos mutilados", sua inteligência fracassada, e que por isso seria um gerador braçal de produtividade. Tal fato gera o equívoco em se acreditar que surdos inseridos no mercado de trabalho formal, surdos não podem assumir cargos de gerência ou coordenação. Entretanto a maioria dos surdos na via de trabalho informal. Seria isso porque a cultura surda não ofereceu possibilidades de assumir esses tipos de cargos ou porque a comunidade de ouvintes não é reflexiva sobre a importância de seu papel?

> [...] Qual é o modelo de surdo que se tem? O modelo do surdo é só o ouvinte. São poucos os surdos bem sucedidos que nós temos que sirvam de modelo para os surdos menores. Então, eles têm a idéia de inferioridade. E a gente conhece a história: a gente passou 100 anos mandando na educação de surdos, mandando na vida social no surdo, mandando na vida do surdo. E, fazer o quê? Hoje continua a mesma coisa. É verdade (Skliar, 1998, p. 5).

Desse modo, os surdos têm modelos nulos a seguir, no que tange à sua própria cultura e identidade. Isso sem contar as diversas barreiras como oportunidades que dependem muito e diretamente da condição sociocultural de cada um. Isso vale para a sociedade em

geral, mas um exemplo mais focado é como o surdo deverá esperar assumir cargos altos, papéis similares a de ouvintes se ainda há milhares de barreiras em termos de comunicação linguística. Assim vem se mantendo a hegemonia do mundo dos ouvintes no mundo dos surdos (Skliar, 1998).

Dentre um dos mecanismos de política públicas utilizadas no momento atual, podemos citar que a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) – em parceria com o MEC e com as IES – conseguiu realizar em todo o país uma divulgação da LIBRAS, cuja meta primordial foi formar profissionais para atuarem com instrutores de LIBRAS. No momento em que ocorreu, tal meta foi ousada, se levar em consideração que as agências formadoras de profissionais da educação (instituições de ensino superior, institutos de educação, escolas normais) não ofereciam, ainda, essa formação.

Os surdos, embora sem titulação acadêmica para o ensino de línguas, são proficientes na LIBRAS. Assim, a FENEIS se propôs a realizar cursos para professores (surdos e ouvintes), bem como cursos para formação de intérpretes, visando à melhoria da educação de, aproximadamente, 50.000 alunos surdos matriculados na educação básica do país.

Considerando a extrema carência de professores com formação em LIBRAS e consequentemente a formação de intérpretes, justificou-se assumir esse desafio. A carreira dos professores, que fazem parte dos sistemas estaduais ou municipais de educação, prevê sua formação continuada e o curso de LIBRAS, ora proposto, está sendo um fator de enriquecimento profissional sem precedentes.

A língua de sinais, por ser diferente, está afastada da língua oral. As famílias das crianças surdas ainda não entendem que a aproximação dessas crianças com o surdo adulto é importante devido à riqueza de experiências e ao acesso as informações através da identidade com o grupo de pertinência.

Considerações Finais

A partir dos movimentos políticos que temos realizado pela legitimação da língua de sinais, nossas comunidades têm se unido na busca de melhorias da qualidade na vida e participação social das pessoas surdas. Assim, a proposta de discussão desse capítulo foi realizar um breve histórico das lutas e conquistas – ainda precárias – das comunidades de surdos. Todas elas protagonizadas pelos surdos, seus familiares, professores e profissionais da área engajados com o atual protagonismo desse grupo social. Dentre as quais, podemos apenas citar 1) o reconhecimento da diferença linguística do surdo; 2) a oficialização da LIBRAS, em Nível Federal (Decreto 5.626/2002) e, ainda, 3) a possibilidade de uma efetiva educação bilíngue para surdos. Para tal necessitamos e contamos com o fortalecimento e qualificação das comunidades surdas e ouvintes.

A LIBRAS é por lei, obrigação curricular nos cursos para o exercício do magistério em nível médio e superior, mas isso não é suficiente, uma vez que contamos com pouquíssimos profissionais qualificados. A pessoa surda tem direito também a acesso à educação,

comunicação e informação desde o ensino infantil até ao superior, embora isso ainda também não seja respeitado. Então, nossa luta continua.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF.

BRASIL. *Lei nº 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF.

BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 19, n. 46, p. 41-56, set., 1998.

EMMOREY, Karen; OSSLYN, Stephen. Enhanced Image Generation Abilities in Deaf Signers: a right hemisphere effect. *Brain and Cognition*, v. 32, n. 56, p. 28-44, 1996.

FELIPE, Tanya. *LIBRAS em Contexto: Curso Básico*. Recife: EDUPE, 2002.

GOLDFELD, Marcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

GUARINELLO, Ana Cristina. *O papel do outro na escrita de sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus, 2007.

LIMA, Vanda Rossi Chedid de Oliveira. *Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão.* Brasília: MEC, SEESP, 2006, 4ª edição.

MOURA, Maria Cecilia de. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

SAENKO, Kate; LIVESCU, Karen; GLASS, James; DARRELL, Trevor. Articulatory Feature Based Visual Speech Recognition. *CSAIL Research Abstracts*, 2005.

SACKS, Oliver. *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAMPLEY, DeAnn. *A Guide to Deaf Ministry*. USA: Paperback, 1990.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, Regina Maria de. *Que palavra que te falta?: lingüística, educação e surdez*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

UNESCO. *Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais*. Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, realizada entre 07 e 10 de junho de 1994, Salamanca, Espanha.

CAPÍTULO II
Idosos surdos: um arquivo da memória e língua de um grupo social

Maria Izabel dos Santos Garcia

Introdução

Entre os surdos que se organizam em torno da militância ou mesmo aqueles que somente frequentam os espaços urbanos fragmentados pelas mais diversas tribos, podemos observar um forte discurso em torno da categoria *identidade*, como uma espécie de profundo sentimento de alteridade.

Frequentemente definida por oposição e pela demarcação de fronteiras – culturais e simbólicas – a identidade tem na língua, ou melhor, no uso da língua, uma forte aliada. A identidade social resulta da relação de solidariedade e reciprocidade entre os membros de um grupo que adere a ela suas práticas. Trata-se de uma construção coletiva.

E é desse modo que as *normalizações* e as contradições da sociedade são/estão expressas no cotidiano sendo, simultaneamente, não só o cotidiano da alienação e das condições normativas dos papéis sociais, mas também o espaço da emergência do desejo, do jogo de poder, do acaso. Um espaço social cravejado de microterritorializações – para lembrar Deleuze e Guattari – sempre dinâmicas, fluídas e de vida curta, produto da ordem social imposta, ou seja, existe em virtude da produção da sociedade moderna em consonância com sua própria incapacidade de ordenação das espontaneidades humanas, que produzem múltiplas "linhas de fuga". Diante dessa impossibilidade, velhos padrões se repetem. E é o que temos visto na produção de trabalhos recentes, seja sobre surdos, negros, etnias indígenas, gênero etc.

Para muitos autores – dentro e fora da antropologia – conceitos como os de comunidade, cultura, identidade e outros apresentam sérios problemas quanto à possibilidade de explicar as diferentes formas da socialidade[11] humana se expressar. Dentre os estudos produzidos em relação aos surdos/surdez, há razoável insistência no uso desses termos até mesmo como forma de demarcação territorial.

Aqui é importante refletirmos sobre em que aspectos teóricos e práticas cotidianas é possível ancorar a noção de cultura e identidade social, tão reivindicados pelos movimentos

[11] Utilizaremos conceito de "socialidade" e não "sociabilidade", conforme Marilyn Strathern, que adverte "para o problema da redução antropológica da socialidade à sociabilidade (quando este termo se associa ao que está subsumido ao conceito obsoleto de 'sociedade') no tratamento de grupos que não operam a partir da persuasão inerente ao discurso euro-americano" (Guimarães *et al*, 2012, p. 204).

sociais das comunidades surdas. Além disso, precisamos pensar como os membros destas constroem a imagem de si em meio a relações produzidas no interior de sociedades tão desiguais. Da mesma forma, vale ressaltar como é possível a sobrevivência de uma língua legítima nos tempos atuais, a despeito de toda sua negação. Fato que sustenta a manutenção da transmissão oral em meio aos grupos de surdos, renegada ainda hoje em segundo plano na educação brasileira.

Contemporaneamente, no campo referente a essas questões, muitas têm sido as discussões que objetivam promover a inserção social dos surdos, através da conscientização e reconhecimento de seus direitos e deveres como cidadãos. Discussões que apontam não só para a necessidade de equiparação de oportunidades, mas também para a valorização de seu potencial humano dentro dos limites impostos de acordo com sua peculiaridade. Estes são alguns dos desafios das sociedades atuais.

Esse capítulo, além do aporte da história oral, toma por base os aspectos antropológicos enlaçados quando a temática envolve a captura – se é que podemos exercer tal processo – do *ethos* dos informantes.

Sobre o conceito de memória: algumas considerações

Em uma conferência na Fundação Getúlio Vargas, pude me aproximar do tema "memória" e descobrir o quanto ela pode produzir um tipo de verdade que nos permite compreender a forma como funcionamos, além de representar uma via de acesso privilegiada para uma história antropológica.

Um dos caminhos para o qual muitos autores parecem convergir é o de considerar a noção de memória como um processo de construção e reconstrução de lembranças sob a ótica do tempo no qual se vive no momento. Antes de falarmos sobre acontecimentos passados, organizamos nossos pensamentos, repletos de imagens e palavras, dando uma ordem que julgamos necessária para o início de uma narrativa, de um discurso.

É como se a memória pudesse, ela própria, "reviver" um tempo anterior, como que reconstruindo a atmosfera de um passado engolido pelo tempo presente. A memória, na visão de alguns autores que realçarei, constitui-se no relembrar de convivências mútuas realizadas na dinâmica das histórias individuais e coletivas. Ela é capaz de reavivar emoções passadas e reafirmar identidades construídas na dinâmica da vida social. Para Michel Pollak:

> [...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (1992, p. 204).

Como qualquer tentativa para a compreensão de um conceito, a noção de memória deve ser cuidadosamente analisada sem se incorrer na tentação de entendê-la de modo naturalizado, como se ela detivesse a possibilidade de registrar o passado munida de

imparcialidade. Para o historiador e antropólogo brasileiro, Luiz Felipe Baêta Neves (1974), caso não tenhamos esse cuidado ao tratar desse e de qualquer outro conceito, poderemos vinculá-lo a uma fidedignidade cega que perde de vista, sem trocadilho, os recortes e fragmentos que o constituem.

Maurice Halbwachs, considerado um dos pioneiros nas discussões no campo da memória social, chama a atenção para a natureza multifacetária desse processo, uma vez que ela incorpora novas dimensões como "indivíduo", "coletividade", "espaço" e "tempo". Ele argumenta que as lembranças não ocorrem de modo isolado e fixo e que "só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais corrente de pensamento" (Halbwachs, 1990, p. 36). Desponta com essa afirmação a figura do "outro", a ideia do grupo, emergindo a relação entre a memória e o grupo social que a possui, fundamental para o desdobramento dos argumentos de Halbwachs sobre a dimensão social (coletiva) da memória – uma construção compartilhada por um passado que se dá no âmbito de uma coletividade.

Assim compreendida, podemos também supor que a memória de um grupo carrega elementos fundamentais que, ao refletir práticas cotidianas, nos dizem algo acerca das identidades, plurais e coletivas, que tal grupo emana. Desse modo, quando relembramos episódios passados, nossas lembranças surgem vinculadas à nossa inserção histórico-social.

Jacques Le Goff afirma que "o aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva" (1992, p. 431), o que a teria levado a desenvolver duas formas de inscrição histórica: através dos monumentos comemorativos e documento escrito (Le Goff, 1992). Para o autor, a memória pode se constituir a partir da construção da historicidade, como podemos observar nos casos de comunidades que não são detentoras de "saberes históricos", uma memória registrada através da escrita. Na citação de Pierre Nora, historiador francês, temos a memória coletiva definida como representante do "que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado" (*apud* Le Goff, 1992, p. 472).

Ao pensar nos diferentes grupos de pessoas surdas com os quais mantenho contato, levo em conta a existência de uma memória coletiva muito diretamente relacionada à tradição oral, embora esta não seja a melhor denominação a ser aplicada, uma vez que esse grupo detém um saber que não é "oralmente", no sentido *stricto* do termo, mas sim "sinalizadamente" passado através das gerações.

Considerada como uma espécie de "código comum a todos" (Baêta, 1974, p. 158) a memória social é, quase sempre, tida como suporte da identidade. Esta capacidade unificadora, enquanto um código supostamente partilhado por todos de uma mesma forma, realça o aspecto da identidade entre as pessoas. Identidade que insere também práticas ritualizadas, levando seus participantes a compartilhar um sentimento de pertencimento, pois, através dos rituais também é possível ao grupo ter a visibilidade necessária ao seu reconhecimento por outros grupos.

Ao abordarem a questão da identidade, os sociólogos Peter Berger e Thomas Luckman (1985) fornecem a ela um movimento dialético. Os autores sublinham a importância dessa espécie de tensão "eu-outros" como sustentáculo da identidade do sujeito. Contextualizam a identidade, entendendo-a dentro de uma história, em relação a uma localização no mundo. Isto implica que qualquer teorização sobre identidade deva estar inserida numa interpretação mais ampla da realidade, ou seja, numa interpretação que inclua um processo de constante movimento e não numa história contínua, única e cristalizada. A tese defendida pelos autores quanto à ideia do homem como produto e produtor do social, no entanto, pode indicar certa circularidade na compreensão da relação entre o indivíduo e a sociedade.

Norbert Elias, possivelmente por sua formação interdisciplinar – ele também estudou medicina, psicologia e filosofia – recoloca a discussão entre indivíduo e sociedade não mais como um problema dicotômico e antitético, jamais resolvido em termos teóricos, e sim como duas perspectivas diferentes de uma mesma instância. Deriva daí sua compreensão da sociedade como sendo dos indivíduos e que cada um (indivíduo) se insere no fluxo do processo social em momentos distintos. Para ele, a "sociedade, com sua regularidade, não é nada externo aos indivíduos; tampouco é simplesmente um 'objeto' 'oposto' ao indivíduo; ela é aquilo que todo indivíduo quer dizer quando diz 'nós'" (Elias, 1997, p. 57). Ele também aponta para a "continuidade da memória" como sendo uma faculdade capaz de preservar a identidade de indivíduos e grupos.

Para Halbwachs, a memória, enquanto um "retrato social do passado", é uma peça fundamental na construção da identidade do grupo. Os indivíduos apresentam-se uns aos outros e enxergam a si mesmos tendo como referencial básico suas origens, consagradas a partir de uma memória compartilhada e transmitida através das gerações. Assim, é o caso de se afirmar que as memórias coletivas carregam valores culturais de um grupo e em sua base encontramos a forma usada na seleção de situações consideradas pelo grupo como dignas de serem lembradas. Mas quais seriam propriamente os elementos constitutivos da memória individual e da memória coletiva?

Halbwachs defende que a memória deva ser entendida, sobretudo como um fenômeno coletivo e social. Isto não significa a negação da memória individual. Para ele, a memória é um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças correntes.

Assim, reconstituir nossa memória individual pode também ser entendido como uma via de acesso para que possamos ouvir outras vozes. Ver outras imagens. Quando nos perdemos em nossas lembranças, quando reconstituímos nossa memória individual, nunca estamos sós. Com ou sem presença direta de outras personagens, nossa memória individual, como argumenta o autor, está presa à natureza social do homem. E, nesse sentido, a interpretação da memória deve ser sempre considerada do ponto de vista de uma coletividade.

Ao tratar a questão da memória, Pollak parece concordar em parte com Halbwachs, acrescentando que "se podemos dizer que [...] a memória é um fenômeno construído social e individualmente, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade" (Pollak, 1992, p. 201).

Pollak defende, diante das características de flutuação e mutabilidade da memória apresentadas por Halbwachs, a existência de pontos relativamente invariáveis e imutáveis. Para ele, esses pontos são importantes elementos da memória coletiva. Assim, Pollak destaca duas categorias importantes de acontecimentos:

> [...] em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos [...] vividos pelo grupo ou coletividade a qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que no fim das contas é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (1992, p. 201).

É bom, uma vez mais, como adverte Baêta Neves (1974), redobrarmos os cuidados para não virmos a tomar as ideias apresentadas, seja sobre a memória ou sobre a identidade, como fundadoras e totalizantes na compreensão das práticas e acontecimentos sociais.

À guisa de terminar, por ora, essas incursões, lembro que também Walter Benjamin ressaltou em seu texto *Sobre o conceito de história*, que: "Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo" (1985, p. 224). Em sua concepção de história, memória e experiência são elementos fundamentais, daí entender como também uma tarefa do historiador o resgate das tradições dos oprimidos de modo a liberá-los do conformismo. Para ele, "a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'" (Benjamin, 1985, p. 229).

As possibilidades de entendimento de conceitos como linguagem, língua, memória e história nos fornecem a base para a compreensão do que se segue, uma vez que passaremos à questão dos surdos e sua forma peculiar de língua. Uma modalidade linguística que não se baseia na emissão de sons orais, mas se mantém viva e dinâmica.
No presente capítulo entenderemos que na sociedade há movimento e pluralidade e que, através dos processos sociais, a estrutura social age sobre as identidades, assim como elas reagem à estrutura. Uma modificando e remodelando a outra num permanente jogo de interação e reciprocidade.

Associações de Surdos: um reduto da língua de sinais, identidade e memória

Para muitos surdos um evento fundamental em suas vidas é o encontro – pela primeira vez – com outros surdos. São inúmeros os relatos a esse respeito. Isso porque a grande maioria dos surdos nasce em famílias de ouvintes e, portanto, não são usuárias da língua de sinais.

Mesmo os familiares que são aconselhados a aprendê-la não o fazem na expectativa de que seus filhos, de alguma forma, irão "superar" a adversidade trazida pela surdez, entendida por eles como algo semelhante a uma doença.

> [...] Em casa, em família, as conversas, a comunicação era difícil. Eu tinha dois primos com os quais a comunicação era melhor. Acontecia em gestos, diferente. Não era na língua própria dos surdos. Era algo misturado, próprio da convivência com os ouvintes. De algum modo nos comunicávamos. [...] Minha família estava preocupada. Não conhecia surdos nem a comunicação entre os surdos. Não conheciam nada a respeito de surdos e se preocupavam com o futuro (Airton *apud* Garcia, 1999, p. 01 do Anexo).

Não são raros os casos em que famílias inteiras migraram para cidades em que havia recursos escolares e de reabilitação para que seu filho surdo desenvolvesse a oralização – aspecto considerado fundamental tanto para os pais como reforçado pelos profissionais da área. O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), por estar situado em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, durante muitos anos foi a única instituição destinada aos surdos brasileiros, tanto em termos educacionais como na reabilitação oral. Esse fato acabou gerando um episódio no mínimo interessante de ser ressaltado. Por volta das décadas de 60 até 90, aproximadamente, o INES e seu entorno eram um grande reduto de famílias vindas de várias partes do país a fim de possibilitarem uma educação – e oralizar! – seus filhos surdos. Até os dias atuais não é incomum a quantidade de surdos que por lá circulam. Vários *points* de jovens surdos se formaram nos bairros como Largo do Machado, Catete, Glória, Flamengo entre outros no Rio de Janeiro.

> [...] Com a idade de um ano meus pais perceberam que eu não falava. Levaram-me ao pediatra e, após vários exames, foi constatada a surdez. Minha família se entristeceu com a notícia. No mesmo momento o pediatra falou que eles não precisavam se entristecer porque eu era extremamente capaz de desenvolver-me com o decorrer do tempo, aconselhando a minha família a procurar uma escola. O pediatra, sabendo que meus pais eram do Maranhão, deu orientações sobre o processo de matrícula em uma escola no Rio de Janeiro, dizendo que primeiro deveria ser apresentada a uma enfermeira que trabalhava em um hospital, formada em Terapia da Fala (Campello, 2008, p. 37).

De acordo com Ana Regina e Sousa Campello (2008), surdos que crescem em meio a outros surdos, têm mais facilidade em se socializar em meio aos surdos através das associações. Harlan Lane faz a mesma observação e aponta esse fato não só como uma das formas de socialidade, mas também como um mediador num episódio frequente ente os surdos: casarem-se entre si. O autor afirma que "outra característica notável desta cultura é a sua percentagem de casamentos endógamos: nove em cada dez membros da comunidade americana dos surdos casam-se com membros pertencentes ao seu grupo cultural" (Lane, 1992, p. 31).

Após a afiliação pela via do casamento, a preferência por ter filhos também surdos não é tão clara assim. Embora se observe uma crescente alteração nesse aspecto, grande parte

dos surdos – principalmente de fora da militância – prefere que seus filhos nasçam ouvintes. Indagando a esse respeito com muitos surdos com os quais tenho oportunidade de conviver, é comum ter como justificativa o fato de que "ouvinte não vive a discriminação e as dificuldades que os surdos vivem na sociedade majoritária".

Essa postura, entretanto, vem mudando nos últimos anos. Com os avanços das tecnologias genéticas, a possibilidade de escolher determinadas características antes mesmo da concepção, vem apontando algumas surpresas. O "esperado" seria que os detentores de recursos financeiros – surdos ou não – escolhessem que seu rebento nascesse "normal". Entretanto, o que vem ocorrendo são alguns exemplos de casais de surdos que fazem questão de escolher que seu filho também seja surdo.

Um caso ocorrido em 2002, ilustra essa questão quando um casal de surdas homoafetivas americanas – Candace McCullough e Sharon Duchesneau – provocou uma grande polêmica ao quererem utilizar a inseminação artificial para dar à luz a um bebê também surdo. Para tal, recorreram à doação de esperma de um amigo surdo. O bebê delas – Gauvin McCullough – nasceu surdo de um ouvido e escutando mal do outro. O casal afirmou na época que Gauvin poderia utilizar aparelho auditivo se assim o desejasse.

Um outro casal de surdos, esse heterossexual, os ingleses Tomato Lynch e Paula Garfield, também pensam a surdez a partir da ideia de que pertencem a uma minoria linguística, e não a um grupo de *deficientes*. Assim, quando já eram pais de uma criança surda, desejavam que seu segundo filho também o fosse. Esse desejo, contudo, foi impedido pois eles não puderam recorrer ao Diagnóstico Genético Pré-Implantação (DGPI)[12], uma vez que o Reino Unido criou um projeto de lei proibindo a inseminação artificial deliberada de embriões que possam carregar defeitos congênitos.

Carlos Skliar aponta para uma questão que consideramos relevante: o fato de a maioria das associações de surdos no mundo ter surgido após a ascensão da obrigatoriedade do oralismo nas escolas de surdos. E sintetiza afirmando que, atualmente, a luta pelo direito à língua de sinais é apenas uma das várias estratégias de resistência encontradas pelo grupo, pois "[t]alvez os casamentos entre surdos, as produções artísticas, culturalmente diferenciadas, o refúgio das crianças surdas nos banheiros das escolas oralistas, para comunicarem-se, sejam expressões mais genuínas desse processo" (Skliar, 2001, p. 35-36).

Das mais de cem associações de surdos existentes no Brasil, a maioria se concentra nas regiões sudeste e sul do país, principalmente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, locais onde o movimento social pelos direitos dessa comunidade começou. Nelas é comum a realização de diferentes eventos ao longo do ano, como comemorações de festas santas (Natal, Páscoa etc.), bem como bailes de carnaval, festas juninas, concursos nacionais e regionais de *miss* surda e campeonatos desportivos, todos somente entre surdos.

[12] O DGPI é utilizado por casais que sejam portadores de "doenças genéticas" como nanismo, surdez, Síndrome de Down, anemias e câncer. Porém, cada vez mais esse diagnóstico genético possui erros dando falsos negativos.

Esses eventos, dependendo do grau de organização e do número de colaboradores, são programados anualmente, havendo o cuidado para que as datas entre as associações não coincidam. Em geral, a explicação que costumam dar para essa preocupação é encontrada no fato de que os membros da diretoria de cada associação desejam que seu evento seja privilegiado com a presença do maior número possível de seus "compatriotas" surdos de outras regiões. Outro elemento frequentemente apontado como justificativa para a existência desses espaços sociais é o fato das associações cumprirem um importante papel enquanto mantenedoras do que entendem por "cultura surda". Paddy Ladd, importante pesquisador britânico da cultura surda, relata uma experiência de um ouvinte pela primeira vez em uma associação de surdos:

> [...] Eu fui ao clube dos Surdos, [Jim Mackenzie[13]] foi a primeira pessoa que me recebeu. Minha mente explodiu! Não houve vocalização, apenas ortografia! Era como colidir com uma parede de tijolos!... Claro, que eu conhecia o ABC, mas *isso*[14]? Então eu fui para casa e pratiquei na frente de um espelho... no quarto, onde ninguém estava olhando para mim! Pedaços dos meus trabalhos shakespearianos, por uma semana inteira. E então eu o encontrei novamente... Fascinante! (Raymond *apud* Ladd, 2011, p. 383, tradução nossa)[15].

Desse modo, as associações de surdos em geral – arriscamos afirmar – funcionam como importantes representantes das "comunidades de surdos", sendo guardiãs não só da língua de sinais, mas também de todo um modo próprio de vida e organização, da memória coletiva de um grupo. E é nas mesmas que encontramos um grande número de surdos com idade mais avançada orientando os mais jovens nas práticas que envolvem esse espaço social.

Assim, nesses ambientes de socialidade, a memória social de um grupo também pode ser recuperada, ou melhor, ressignificada. Halbwachs argumenta que as lembranças não ocorrem de modo isolado e fixo e que "só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais corrente de pensamento" (Halbwachs, 1990, p. 36). Desponta com essa afirmação a figura do "outro", a ideia de grupo emergindo tal relação entre a memória e o grupo social que a possui, fundamental para o desdobramento dos argumentos de Halbwachs sobre a dimensão social da memória.

O autor acrescenta que a memória pode ser entendida como um processo de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente. Tal processo descortina uma vastidão de possibilidades que contribuem para que o ato de relembrar seja

[13] Conforme colocado pelo autor, Jim Mackenzie é um surdo de idade mais avançada que convida Raymond a participar das atividades promovidas pelas comunidades de surdos.
[14] Grifo do autor.
[15] "Fui al club de Sordos, él fue la primera persona que me recibió. ¡Mi mente explotó! No había vocalización, ¡sólo deletreo! ¡Fue como chocar contra un muro de ladrillos!... Claro, por supuesto yo sabía el ABC, ¿pero *eso*? Así que me fui a la casa y practiqué frente a un espejo... en el dormitorio, ¡donde nadie me estuviera mirando! Trozos de mis obras de Shakespeare, durante toda una semana. Y luego me encontré nuevamente con él... ¡Fascinante!".

caracterizado como espaço mental das representações. Ainda, a memória mais do que relembrar eventos passados traz à tona a atmosfera de um tempo passado, só que no presente. Reacende emoções passadas, reafirmando identidades construídas na dinâmica da vida em coletividade.

Desse modo, a sociedade moderna ordena e produz diferentes espaços de socialidade, forçando muitas das vezes a uma produção racional e funcional, nem sempre compatível com os anseios de seus membros. Daí a criação de novas subjetivações, por parte daqueles capazes ainda de burlar essa força molar, criando novos territórios, forças moleculares que produzem um espaço complexo quanto a diferentes formas de territorialização. O espaço social, assim, longe de ser ordenado e homogêneo, como apreendido pela racionalidade ocidental, apresenta-se orgânico, mutável, instável e fragmentado em diferentes condições de interações humanas, produtos da dialética entre ordens e desvios na modernidade.

Histórias de Vida: trajetórias de idosos surdos brasileiros

O projeto "Histórias de Vida: trajetórias de idosos surdos brasileiros", ora em andamento, pretende trazer à luz narrativas de idosos surdos, a fim de destacar como cada um construiu um modo próprio de estar no mundo, a partir de um processo de socialidade onde está em jogo uma complexa rede de relações, nem sempre simétricas e equitativas.

Assim, esse projeto tem por objetivo apresentar as trajetórias de vida de surdos brasileiros com idade a partir dos 60 anos. O levantamento inicial vem sendo desenvolvido na região sudeste e, após uma análise prévia, a pesquisa avançará para as demais regiões brasileiras: sul, norte, nordeste e centro-oeste. Na coleta de dados utilizamos a etnografia e seus resultados são apresentados em vídeo. O projeto tem como principais aportes teóricos a história oral, a construção da memória coletiva e os processos de subjetivação implicados. Todo o material vem sendo coletado a partir de entrevistas abertas, registradas com câmera de vídeo, único meio de apreensão de um diálogo em LIBRAS.

Desse modo, buscamos entender as vivências dos idosos surdos, seu *ethos*, a partir de sua própria história no que tange às relações familiares, educacionais, profissionais, nas comunidades de surdos e demais grupos sociais. A ideia é entender como cada um, em seus encontros, criou para si alternativas de vida frente a um ambiente social tão excludente como as sociedades ocidentais. Um dos fatores relevantes ao se considerar os idosos surdos como informantes se deve ao fato de serem, estes, detentores de um *savoir-faire* inerente à sua forma de vivenciar, de estar no mundo. Ladd reforça que os "idosos surdos são evidências vivas de que... O oralismo está errado *em seus próprios termos*[16]. Muitos que conheci escreveram em público – essa fluência em inglês, de onde veio, então?!!" (2011, p. 384, tradução nossa)[17].

[16] Grifo do autor.

[17] "Esos Sordos ancianos son la evidencia viviente de que... el Oralismo está equivocado *en sus propios términos*. Muchos que conocí escribían en público – esa fluidez en Inglés, ¡¡¿de dónde vino, entonces?!!".

A antropóloga brasileira Clarice Ehlers Peixoto tem como foco principal de sua pesquisa o estudo acerca das relações de idosos nas sociedades francesa e brasileira. A autora observa que, com o passar dos anos, houve profundas transformações no papel dos idosos nas relações sociais, em especial como "conseqüência do aumento da [expectativa] de vida e do recuo do modelo patriarcal até então assimilado a uma autoridade forte da geração mais velha e, assim, a uma distância afetiva" (*idem*, p. 98).

Para a autora, há um reconhecimento de que os idosos transmitem valores e saberes aos mais jovens, como "hábitos e comportamentos, sobre receitas e canções, sobre religião, assim como fazem confidências diversas" (Peixoto, 2000a, p. 106). Assim, um dos estímulos para a implementação desse projeto é encontrar nas vivências dos idosos surdos, experiências repassadas, ressignificadas, reinventadas, para as novas gerações de jovens surdos. Entretanto, o projeto não se restringe a analisar o encontro geracional idosos-jovens, mas também idosos-idosos. Como apontado por Peixoto:

> [...] As pessoas que se encontram nos lugares públicos, que se vêem cotidianamente, que se cumprimentam, enfim, que tecem relações sociais, constroem um sistema de seleção nas relações de amizade, de amor e mesmo de parentesco, fundado em critérios de pertencimento, onde os gostos, os hábitos e a freqüência cotidiana expressam sua identidade social. No que concerne aos [idosos], a finalidade comum de preencher o vazio da inatividade leva-os a se agruparem em torno de seus pares e, assim, a construírem um elo a partir de sua identificação etária (2000b, p. 17).

É importante ressaltar que a constituição da vida cotidiana impõe que o reconhecimento da diferença – nada mais repetido nos últimos tempos – sem que a mesma seja entendida como um novo aprisionamento com novas homogeneizações. Pois as pluralidades são complexas e, acreditamos, irredutíveis umas às outras. Trata-se então de construir caminhos práticos, teóricos e institucionais que insistam nas diferenças como *locus* de novas subjetividades – individuais e coletivas – mas que não sirvam de meios de legitimação para a desigualdade social.

Este contexto de absorção continuada das sociedades ocidentais à lógica do capital e de desterritorialização dos processos produtivos, acaba por converter diferentes grupos sociais em verdadeiras massas de consumo. Consumo de discursos. Consumo de narrativas. Consumo de práticas diluídas no tecido social. O que as novas subjetividades colocam em jogo são os critérios de uma estética da existência: a produção da vida como uma obra de arte, a elaboração estilística do eu no caminho de construção de um grupo-sujeito. Produzir novas experiências de sentido dentro das condições históricas da vida atual é apostar na emergência de subjetividades que causam rupturas em diversos e simultâneos pontos da rede do poder.

Considerações Finais

Esse capítulo apresentou como a memória social está diretamente imbricada nos ambientes sociais, onde os encontros geracionais de pessoas surdas ocorrem, a saber: idosos e jovens surdos. Acreditamos que as "lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam, quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos" (Halbwachs, 1990, p. 45), permitem uma análise mais profícua das diferentes formas de estar no mundo de que dispomos. Vale lembrar que os grupos também entram em contato uns com os outros, "por vezes, essas relações ou esses contatos são permanentes ou então, em todo caso, se repetem muito freqüentemente, se prolongam durante uma duração bastante longa" (*ibidem,* p. 46).

Desse modo, através de uma permanente reconstrução das relações presente-passado e perspectiva futura – o que ocorre quase sempre ao atualizarmos nossas memórias – é possível compreender o "estado de exceção" que partilham os grupos oprimidos e "construir um conceito de história que corresponda a essa verdade" (Benjamin, 1985, p. 226). Benjamin entende a memória como "a mais épica de todas as faculdades" (*idem*, p. 210), sendo capaz de oferecer as condições para se conservar o que foi dito devido à sua possibilidade de reprodução, ressignificação e reinvenção, através do ato de narrar, considerado uma arte pelo autor.

Num momento inicial, a partir de um breve apanhado conceitual sobre a memória coletiva, apresentamos em que espaços sociais a mesma pode ser forjada em meio a convivencialidade entre pessoas surdas. Num segundo momento, os idosos surdos surgem como uma categoria que engendra o *savoir-faire* e as vivências com que foram brindados com o passar dos anos. Assim, as associações de surdos e as personagens surdas que as compõem, desempenham fundamental papel na preservação e atualização das memórias coletivas das comunidades de surdos.

Acreditamos ter sido possível refletir, ainda que de forma breve, sobre algumas das questões que sustentam a necessidade de agregação desse grupo em torno de um *ethos* aparentemente comum. Assim, desejamos que o leitor possa perceber a complexidade de uma discussão teórica, a partir da fissura que os conceitos de "cultura", "comunidade", "povo" surdo engendram. Sabemos não ser essa uma tarefa fácil, daí a escolha por transitar entre as associações de surdos – logradouros de uma história social – e as vivências das personagens que por elas circulam. Desse modo, entre idas e vindas que a memória social suscita, esse projeto caminha.

Referências

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. *Aspectos da visualidade na educação de surdos*. Tese de Doutorado/UFSC, 2008.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GARCIA, Maria Izabel dos Santos. *Fala Zé Mudo: aventuras e desventuras de uma trajetória*. Dissertação de Mestrado/UERJ, 1999.

GUIMARÃES, Bruno; GIRARDI, Luisa; OLIVEIRA, Mariana; HARAYAMA, Rui. Pontos em expansão: uma conversa com Marilyn Strathern. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 21, 2012.

HALBSWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LADD, Paddy. *Comprendiendo la Cultura Sorda: en busca de la sordedad*. Concepción: Biblioteca del Congreso de la Catalogación en la Publicación de Datos, 2011.

LANE, Harlan. *A Máscara da Benevolência: a "comunidade surda" amordaçada.* Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1992.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. A ideologia da seriedade e o paradoxo do coringa. *Revista de Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 1, 1974.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo (org.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000a.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume, 2000b.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In *Estudos Históricos*, nº 10, p. 200-212, Rio de Janeiro, 1992.

SACKS, Oliver. *Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. São Paulo: Editora Imago, 1988.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In SKLIAR, Carlos (org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças.* Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

CAPÍTULO III

A história do teatro dos surdos no Brasil

Alexandre Luiz Lopes Pinto

Rebeca Garcia Cabral

Introdução

> Se a ação for espontânea, isto é, se ela surgir de uma necessidade vivida pelo sujeito, então, necessariamente ela trará transformações (*Fernando Becker*).

Em meados de 1990, no pátio do Instituto Nacional de Educação dos Surdos no Rio de Janeiro (INES) um grupo de Surdos ensaiava uma peça de teatro. Este grupo era composto pelos atores Marlene Prado, Silas Queiroz, Carlos Alberto Góes, Nelson Pimenta, Ana Regina Campello com apoio da ouvinte Lanucia Quintanilha e o diretor ouvinte Oscar Saraiva. Eles ensaiavam para apresentar o espetáculo "Loucos Quadrinhos" no Festival de Novos Talentos, no município de Paty de Alferes/RJ, no qual receberiam a Menção Honrosa. Neste dia, um dos autores desse capítulo, Alexandre Lopes, passou a fazer parte do Teatro Surdo, entrando para a "Companhia Surda de Teatro", da qual faz parte até hoje. De lá pra cá, já se passaram mais de vinte anos de trabalho no grupo, fazendo várias apresentações em associações de surdos, escolas, congressos, eventos, festivais e temporadas pelo Brasil a fora.

Faz muito tempo que as comunidades de surdos vêm apresentando peças de teatro em associações de surdos e escolas, como o INES. Contudo, temos poucos registros dessas apresentações, somente alguns relatos. Isto porque somos proficientes em uma língua viso-gestual, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e naquela época não tínhamos como escrever, pois, a maioria dos surdos não dominava a língua portuguesa, o que dificultava o registro escrito.

É importante ressaltar que a normalização dos surdos imposta pelos ouvintes, obrigando os mesmos a se submeterem ao ouvintismo, é uma questão que remonta muitos anos. Essa normalização foi proposta inicialmente no Congresso de Milão, em 1880. Eles alegavam que a Língua de Sinais prejudicava o aprendizado da fala.

Por mais de um século, o oralismo fez com que as escolas de surdos se transformassem em clínicas fonoaudiológicas, pois as disciplinas curriculares necessárias para a formação do aluno tiveram seu tempo pouco a pouco substituído pela aprendizagem da fala. Vale ressaltar que os alunos não podiam sinalizar, apenas a oralidade era permitida. Portanto, podemos imaginar a dificuldade de um professor ouvinte de português ensinar o português

falado para um surdo nativo em LIBRAS ou um surdo que não conseguisse fazer leitura labial. Como esse aluno poderia aprender a língua portuguesa? Como entenderia a complexa gramática da língua portuguesa com um professor que não domina a Língua de Sinais? Por essas e outras questões não respondidas, até os dias atuais muitos surdos não dominam a língua portuguesa. O oralismo foi um fracasso.

Desse modo, Karin Strobel defende a ideia da chamada cultura surda. Para ela, esse é um importante meio para "um povo se constitui[r], integra[r] e identifica[r] as pessoas e lhe dá o carimbo de pertencimento, de identidade. Neste caso, a existência de uma cultura surda ajuda a construir as identidades das pessoas surdas dentro da sociedade" (2008a, p. 22). Ela afirma ainda que dentro dessa cultura existem determinados artefatos, o que também podemos chamar de marcadores, como a Língua de Sinais. A autora complementa que essa cultura "também envolve o artefato arte surda, assim como as pinturas, esculturas, teatro, poesias e outros" (2008a, p. 64).

Assim, no presente capítulo, pretendemos relatar algumas das experiências junto ao teatro das comunidades de surdos brasileiras, bem como as etapas dessa trajetória até os dias de hoje. Pretendemos não só apresentar o Teatro Surdo, como também realizar uma breve retomada histórica sobre os avanços e desafios da comunidade surda no campo das artes.

A realidade do surdo na arte

> Se o ator é um artista, ele é de todos os artistas o que em maior grau sacrifica sua pessoa ao ministério que exerce. Ele não pode dar nada se não se possui, se dar não em efígie, mas de corpo e alma, e sem intermediário. Tanto sujeito quanto objeto, causa e fim, matérias e instrumento, sua criação é ele mesmo (*Jacques Copeau*).

As comunidades de surdos têm pouco acesso à cultura na sociedade. Essa exclusão ocorre porque a maioria das manifestações artística e cultural são de via auditiva, realizadas através da oralidade, ou seja, da fala e, na maioria das vezes, sem intérpretes de LIBRAS. Isso faz com que os surdos fiquem impedidos de frequentar teatros onde o espetáculo é baseado na fala.

No passado, a maioria dos espetáculos teatrais não tinham acessibilidade para surdos. Eles não frequentavam teatros de ouvintes, pois os mesmos eram baseados na fala oral, sem interpretação para a língua de sinais. Recentemente os intérpretes de LIBRAS/Português começam a ser introduzidos em espetáculos culturais (peças teatrais, shows de música, visitas à museus, dentre outros). Contudo isso não é tão eficaz para o surdo, pois ele acaba ficando dividido: ou olha para o intérprete no canto do palco, ou olha para o centro do palco onde ocorre o espetáculo. Caso olhe para o intérprete não vê o que está acontecendo na peça, caso olhe a peça não vê o que o intérprete traduz. Esse é o problema atual. Alguns teatros no exterior possuem um visor digital (que fica abaixo do palco) em que aparece a legenda, possibilitando um campo visual melhor, pois a legenda fica de frente para o

espetáculo. Entretanto, essa ainda não é a solução, uma vez que muitos surdos – dentro e fora do Brasil – não dominam com eficiência a língua oral.

Atualmente nos Estados Unidos e em países da Europa[18], em espetáculos de atores surdos, o intérprete é um ator que contracena com os demais, sendo a voz dos atores surdos para que a sociedade ouvinte possa entender o espetáculo. No Brasil, o Centro de Integração de Arte e Cultura Surda (CIACS), do qual falaremos mais adiante, busca atenuar a lacuna existente nessa área adotando linhas programáticas de ação que atendam suas necessidades culturais, utilizando a LIBRAS como forma de comunicação e expressão, buscando assegurar uma inclusão social plena e a autonomia dos surdos.

Um dos motivos para criarmos um teatro com atores surdos e que, portanto, utiliza somente a língua de sinais está implicado no fato de termos nossa cultura, nosso jeito de pensar, nosso jeito de ver o mundo, nossa visão de mundo sem o atravessamento da condição auditiva. Desse modo, a montagem do espetáculo nesses moldes, é uma maneira das pessoas entenderem nossa visão de mundo: como somos e o que queremos.

Além de fazer teatro para despertar a reflexão da sociedade ouvinte, outro de nossos objetivos, sem dúvida o maior deles, é possibilitar o acesso ao teatro às comunidades de surdos. E, assim, efetivamente realizar um espetáculo voltado às demandas das pessoas surdas. Como dito anteriormente, há uma grande falta de acessibilidade que impossibilita aos surdos entenderem um espetáculo produzido pelos ouvintes. Do mesmo modo, a falha na interpretação para a língua de sinais ocorre por muitas vezes o tradutor/intérprete não nos trazer o entendimento amplo da peça. Afinal, além de pertencermos a uma cultura diferente, a linguagem teatral torna impossível que o tradutor/intérprete consiga exercer seu papel como mediador entre línguas tão distintas, a saber: língua oral e língua de sinais. Uma frase engraçada para um ouvinte muitas vezes não é engraçada para o surdo, pois os *inputs* dos ouvintes são diferentes dos *inputs* dos surdos. A língua portuguesa tem semântica e pragmática que trazem a graça. Trata-se de um universo cultural distinto, onde o risível para um grupo social, nem sempre o é para outro (Garcia, 2011).

> [...] Durante muito tempo, as piadas contadas nas "rodinhas" de surdos que eu freqüentava eram desprovidas de qualquer possibilidade de me fazer gargalhar. Eu acreditava, mesmo, que nunca riria daquelas anedotas. Com a convivência diária, com o contato mais freqüente com o grupo e com um melhor desempenho na LIBRAS, certo dia pude me surpreender dando boas gargalhadas após 'ouvir' uma dessas anedotas. Uma das mais famosas é a piada da *Árvore Surda*[19] (Garcia, 2011, p. 95-96)

Desse modo, tradução entre línguas tão distintas traz mais impossibilidades do que possibilidades. No viés da desconstrução e pós-modernidade, autores afirmaram que a tradução é impossível de ser feita. É como diz Arrojo (2007): "A grande maioria dos

[18] Na Europa, Alexandre Lopes esteve em Paris/França para estudar o teatro do *Internacional Visual Teatle (IVT)*.
[19] Ver http://escoladereferencia.blogs.sapo.pt/

escritores e poetas que abordam a questão da tradução de textos literários considera que traduzir é destruir, descaracterizar, é trivializar" (p. 25-26).

Para Schopenhauer (2005) era melhor que se aprendesse a língua que quisesse traduzir, pois cada língua possui palavras específicas que expressam determinados conceitos com muito mais precisão que outras línguas. Portanto, quando aprendemos uma outra língua ampliamos e refinamos nosso acervo de conceitos, ao passo que na tradução, substituímos as palavras exatas por outras *apenas* correspondentes, mas imprecisas.

Então por isso colocamos uma inquietação: *vale à pena traduzir em situações que envolvem questões artísticas, como o teatro?* Pensamos que algum nível de auxílio acontece, mas não será uma tradução fidedigna, podendo haver entendimentos diferentes do texto da peça teatral realizada por ouvintes aos surdos.

Como mencionado, para Arrojo (2007), a questão da *forma* e do *conteúdo* é uma preocupação antiga. Podemos constatar isso, através, do pensamento de Cícero (46, a.C.), por exemplo, ao afirmar em seu texto que trata sobre a Questão:

> [...] Não traduzi como intérprete, mas como orador, com os mesmos pensamentos e suas formas bem como com suas figuras, com palavras adequadas ao nosso costume. Para tanto não tive necessidade de traduzir palavra por palavra, mas mantive todo o caráter das palavras e sua força. Não considerei, pois, ser mister enumerá-las ao leitor, mas como que pesá-las. [...] Se, como espero, eu tiver assim reproduzido os discursos dos dois servindo-me de todos seus valores, isto é, com os pensamentos e suas figuras e na ordem das coisas, buscando as palavras até o ponto em que elas não se distanciem de nosso uso (Cícero *apud* Furlan, 2003, p. 17).

Cícero discute acima duas concepções de tradução: uma que privilegia a forma e outra o conteúdo. A que privilegia o conteúdo, ele denomina de "orador" e a que privilegia a forma, ele chama de "tradutor". Cícero entendia que havia essas duas formas de traduzir e optava pela primeira. Portanto, pensamos que é preciso o intérprete de teatro estabelecer os objetivos dessa tradução, para que possamos escolher um caminho que privilegie, ao invés da forma, o conteúdo.

Outra questão que se insere em uma peça de caráter regional, como as nordestinas com falas de jagunços, é que além de tratar-se de um texto literário, ele também é um texto rico em expressões não traduzíveis, pois a maioria delas são do nível da fonologia da língua portuguesa. Então, um dos trabalhos a fazer, após definir o "porquê" de traduzir esse texto para a LIBRAS, é o de selecionar os termos em seus respectivos níveis: fonológicos, semânticos, sintáticos ou da ordem do discurso. Em relação ao discurso, como ficaria esta tradução para LIBRAS sendo um texto de caráter regional?

É preciso frisar também que o texto ao ser apresentado em forma de teatro possui outros textos: programa de rádio (locução), sonoplastia ambiente e da natureza (como o som de pássaros, por exemplo), música, dentre outros.

Por isso que quando fazemos teatro, pensamos para qual público destinamos a peça. Se for o público surdo usaremos os textos em LIBRAS. Caso o público seja misto (composto por surdos e ouvintes), o intérprete tem que se aperfeiçoar, tem que ser também um ator, estando junto na construção do espetáculo. Discordamos de situações de contratação de um "intérprete-relâmpago", pois ele não está preparado para traduzir como orador.

Uma síntese sobre cultura(s) surda(s)

Para pensar sobre as culturas surdas, é necessário entender que os surdos fazem parte de uma comunidade linguística distinta dos ouvintes (indivíduos que ouvem pelo canal auditivo). A língua majoritária é a língua áudio-oral. Já os surdos utilizam as chamadas línguas de sinais, cuja modalidade é gesto-visual. Enquanto para ouvintes os sons entram pelo canal auditivo e saem pela boca, para os surdos os estímulos são visuais e passados pelas mãos e expressões corpóreas. Essa simples introdução nos faz entender como pode ser entendida a recepção/interpretação/emissão de informações por ambos. Apesar de simples, no entanto, em muito contribui para entender que surdos e ouvintes não possuem a mesma visão de mundo.

A autora Ana Regina Campello (2008, p. 87) afirma que, apesar de não ouvirem, é possível notar os ajustes "dos sujeitos Surdos ao mundo sonoro [...]. As crianças Surdas crescem aprendendo a fazer certos ajustes carregados de elementos significativos por meio da visualidade. A visualidade contribuirá, de maneira fundamental, para a construção de sentidos e significados". Desse modo, essa maneira de se relacionar com o mundo interfere diretamente em sua identidade e cultura. Tom Humphries destaca que:

> [...] Antes de usar a palavra 'cultura', as pessoas surdas têm historicamente mantido um discurso que foi sobre si mesmos, suas vidas, suas crenças, suas interpretações do mundo, suas necessidades e seus sonhos. E esse processo interno de [é] 'falar de cultura', provavelmente um dos mais fortes dos processos culturais, que constitui a base para as duas expressões públicas e privadas que conhecemos hoje por 'cultura surda' (2008, p. 35, tradução nossa)[20].

Karin Strobel complementa que a cultura surda engloba as "atitudes do ser surdo, de ver, de perceber e de modificar o mundo" (2008a, p. 38). Mas a questão da nacionalidade do indivíduo também é um dado que interfere em sua leitura de mundo. Um dos autores que trabalha com culturas surdas, Hugo Nakagawa (2012, p. 59), aponta que:

> [...] Ao se falar em culturas surdas faz-se importante sabê-las várias, e diversas, espalhadas pelo mundo. A cultura surda brasileira distancia-se em muitos aspectos da cultura surda japonesa, que por sua vez apresenta uma

[20] "Without mentioning the word 'culture', Deaf people have historically maintained a discourse that was about themselves, their lives, their beliefs, their interpretations of the world, their needs, and their dreams. It is this internal process of 'culture talking', probably one of the strongest of cultural processes, that forms the basis for both private and public expressions of what we know today as 'Deaf Culture'".

> série de peculiaridades em relação à cultura surda sul-africana ou vietnamita. Dados os diferentes contextos históricos, econômicos, culturais e religiosos dos países que as abrigam, as culturas surdas se apresentam de maneiras distintas, posto que são – habitualmente – simbióticas (coexistem com outras culturas, geralmente majoritárias).

Entretanto, todas as culturas surdas (e as ouvintes também) possuem um elemento comum: a visualidade. Portanto, pode-se afirmar que as culturas surdas se inserem no campo da Cultura Visual[21]. Conforme analisa Paulo Knauss, "trata-se de abandonar a centralidade da categoria de visão e admitir a especificidade cultural da visualidade para caracterizar transformações históricas da visualidade e contextualizar a visão" (2006, p. 107). Entende-se por Cultura Visual o campo que:

> [...] tem interesse em eventos visuais em que o consumidor busca informação, significado ou prazer ligado à tecnologia visual. Entendo, por tecnologia visual, qualquer forma de aparelho projetado para ser observado ou para aumentar a visão natural, da pintura a óleo à televisão e à internet (Mirzoeff, 2003, p. 19, tradução nossa[22]).

Ulpiano Meneses, autor de destaque nesse campo, esclarece que em meio a chamada Cultura Visual existem diversas ramificações e analisar apenas que o visual é seu elo comum é um tanto simplista. Ainda assim, é possível identificar duas ramificações presentes nessa área.

> [...] A primeira tem a *cultura* como traço forte e se referiria a valores e identidades construídas e comunicadas pela cultura por mediação visual. Inclui a natureza conflitiva do visual, os mecanismos de exclusão que os processos identitários envolvem, a inclusão do visual no processo social, etc. A outra vertente enfatizaria o *visual* e com isto incluiria toda a gama de coisas que os homens produzem e consomem 'as part of their cultural and social lives': de arte e *design* a expressões faciais, moda, tatuagem e assim por diante (Meneses, 2003, p. 25, grifos do autor).

Quando falamos das culturas surdas, seu enfoque principal é pensar como a visualidade impacta a cultura, identidade e língua das comunidades de surdos. Portanto, estaria relacionada à primeira vertente encontrada no texto de Meneses. Entretanto, quando se fala de artistas surdos, a segunda vertente se faz pertinente em paralelo com a primeira. Essa ligação entre ambas é um ponto importante a se pensar. Como diria Strobel, "o artista surdo cria a arte para que o mundo saiba o que pensa, para divulgar as crenças do povo surdo, para explorar novas formas de 'olhar' e interpretar a cultura surda" (2008a, p. 66).

[21] É importante ressaltarmos que a área da Cultura Visual surgiu em decorrência dos estudos de visualidade por parte de autores ouvintes. Portanto, não é uma área criada a partir dos Estudos Surdos. Porém, é possível realizar uma leitura da Cultura Visual em paralelo com a Cultura Surda.

[22] "[...] se interesa por los acontecimentos visuales en los que el consumidor busca la información, el significado o el placer conectados con la tecnologia visual. Entiendo por tecnologia visual cualquier forma de aparato diseñado ya sea para ser observado o para aumentar la visión natural, desde la pintura al óleo hasta la televisión e Internet".

Cronologia dos Grupos Teatrais filiados ao CIACS/RJ

O CIACS tem o teatro como manifestação das lutas e direitos do Povo surdo. Assim, esse grupo se utiliza do teatro para realçar situações cotidianas que envolvem a forma com que os surdos experienciam o mundo. Além disso, procuram expor dificuldades que enfrentam nesse embate entre visões de mundo tão distintas: a discriminação, o rebaixamento imposto pela sociedade ouvinte, o oralismo imposto pelas escolas de surdos, a falta de intérpretes/tradutores de LIBRAS-Português, a falta de acessibilidade, dentre outros.

A partir da linguagem teatral como ferramenta, realizamos diversas conquistas. Isso porque esse tipo de linguagem possibilita aos atores surdos apresentar o ser Surdo como representante de sua comunidade. Desse modo, o teatro de surdos demarca um território no qual fica claro que esse grupo social sabe o que deseja para si, em contraposição ao que lhe é imposto por aqueles de fora do grupo. Através do recurso teatral apresentamos o descompasso entre nossos anseios como grupo social minoritário e as imposições do grupo social majoritário.

> [...] As pessoas surdas também acham a língua de sinais, como qualquer outra língua, uma maneira poderosa de expandir sua criatividade e prazer artísticos. Teatros nacionais de surdos em vários países fizeram programas de grande sucesso. Artistas surdos têm conseguido mostrar linguagem de sinais em suas pinturas, ilustrações ou trabalhos esculturais (Anderson *apud* Strobel, 2008b, p. 66).

A língua é um elemento fundamental na construção da identidade de qualquer grupo social. Essa premissa também deve ser considerada quando se trata de abordar questões relacionadas ao grupo de surdos.

Refletindo sob essa ótica, em 1986, surge o "Grupo Silencioso" composto pelos atores Silas Queiroz, Carlos Alberto Góes, Ana Regina Campello, Lucia Severo e outros. O mesmo atentou para a importância de oficializar sua criação, para obter apoio e patrocínio do governo para a manutenção de suas atividades.

Uma vez que o Grupo era leigo no métier teatral, um dos atores – Carlos Alberto Góes – foi aos Estados Unidos, a fim de aprender com os atores surdos americanos e trazer essa experiência para o Grupo brasileiro. Ao visitar o "The National Theater of the Deaf" (primeira escola profissional de atores surdos nos Estados Unidos), houve a inspiração para dar início ao Centro de Integração dos Surdos na Arte Cênica (CISACEN), hoje conhecido como CIACS.

O CISACEN teve início em 1989 com espetáculos teatrais para as comunidades de surdos, em diferentes estados brasileiros. Desse modo, provocou a sensibilidade do público para as questões das pessoas surdos, no que tange aos seus anseios por acesso aos bens culturais disponíveis em qualquer sociedade. Essas ações promoveram um despertar para a formação do grupo de teatro em novas técnicas.

Ampliando seu objetivo, em 1992, o CISACEN passou a ser o então CIACS, de modo a desenvolver atividades nas áreas da arte, cultura e mídia com Surdos de diferentes faixas etárias. As principais metas do CIACS são incentivar a produção, a prática e o desenvolvimento das atividades artísticas e culturais das pessoas surdas; bem como fomentar programas, projetos e atividades de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para a arte de surdos, em geral.

Através da oferta de palestras, cursos, oficinas e mídias, sua missão é fazer chegar aos indivíduos Surdos e ouvintes, informações acerca dos diferentes aspectos da vida cotidiana dos surdos em uma sociedade majoritariamente ouvinte. Dessa forma, dentre seus objetivos, o CIACS almeja que os indivíduos Surdos valorizem a Língua de Sinais, sua cultura e sua arte, ainda tão desprestigiadas na sociedade em geral, passando assim a sentir orgulho de pertencer as comunidades de surdos sem se autodepreciar. Esse trabalho que desenvolvemos é uma forma de elevar a autoestima do Ser Surdo. Nossa meta maior.

Abaixo apresentamos uma breve cronologia dos grupos surgidos através do CIACS:

1. Grupo Silencioso (1983 a 1992): criado em 1983, formado inicialmente pelos atores Carlos Alberto Góes, Silas Queiroz, Marlene Prado, Nelson Pimenta e Ana Regina Campello. Seus primeiros jogos teatrais foram "A Praça" e "Hospital de Loucos". Possuíam um estilo cômico e seus espetáculos foram apresentados inicialmente no INES. Devido a boa repercussão o grupo resolveu ir à procura de orientação profissional relativa as técnicas teatrais para melhorar sua performance no palco. Assim, em 1985, iniciaram um curso de mímica com a professora Luiza Monteiro. Os espetáculos "Bar da Vida", "A Metamorfose" e "O Jornaleiro Sofredor", bem como as óperas "Lá Boheme" e "A Criação" lotaram o auditório do INES na época.

Em 1987, o Grupo gravou uma fita VHS para o *Internacional Center of Deafness Festival*, da *Gallaudet University*, em Washington. Já em 1990, no encontro para formação dos Comitês Brasileiros da Instituição de Apoio a Deficiente Americanos, encenaram no *Very Special Arts Brazil*, realizado em Brasília. Apresentando, assim, para o mundo ouvinte, a arte teatral Surda, o mesmo obteve um grande sucesso.

Com o espetáculo "Falamos de Brasil", o grupo fez sucesso, recebendo muitos convites para apresentações em vários estados do Brasil. Numa dessas ocasiões, o grupo fez uma apresentação em Mato Grosso do Sul, época em que aconteceu um movimento à Pessoa Portadora de Deficiência.

Em 1991, o grupo realiza uma apresentação no Festival de Teatro Amador, em Paty dos Alferes/RJ, um festival de artistas ouvintes para uma plateia ouvinte. O que culminou na Menção Honrosa no Festival de Novos Talentos no Planetário da Gávea. Foi aí que nasceu a Companhia Surda de Teatro com novos atores, um novo diretor (o ator ouvinte Oscar Saraiva) e sua assistente (Lanucia Quitanilha).

2. *Companhia Surda de Teatro (1993 a 1997):* a mesma representa a continuação das metas do "Grupo Silencioso". No seu ano de início, o grupo criou o espetáculo "Somos Todos Diferentes" que teve sua estreia no hotel Copa'Dor no Congresso Brasileiro sobre Bilinguismo.

Este espetáculo foi um marco para a história da educação dos surdos do Brasil, pois neste Congresso estavam presentes diferentes profissionais da educação de surdos, de vários estados do país e do exterior. Houve grande comoção por parte do público ao assistir à peça. A mesma retratava a história de uma adolescente surda que amava outro surdo e era impedida pelos pais, que não aprovavam tal relação. O desfecho da peça culmina com o suicídio da adolescente surda.

Com o reconhecimento do trabalho, os atores surdos foram convidados para TVE Educativa no projeto educacional chamado "Vejo Vozes", destinada ao público Surdo, especificamente para crianças. Este programa mostrava várias histórias cotidianas de um palhaço surdo e um garoto surdo. O mesmo foi exibido por cerca de um ano.

Um dos atores do grupo – Nelson Pimenta, em 1995, passa um ano nos EUA para estudar e pesquisar experiências teatrais dos Surdos americanos, no *National Teatle Deaf (NTD)*. Em seu retorno ao Brasil, o mesmo trouxe vários vídeos de peças teatrais em *ASL*, a maioria de fábulas difundidas na sociedade americana. Posteriormente foram adaptadas e traduzidas para LIBRAS.

Detalhe da história *Os Três Ursos*[23] publicada em Fita de Vídeo pelo INES em 2003 e republicado em DVD em 2005[24]

Como consequência da visita aos EUA do ator Nelson Pimenta, outro ator da companhia – Alexandre Lopes –foi convidado a participar dos trabalhos teatrais do *NTD* pelo período de trinta dias. Essa parceria resultou na criação da peça "Fábula em 4 Tempos" da Companhia Surda de Teatro. A mesma que obteve um grande sucesso, que possibilitou o espetáculo a participar vários congressos pelo Brasil.

Em 1997, ator Nelson Pimenta retorna aos EUA para fazer um Curso Integral de dois meses no *NTD*, período no qual aprimorou conhecimento não só sobre Teatro de Surdos, mas também sobre educação de surdos americana. Tal fato foi um disparador nas pesquisas sobre o ensino de Língua de Sinais, promovidas pela Federação Nacional de Educação dos

[23] Para os surdos a história da "Cachinhos Dourados" é traduzida como "Os Três Ursos".
[24] Os DVDs reúnem várias histórias narradas em LIBRAS (4 – Educação de Surdos, Contando Histórias em LIBRAS: clássicos da Literatura Mundial, respectivamente, Patinho Feio, Os Três Ursos, Cinderela, João e Maria, Os Três Porquinhos & A Bela Adormecida).

Surdos (FENEIS), haja vista que os EUA se encontravam muito avançados nessa área linguística.

Nesse mesmo ano foi difundido um vídeo educacional com os atores da Companhia para o projeto "Metodologia de Ensino de LIBRAS" e também para o curso "LIBRAS em Contexto", promovido através da parceria entre FENEIS e Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com base nessa experiência, a FENEIS criou um grupo de Agentes Multiplicadores Surdos no Rio de Janeiro, cujo objetivo era multiplicar a metodologia de ensino de LIBRAS em todo o país. Como consequência dessa iniciativa, foi lançado o livro "LIBRAS em Contexto", que trazia importantes inovações no ensino de língua de sinais como L2 (segunda língua) para pessoas ouvintes ministradas. Essas parcerias também alavancaram a promulgação da Lei de LIBRAS, bem como a criação do primeiro curso de Letras/LIBRAS na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

3. Grupo Lado a Lado (1999 a 2001): Ao longo desse processo ocorreram várias parcerias com o INES, as mesmas contribuíram na criação do Grupo Lado a Lado, sob a responsabilidade do ator e diretor Nelson Pimenta, em parceria com a professora Regina Celeste. Esse projeto criou os espetáculos "Movimentos Poéticos" e "Grauna". Esta última baseada em uma personagem do cartunista Heifil.

Nesses espetáculos, as poesias eram realizadas em LIBRAS por atores Surdos. Entretanto, por ser um trabalho que rompia com o *status quo* dominante, não obteve o reconhecimento desejado. Acreditamos que algum elemento teatro-linguístico-cultural tenha sido negligenciado nessa produção. Uma possibilidade está no fato da maioria das poesias estarem ancoradas na estrutura gramatical da língua portuguesa e não na sintaxe própria à língua de sinais.

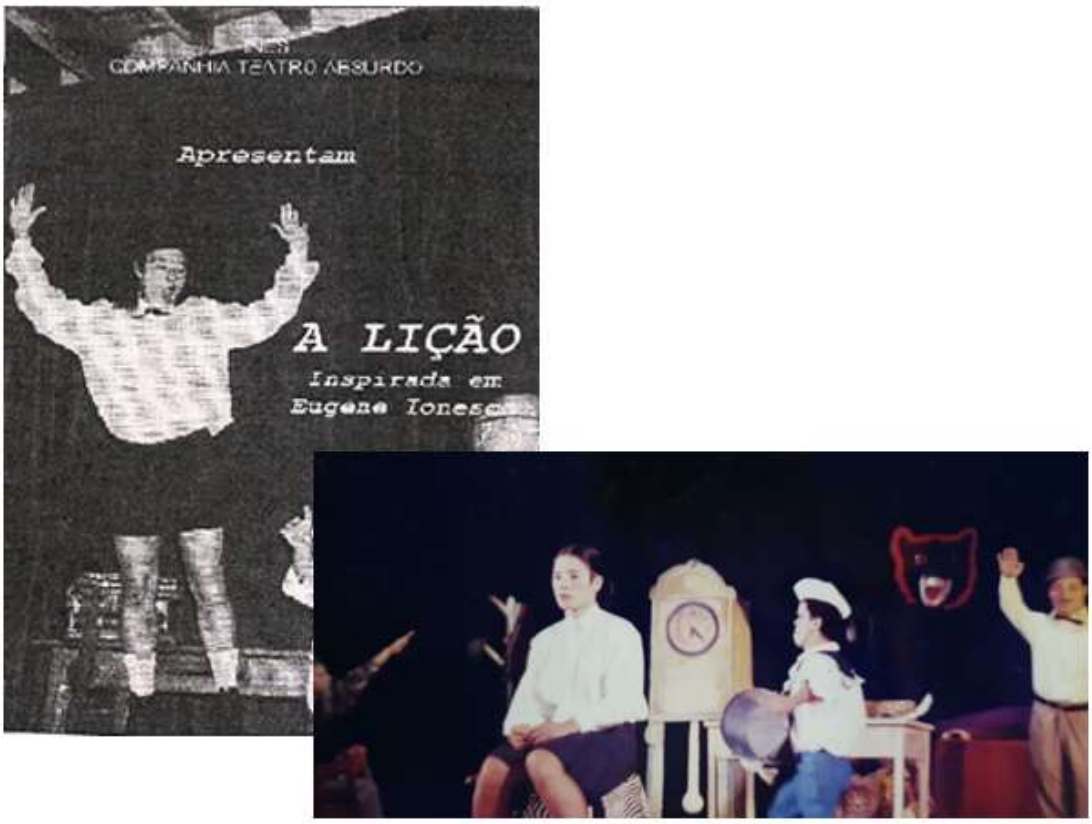
Essa experiência apontou para o fato de que a adaptação de textos poéticos da língua portuguesa para a LIBRAS é uma tarefa que nem sempre se adequa aos objetivos pleiteados. Como anteriormente apontado por Cícero (*apud* Furlan, 2003), se faz necessária uma tradução a partir do conteúdo e não da forma, ou seja, buscando expressões que tenham o mesmo significado e sentido entre as línguas.

Em 1998, em busca de aperfeiçoamento, o grupo faz um curso no Teatro do Oprimido, que é uma instituição que utiliza um método teatral que interage com o público, sob a direção

de Augusto Boal. Adiante, o grupo é convidado para fazer um filme educativo, em parceria com INES/MEC, sobre a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

4. Companhia Teatro Absurdo (2001 a 2005): Em 2001, surge o grupo teatral "Companhia Teatro Absurdo". Nesse mesmo ano apresenta o espetáculo "Brasil Will, Will, Will", no SESC de São José do Rio Preto/SP, utilizando técnicas circenses, língua teatral do Surdo e jogos cênicos. Todos os atores eram alunos surdos do INES.

No ano seguinte, o grupo apresentou o espetáculo "A Lição", de Eugene Ionesco, que teve sua estreia no Teatro Tá Na Rua na Lapa, obtendo um grande sucesso. Foi o primeiro espetáculo de atores surdos, apresentado ao longo de uma temporada de dois meses no Teatro Santa Rosa de Lima/RJ. Cabe ressaltar que o autor do presente capítulo foi o diretor desse espetáculo em parceria com Breno Moroni.



Cartaz do espetáculo "A Lição" + participação do diretor do espetáculo, Alexandre Luiz, como ator substituto na peça

5. Teatro Brasileiro de Surdos (2005 a 2008): Em 2005, surge o grupo "Teatro Brasileiro de Surdos" (TBS), dirigido por Nelson Pimenta, Lanucia Quitanilha, Helena Tojal e Fabio de Mello. Seu primeiro espetáculo foi "O Marido da Mãe D'Água", apresentado na Casa de Cultura Hombu.

Nesse mesmo ano, o grupo se apresentou no teatro do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro com o espetáculo "Auto de Natal de Patativa do Nazaré". No ano seguinte, foram realizados os seguintes espetáculos: "Mestre da Paciência" na Catedral do Rio de Janeiro e "Meu Caro Jumento" no Teatro Baixo Santa do Alto da Glória. Essas mesmas peças teatrais foram apresentadas também em Florianópolis/SC, onde também foi apresentada de modo inédito a peça "Show de 6".

Em 2007, participou do XV Congresso da Federação Mundial de Surdos, em Madri/Espanha, com o espetáculo "O Marido da Mãe D'Água". Assim, o grupo foi considerado um dos quatro melhores grupos de teatro de surdos do mundo, concorrendo com outros trinta grupos teatrais de surdos. A apresentação encerrou as atividades do Congresso. Esse momento foi inédito, pois foi a primeira vez que atores brasileiros surdos representaram seu país no exterior.

O TBS cria, então, um de seus espetáculos mais conhecidos: "Museu da Surdez", em que atores Surdos narram os fatos que acontecem na sociedade ouvintista em que o Surdo vive: as discriminações, a proibição da Língua de Sinais, a obrigação do oralismo e a luta pelos direitos do Ser Surdo.

Grupo do Teatro Brasileiro de Surdos na apresentação no "I Colóquio de Educação Inclusiva de Nova Friburgo", promovido pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia – FFSD, em abril de 2009 [25]

Em 2008, o MEC e o Grupo Teatral Moitará criam um Ponto de Cultura chamado "Palavras Visíveis". Os atores Surdos do grupo iniciam o curso[26] de Máscara Teatral, um projeto elaborado pelo Grupo Moitará, que se especializou nessa técnica com a *Commedia dell'arte* italiana e passou a possuir grande prestígio no exterior.

Segundo Dario Fo, a "*Commedia dell'arte* significa uma comédia encenada por atores profissionais, associados mediante um estatuto próprio de leis e regras, através do qual cômicos se comprometiam a proteger-se e respeitar-se reciprocamente" (1998, p. 20). Com a utilização de movimentos corporais e máscaras, esse modelo de espetáculo se propagou por toda a Europa do século XV, sendo chamado de *comédia das máscaras* na França. Além disso, conforme Valéria Maria de Oliveira (2005), os grupos teatrais da época costumavam ter personagens próprios que são bem característico, dentre os quais podemos citar Arlequim, Pantalone, Colombina e Pierrot.

Jacques Copeau, no século XIX, foi o primeiro a utilizar as técnicas da *Commedia dell'arte* para treinar novos atores. Como afirma Thomas Leabhart (2002), nas suas primeiras

[25] Da esquerda para a direita em pé: Andrico, Rosana, Fernanda, Alexandre, Nívea, Nelson. Agachados: Marlene, Davi (filho de Alexandre e Nívea), Silas e Bruno. Foto de autoria de Maria Izabel Garcia.

[26] Este curso de dois anos e meio inclui aulas teóricas de teatro, práticas, atividades corporais, e confecção de máscara.

experiências com teatro de máscaras, ele vestia o rosto dos atores com meias, limitando-lhes a expressão. Um de seus alunos, Jean Dasté, descreveu a experiência. Segundo ele, com o uso da "máscara, é impossível enganar. Quando tentamos expressar um sentimento ou emoção, se não nos sentimos impelidos por uma força interna, sabemos que não 'chegamos lá'. Cada gesto forçado era uma nota falta; o uso das máscaras também nos ensinou a ser sinceros" (*apud* Leabhart, 2002, p. 11).

Alexandre Luiz Lopes Pinto (Seo Antônio) e Silas Queiroz (Seo Peto) em ensaio do espetáculo "A Busca de Seo Peto e Seo Antônio" do Palavras Visíveis

O ator utiliza sua sensibilidade para manusear essas ferramentas, ganha maior habilidade na sua criação artística. Como diria Eugenio Barba, "a experiência da unidade entre dimensão interior e dimensão física ou mecânica [...] não constitui um ponto de partida: constitui o ponto de chegada do trabalho do ator" (1989, p. 21). A pré-expressividade ou estado puro é o alicerce, neste nível o ator busca aprender e treinar uma maneira operacional, técnica e orgânica de articular suas ações físicas no espaço, ou seja sua dilatação corpórea, sua presença cênica e a manipulação de suas energias.

O Ponto de Cultura "Palavras Visíveis" apresenta, desde 2016, o espetáculo "A Busca de Seo Peto e Seo Antônio". Esse espetáculo "nasce do desejo em realizar um espetáculo com atores Surdos que possa ser entendido, apreciado e vivido por todos nós, sejam ouvintes ou surdos". Assim, a peça "fala de abandono, inclusão, encontro e cumplicidade. Narra com alegria e poesia, a aventura de dois velhos amigos [...], fortalecendo os desejos, sonhos e motivações que haviam perdido" .

Seleção – Palavras Visíveis:

Teatro Brasileiro de Surdo – TBS:

Considerações Finais

Através do presente capítulo, pretendemos fazer um recorte sobre as culturas surdas, trazendo uma historiografia do teatro de resistência das comunidades surdas. Sim, resistência, uma vez que esse termo:

> [...] referiu-se a todos os movimentos e formas de oposição que emergiram no contexto da II Guerra Mundial contra a ocupação alemã e italiana. Ainda que, no seu entendimento lexical, trate-se 'de mais de uma reação que de uma ação, de uma defesa que de uma ofensiva, de uma oposição que de uma revolução', pode existir resistência espontânea e voluntária, com motivações ativa e passiva. A primeira limita-se 'a não colaboração, a sabotar passivamente, nos ministérios e nas fábricas, as iniciativas do inimigo', enquanto a segunda 'ataca com o fim de o desmoralizar, estando a sua máxima manifestação na guerrilha, de características diversas' (Garcia, 2016, p. 359).

Na II Guerra Mundial, resistir era ir contra o domínio alemão e italiano. Na época da Ditadura Militar brasileira, era ir contra o domínio dos militares. Foi nesse contexto que surgiu a resistência teatral encabeçada por Augusto Boal (fundador do Teatro do Oprimido). Manifestações artísticas são expressões de resistência, de emancipação e de descolonização. A arte surda é a maior expressão que há contra a opressão da sociedade ouvinte: "da resistência à desobediência"[27]!

Referências

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: teoria e prática*. São Paulo: Ática, 2007.

BARBA, Eugenio. *A Arte Secreta do Ator*. É Realizações: São Paulo, 1989.

[27] Alusão ao título do artigo de Miliandre Garcia (2016).

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. *Aspectos da visualidade na educação de surdos*. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

FO, Dario. *Manual Mínimo do Ator*. SENAC: São Paulo, 1998.

FURLAN, Mauri. "Brevíssima história da teoria da Tradução no Ocidente: I. Os Romanos". *Cadernos de Tradução nº VIII.* Florianópolis: PGET, p. 11-28, 2003.

GARCIA, Maria Izabel dos Santos. *Movimento Social dos Surdos: interseções, atravessamentos e implicações.* Tese de Doutorado/UFRJ, 2011.

GARCIA, Miliandre. "Da resistência à desobediência: Augusto Boal e a I Feira Paulista de Opinião (1968)". *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 59, p. 357-398, mai./ago., 2016.

HUMPHRIES, Tom. Talking culture and culture talking. In BAUMAN, Dirken (org.). *Open Your Eyes*. Minneapolis: University of Minessota Press, 2008.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, nº 12, p. 97-115, jan./jun., 2006.

LEABHART, Thomas. *A Máscara como ferramenta chamanística no treinamento teatral de Jacques Copeau*. Revista Fundarte, ano II, v. II, n. 4, jul./dez., 2002.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 45, p. 11-36, 2003.

MIRZOEFF, Nicholas. *Una introducción a la cultura visual*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

NAKAGAWA, Hugo Eiji Ibanhes. *Culturas surdas: o que se vê, o que se ouve*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2012.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A Arte de Escrever*. L&PM: Porto Alegre, 2005.

STROBEL, Karin Lilian. *As imagens do outro sobre a "cultura surda".* Editora da UFSC: Florianópolis, 2008a.

STROBEL, Karin Lilian. *Surdos: vestígios culturais não registrados na história.* Tese de Doutorado/UFSC, 2008b.

OLIVEIRA, Valéria Maria de. *Reflexões sobre a noção de teatro de grupo*. Dissertação de Mestrado/UFSC, 2005.

CAPÍTULO IV

Professores de LIBRAS: quem ensina?

Ana Regina e Souza Campello
Antônio Campos de Abreu
Magno Prado Gama Prates

Introdução

O objetivo da publicação deste capítulo partiu da necessidade de coletar, registrar e publicar o quantitativo de professores formados em Letras/LIBRAS, Pedagogia, Administração e outros, que estão efetivados como professores/servidores públicos federais, estaduais ou municipais, no ensino da disciplina de Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), nas diversas instituições de ensino no país. Mas que esse levantamento quantitativo, importa saber como surgiu o curso de língua de sinais que passou a ser elaborado pelos profissionais Surdos, empenhados em criar, organizar e divulgar a língua de sinais. Desse modo, esse capítulo se baseia na pesquisa realizada através da discussão do Grupo de *Whatsapp* denominado "Líderes dos Surdos".

As Trajetórias Legais

Desde a promulgação da Lei 10.436/02 (Brasil, 2002) que reconhece a Língua de Sinais Brasileira como "meio legal de comunicação e expressão" dos surdos brasileiros. A mesma é uma conquista do "povo Surdo" que vem construindo nos últimos 30 anos, desde a fundação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Essa lei reconheceu a LIBRAS como um sistema linguístico de natureza visual-motora (ou visual-espacial), com estrutura gramatical própria, e que faz parte da constituição dentro do sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

O Decreto 5.626/05 (Brasil, 2005) que veio regulamentar a Lei 10.436/02 (Brasil, 2002) e o art. 18 da Lei 10.098/00 (Brasil, 2000), insere a LIBRAS como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, intérpretes de LIBRAS, todos os cursos de licenciatura e bacharelado (no caso da formação de Intérprete e Tradutores de LIBRAS), curso normal de nível médio, curso normal superior, ensino da língua portuguesa oferecida aos alunos surdos como segunda língua, formação de profissionais bilíngues e também regulamentação do uso e difusão dessa língua em ambientes públicos e privados e sua acessibilidade.

Esse foi um passo importante na criação do Curso de Letras/LIBRAS, originalmente, e pela primeira vez, na Universidade Federal de Santa Catarina que implantou este curso através

do ensino à distância em seus 09 (nove) polos no território brasileiro. No *site* da UFSC[28] é apresentada a história desse curso.

> […] A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao criar o primeiro Curso de Graduação em Letras LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) do país, tornou-se um centro nacional de referência na área de LIBRAS. O Curso de Graduação em Letras LIBRAS, na modalidade a distancia, é uma ação desenvolvida para atender às demandas decorrentes da inclusão dos surdos na educação, conforme previsto no Decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei de LIBRAS 10.436/2002, bem como para garantir sua acessibilidade, conforme previsto na Lei de Acessibilidade 5.296/2004 e em outras determinações legais. [...] Histórico do Curso: Como projeto especial com aporte financeiro da SEAD/MEC e da CAPES, o Curso de Graduação em Letras LIBRAS, Licenciatura, teve seu início em 2006 e o Curso de Graduação em Letras LIBRAS, Bacharelado, em 2008. No ano de 2010, 389 alunos, surdos e ouvintes, finalizaram a licenciatura. E em 2012, 690 alunos, surdos e ouvintes, concluíram a licenciatura (378 alunos) e o bacharelado (312 alunos). Portanto, o curso de Letras LIBRAS EaD da UFSC, licenciatura e bacharelado, em parceria com diversas instituições de todo o Brasil, já formou mais de 1.000 profissionais em todo território nacional, tanto professores de LIBRAS quanto tradutores e intérpretes de LIBRAS-Português. [...] Com a adesão ao Programa Viver sem Limite do Governo Federal, o Curso de Letras LIBRAS EaD, bacharelado e licenciatura, tornou-se um curso regular da Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2014, três polos iniciaram suas atividades: (1) Joinville/SC (Polo de Apoio Presencial FUNDAMAS); (2) São Luís/MA (Polo de Apoio Presencial UFMA) e (3) Santa Rosa/RS (Polo de Apoio Presencial IFFarroupilha). A proposta é que, a cada oferecimento, diferentes instituições do país tornem-se Polos de Apoio Presencial ao curso, contribuindo com a formação de profissionais em todo o Brasil".

Atualmente, na tese de doutorado da Profa. Dra. Flaviane Reis (2016) foram apresentados cerca de 265 (duzentos e sessenta e cinco) professores Surdos efetivados através dos concursos nas universidades públicas e federais. Pelo fato do número ainda ser pequeno, reconhecemos que há muito trabalho a ser feito daqui para frente.

Lista dos professores Surdos efetivados nas universidades federais e estaduais:

[28] https://LIBRAS.ufsc.br/LIBRAS-distancia/

Desse modo, este capítulo tem por finalidade propor o panorama diferenciado: inclusão dos professores Surdos de formação não oriunda do Curso de Letras/LIBRAS, mas em outras áreas por conta da ausência do referido Curso nos estados de origem destes professores. Estes foram aprovados e concursados através da formação de pós-graduação *lato sensu* (Especialização em LIBRAS, Letras ou até Educação Especial) ou pós-graduação *stricto sensu* em áreas afins. Lembre-se de que os nomes listados são de profissionais **Surdos** (sem a especificação de suas identidades).

Ensino de LIBRAS: início, meio e depois da Lei LIBRAS

Com a criação do primeiro Instituto dos Surdos, atualmente denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1855, quando Edoard Huet apresentou ao Imperador D. Pedro II um relatório cujo conteúdo revelava a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil. O novo estabelecimento começou a funcionar em 1º de janeiro de 1856, mesma data em que foi publicada a proposta de ensino apresentada por Huet. Essa proposta continha as disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios. Formaram professores "repetidores" Surdos (Sofiato & Reily, 2011). A função de "repetidor", consistia em assistir à aula e depois repetir as lições do professor aos alunos que tinha sob a sua responsabilidade. Também era de sua incumbência o acompanhamento dos alunos no recreio e no seu retorno à sala de aula. Além disso, tinham como funções: acompanhar os visitantes do Instituto, pernoitar com os outros alunos, corrigir os exercícios dados pelo professor e fazer a sua substituição quando necessário. Os professores "repetidores" Surdos eram nomeados "se mostrasse[m] conhecimento e capacidade na disciplina escolhida para tal designação. Dessa forma, cada disciplina tinha o seu repetidor" (Sofiato & Reily, 2011, p. 628).

Pelo fato do INES ser, na época, a única instituição de educação de surdos em território brasileiro e mesmo em países vizinhos, por muito tempo recebeu alunos de todo o Brasil e do exterior (como o Uruguai), tornando-se referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos, ministrados pelos professores ouvintes e não-bilíngues. Daí o resultado da parca ou praticamente nenhuma formação de professores Surdos, devido ao currículo, implantado pelo INES, naquela época, cujo estudo estava condicionado à aprendizagem de um ofício. Os alunos frequentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e artes plásticas. Já as oficinas de bordado eram oferecidas às meninas que frequentavam a instituição em regime de externato.

A língua de sinais praticada pelos surdos no Instituto – de forte influência francesa, em função da nacionalidade de Huet – era introduzida no território brasileiro e com o tempo, a língua de sinais foi mesclada com os sinais regionais do território brasileiro (Campello, 2011), sendo difundida por outros estados brasileiros pelos alunos que regressavam às suas cidades ao término do curso.

Para a língua de sinais não ser desprestigiada e pela necessidade de entender a clareza o uso da língua de sinais pelos alunos Surdos, o professor "repetidor" Flausino da Gama criou a *Iconografia de Língua de Sinais*, com 352 sinais distribuídos e separados por categorias/estampas, tais como animais e objetos (Sofiato & Reily, 2011), como ponto de difusão da língua na comunidade vizinha fora do INES. A *Iconografia* é o único documento registrado e arquivado na Biblioteca Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Não temos registro se a língua de sinais era ensinada dentro do INES.

Com a implantação de uma nova metodologia de educação de Surdos, a filosofia educacional chamada de Comunicação Total, trazida pela fonoaudióloga Maria Ivete Vasconcellos[29], durante as suas viagens para a *University Gallaudet* (Washington, Estados Unidos) pode ser difundida. Vasconcellos estava impressionada com o uso da língua de sinais americana (*ASL*) por todos os professores da Gallaudet como uso comunicativo e corrente no ambiente linguístico dos Surdos e bilíngues. Na volta ao Brasil, entrou em contato com o Sr. Fernando de Miranda Valverde e mais tarde este chamou a Profa. Ana Regina Campello, uma das autoras deste capítulo, para implementar o Curso de Língua de Sinais, uma vez que naquela época não tinha a denominação oficial desta língua no território brasileiro, na Clínica Santa Cecília.

Os mesmos – Fernando Valverde e Ana Regina Campello – desenvolveram cartilhas de língua de sinais, copiando a metodologia de ensino de Língua de Sinais Americana trazida por Ivete Vasconcellos. O ensino era rudimentar e consistia em ensinar sinais por sinais de acordo com a categoria, conforme citado acima. Esse curso durou de 1980 até 1988.

Na década de 80, foi implementado no INES, o Curso de Estudos Adicionais (CEAD) na área da Surdez, durando até 2000. Os "Instrutores" Surdos eram convidados para ministrar língua de sinais na formação de professores de vários estados. Pedroso (2010) deixa claro:

> [...] Essa situação só será superada quando houver clareza sobre quem é o surdo e o que se almeja para ele. Do contrário, os alunos surdos continuarão vítimas da OUVINTIZAÇÃO, entendida como transposição de conhecimentos do mundo ouvinte para os temas relacionados à surdez. Em relação à educação, a OUVINTIZAÇÃO justificaria a aplicação de modelos educacionais para ouvintes na educação de surdos [...], resultando na imposição do poder dos ouvintes nas decisões que permeiam as questões educacionais desses alunos (dos alunos surdos) (p. 22).

Além da existência de doze "professores" e "inspetores" Surdos, registrados e documentados como servidores públicos da instituição federal, mas que não eram professores de formação de ensino de Língua de Sinais Brasileira e sim auxiliares de ensino da aprendizagem de um ofício, devido à formação de ensino médio (formados no SESI). De 1857 até 1990, o currículo do INES ensinava até o ensino primário. Os alunos matriculados aprendiam oficinas de gráfica, marcenaria e artes plásticas. Alguns "professores" e

[29] Fundadora e primeira presidenta da Associação Alvorada Congregadora dos Surdos, em 1953, na cidade do Rio de Janeiro.

"inspetores" eram presidentes e sócios em Associações de Surdos, como a Associação Alvorada Congregadora dos Surdos e a Associação dos Surdos do Rio de Janeiro (ASURJ), dos quais podemos citar: Aylmar Antunes Bousquat (ex-presidente da Associação Alvorada), Waldemar da Silva, Francisco Cerpeloni (ex 74), Pelkil, Almyr Rosa Levy, Sebastião Orlandi (77), João Rigo, Narciso Emanuel de Oliveira Paiva (ex-presidente da Associação Alvorada, ex-presidente da Federação Desportiva dos Surdos do Rio de Janeiro e ex-presidente da CBDS), José Vicente de Campos, José Nastrini Filho, Ângelo Pereira de Oliveira, José Monteiro de Souza (ex-presidente da Associação Alvorada), José Gomes, Ulisses Lopes, Natalino Mazzo (44), Samuel Doblins, Alencar da Cruz, José Vieira Filho, Cremilda da Costa, Savenay Lopes, Manoel da Costa (ex 340), Almir (ex 102) e Wilson Nascimento (ex 124).

A FENEIS, criada em 1987, que veio substituir a antítese da filosofia ouvintista da antiga FENEIDA (gestão 1977 a 1986), criando o primeiro curso de língua de sinais com a mesma metodologia implantada na Clínica Santa Cecília. Naquela ocasião, não tínhamos professores de ensino de língua de sinais, somente Surdos em outras categorias profissionais, como advogado (Otaviano Menezes), engenheiro eletrônico (Jacques Szerman), bibliotecária (Ana Regina Campello e Carmem Sieuve). Ana Regina Campello foi umas das convidadas para ministrar aula de língua de sinais em várias instituições de ensino privado e público, os demais autores deste capítulo passaram a ensinar logo depois.

Com a necessidade de criar a terminologia própria para a Língua de Sinais do Brasil, os Diretores da gestão de 1987 – 1991 da FENEIS se reuniram para eleger a nova denominação. Foram discutidas várias siglas, dentre elas: LSB, LIBRAS e outros. Uma vez que a Diretoria da época era composta por duas pessoas formadas no Ensino Superior, uma das diretoras ouvintes, propôs que a sigla e sua denominação fosse: LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, considerando a pronúncia facilitadora da palavra na língua portuguesa. Como os diretores surdos da FENEIS, se enquadravam na definição de identidade de "Transição" proposta por Gladis Perlin (2002)[30], em função da história de oralismo em suas vidas, acabaram por aceitar a proposta dessa diretora ouvinte. A partir dessa votação, emerge a nomenclatura da LIBRAS como língua oficial e referendada pela liderança Surda.

Assim, de acordo com a proposição da Política Nacional de Educação Especial, é incentivada "à utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no processo de ensino–aprendizagem de alunos surdos", bem como o "incentivo à oficialização da LIBRAS" (Brasil, 1994, p. 52-53).

Em 1992, surge o Grupo de Pesquisa E. Huet na FENEIS, que em sua fase piloto criou a *Metodologia para o ensino de LIBRAS para Ouvintes* em decorrência da necessidade dos Surdos que, ensinando sua língua sem preparo acadêmico e/ou orientação metodológica, perceberam a importância de uma sistematização do trabalho. Para tal, contou com o financiamento da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e do

[30] No momento em que esses Surdos conseguem contato com a comunidade Surda, a situação muda e eles passam pela des-ouvintização, ou seja, rejeição da representação da identidade ouvinte (Perlin, 2002).

Desporto, (SEESP/MEC/FNDE) da época. Assim, através dos "Cursos Multiplicadores de Instrutor de LIBRAS", foi possível formar muitos profissionais nos diversos estados do Brasil.

Albres (2005) nos mostra que no artigo 11 do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2000 há meta para:

> [...] Implantar, em cinco anos, e generalizar em dez anos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores, em parceria com organizações não-governamentais" (p. 59).

O mesmo também indicava na meta a formação de recursos humanos para ter capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais, como é o caso da formação dos Instrutores de ensino de LIBRAS. Assim, o SEESP/MEC realizou o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, subdividido em três metas: 1ª Meta – Cursos de Língua de Sinais, em 3 etapas: Formação de Instrutores; Capacitação de Professores nos Estados e Professores Intérpretes de Língua de Sinais; 2ª Meta – Criação do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às pessoas com Surdez nas 27 unidades federadas (CAS) e 3ª Meta – Modernização da Sala de Recurso.

Paralelo a isso, a FENEIS deu continuidade ao seu trabalho de formação, através do Curso de Multiplicadores.

> [...] aconteceu um curso em Brasília, em 2001, quando se utilizou a segunda versão, revisada e ampliada do livro 'LIBRAS em Contexto' – Curso Básico de autoria do Grupo de Pesquisa de LIBRAS e Cultura Surda Brasileira da FENEIS, e que capacitou 54 surdos de todo o Brasil e, quando esses surdos, que fizeram o curso em Brasília, retornaram para seus estados, como Instrutores-Agentes Multiplicadores, levaram a missão de preparar, em média, 20 novos Instrutores de LIBRAS em cada estado (FENEIS, 2004 *apud* ALBRES, 2005, p. 2).

Nessa fase de 2001 – 2002 foi iniciado o referido Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, que a FENEIS, em convênio com o SEESP/MEC e em parceria com todas as Secretarias de Educação dos 27 estados e com o INES, executaram Cursos para ouvintes, "Curso Básico de LIBRAS" e "Cursos para Professores/Intérpretes", bem como Curso para Surdos de "Metodologia para o Ensino de LIBRAS". Esses cursos vêm utilizando o material didático produzido pela FENEIS, que foi orientado – por ser o único material existente naquela época – para quem trabalha com o ensino de LIBRAS.

Os requisitos para ser Instrutor de ensino de Língua de Sinais Brasileira estavam de acordo com os seguintes critérios: a) domínio pleno da LIBRAS; b) domínio razoável da língua portuguesa, já que todas as orientações metodológicas eram escritas e precisariam ser bem compreendidas para se obter resultados satisfatórios. Por isso, seria necessário que o instrutor tivesse, minimamente, o segundo grau completo; c) conhecimento sobre

pesquisas da LIBRAS e de aspectos culturais, atividades sociais, problemas políticos e educacionais das comunidades Surdas; d) conhecimento metodológico de ensino de segunda Língua (L2); e) habilidade para planejar e avaliar; f) ter sensibilidade para perceber as necessidades dos alunos.

Através da PNE, como um dispositivo de orientação para o encaminhamento do trabalho educacional no país, é definido como de suma importância o ensino da LIBRAS para crianças surdas e a construção de uma proposta bilíngue com o uso fluente da LIBRAS. Diante do desgaste e da situação política e financeira do Brasil, a formação de Instrutores de Ensino de LIBRAS foi minguando.

Depois da Lei LIBRAS

Em 1960, com os estudos linguísticos propostos por Stokoe, o reconhecimento do *status* linguístico das línguas de sinais revolucionou a linguística da época. Aos poucos, os próprios Surdos começaram a participar como pesquisadores das línguas de sinais. Ted Supalla e Carol Padden foram os primeiros linguistas Surdos a estudar a *ASL* (Língua de Sinais Americana) na década de 80. Aqui, no Brasil, Ana Regina Campello foi uma das primeiras Surdas a estudar a LIBRAS, em 2005.

Com o empenho da FENEIS na tramitação do Projeto de Lei 4.857 de 1998, proposto pela Deputada Benedita da Silva (PT/RJ) e a sua promulgação em 2002, a Lei LIBRAS foi um dos primeiros passos. Em 2004 e 2005, na UFSC, foi organizada um pequeno grupo, formado por professores, bolsistas e estudantes (mestrandos e doutorandos) com o objetivo de fomentar a possibilidade da criação do Curso de Letras/LIBRAS. O Decreto 5.626, em 2005, proporcionou que o Curso de Letras/LIBRAS fosse possível. Em 2006, abre-se a primeira turma à distância do Curso, em parceria com a FENEIS e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC) (Dall'Alba & Sarturi, 2014).
A criação do Curso de Letras/LIBRAS e a inserção da LIBRAS no currículo foi necessário para formar os profissionais com profundo conhecimento da cultura surda e da gramática da língua de sinais, além de outros elementos que constituem o cotidiano das comunidades surdas (Dall'Alba & Sarturi, 2014). Esse é um dos fatores da necessidade de formar os professores de fato como linguistas e professores de ensino de LIBRAS e não somente como meros instrutores de ensino de LIBRAS, como ocorria na FENEIS sob a coordenação de uma linguista ouvinte.

A criação dos Polos do Curso de Letras/LIBRAS na modalidade à distância, foi realizada nas principais capitais do país, devido a quantidade de população das pessoas Surdas assistidas. Contudo, em 2008, houve a necessidade da criação de mais polos. Em 2010, começou a implantação do Curso de Letras/LIBRAS na modalidade presencial em Goiânia. Atualmente, possuímos cerca de doze universidades que oferecem Curso de Letras/LIBRAS ou Curso de LIBRAS/Língua Portuguesa nos diversos estados do Brasil.

O trabalho metodológico

Foi utilizada a pesquisa documental com técnica metodológica. A mesma foi dividida em três tipos: contínua, periódica e ocasional. Focalizamos a coleta de dados de modo contínuo, cujos eventos (questionamento, recebimento das mensagens pelo *Whatsapp* dos Surdos que passaram no concurso e tomaram posse, outros que estão sendo contratados ou ainda estão trabalhando) foram registrados na medida que ocorriam, durante o período de agosto de 2017 a janeiro de 2018. O recurso utilizado foi o contato com os professores Surdos através do *Whatsapp* e *e-mail*. Para conferir a veracidade da atuação de cada um deles/as, cruzamos as referências (nome e formação) de cada professor Surdo na Plataforma Lattes e no *site* Escavador. A coleta de dados foi dividida por regiões, cujos três autores desse capítulo se responsabilizaram pelas cinco regiões distintas do país.

Apesar da lista estar inacabada, a pesquisa realizada para esse capítulo se mantém contínua, sendo constantemente atualizada conforme surgimento de novas informações. Nessa lista constam, inclusive, o nome dos Professores Surdos efetivados nas Universidades Públicas do País.

Já que a maioria dos Professores Surdos não registram seus dados na Plataforma Lattes, o que dificultou pouco a nossa pesquisa, criamos o critério para determinar o *status* do regime que são efetivos e contratados. O primeiro se designa como concursados que tomaram posse e o segundo como contrato temporário, emergencial, ACT (Acordo Coletivo de Trabalho), Seleção e muitas outras denominações de acordo com o ponto de vista jurídico e de trabalhista.

Considerações Finais

Ressaltamos que os resultados obtidos no quadro não determinam se são professores formados em Letras/LIBRAS, apenas que são Professores de Ensino de LIBRAS, a fim de termos ideia de como a Lei LIBRAS e seu Decreto propulsionaram a presença constante e necessária de pessoas Surdas, como profissionais no ensino de LIBRAS, para oferecer subsídios perante a repartição pública ou privada.

Os autores agradecem a colaboração dos Professores Surdos que fazem parte do Grupo "Líderes Surdos", bem como dos Professores Surdos (do Sul, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Norte) que nos mandaram em caráter particular suas contribuições. Sem contar a gentil contribuição da Profa. Flaviane Reis, divulgando a lista dos Professores Surdos efetivados das Universidades Federais baseada em sua tese. Ainda têm muitos nomes que não foram contemplados, mas este capítulo vai servir de subsídio para a continuidade do trabalho em questão.

Referências

ALBRES, Neiva. *Língua de Sinais: Processo de Aprendizagem como Segunda Língua.* Editora Arara Azul: Petrópolis, RJ, 2005.

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF.

BRASIL. *Lei nº 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. MEC. *Políticas Nacionais de Educação Especial*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

CAMPELLO, Ana Regina. *Constituição Histórica da Língua de Sinais Brasileira nos séculos XVI até XX*. Revista Mundo & Letras. José Bonifácio, SP: v. 8, julho, 2011.

DALL'ALBA, Carilissa & SARTURI, Cláudia de Arruda. *Letras/LIBRAS: Curso Superior Inédito da América Latina*. Revista Virtual de Cultura Surda, n. 14, set., 2014.

PEDROSO, Cristina Cinto Araújo. *Língua brasileira de sinais*. Batatais, SP: Ação Educacional Claretiana, 2010.

PERLIN, Gladis. *Identidades Surdas*. Artigo compilado na integra da Revista da FENEIS. Rio de Janeiro: RJ. Ano IV, n. 14, abr./jun., 2002.

REIS, Flaviane. *Os Professores Surdos na Educação Superior*. Tese de Doutorado, UFU, 2016.

SOFIATO, Cássia Geciauskas & REILY, Lucia Helena. *Companheiros de infortúnio: a educação de "surdos-mudos" e o repetidor Flausino da Gama*. Universidade Estadual de Campinas. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 48, set./dez., 2011.

CAPÍTULO V
Tragudores e intérpretes de LIBRAS

Ruan Sousa Diniz

Introdução

Este trabalho objetiva registrar os pensamentos, insatisfações, dores e algumas outras considerações que não competem unicamente a quem escreve, mas à Classe aqui representada. Grafada com "C" maiúsculo para trazer pessoalidade e humanidade aos que em diversos momentos são enclausurados no porão da invisibilidade. Se por um instante houver desvio da Norma, no qual as primeiras e terceiras pessoas se embaralham num excerto, perdão. Isso é justificado devido ao exercício diário de se enxergar no outro e compreender que muitos "outros" na verdade somos nós, conduzindo à condição de empatia e construção de uma rede de pensamentos comuns.

Sem adotar aquele critério de divisibilidade que dissocia quem mais deveria estar junto nessa empreitada, pouco importa o fato de ouvir ou não, pois esse texto diz respeito ao ofício e a quem o torna possível, e não ao octógono sensorial. Intérpretes surdos existem. Intérpretes ouvintes existem. Guias-intérpretes existem. Comunicadores táteis existem. E toda essa existência respira um mesmo "ar", que de modo infinitivo compõe os verbos que marcam essa conjugação primeira: oportunizar, igualar, possibilitar, interpretar. Quebraria a intuitiva e intencional poética para acrescentar "traduzir", porém esse merece mais que uma citação, então que as linhas decorrentes traduzam toda essa inquietude.

Entre o grafo e fono, um jogo de sons e letras originou o neologismo "tragudores" (tradutores), mesmo consciente que este será o único espaço que esta palavra será vista. Algumas dores sofridas com feridas cicatrizadas e que hoje apenas trazem histórias, reforçando a honra de carregar as marcas de uma carreira em constante construção. Outras, que alguns insistem que permaneçam abertas, reproduzindo mágoas e tentando incrustar desafetos em quem deveria ser colega de Classe. Enfim, comentários registrados que circulam amplamente no horário de almoço, nos finais de congressos, nas "experientes" e fúteis rodas escarnecedoras, nos eventos da vida que requerem aquelas pessoas que ficam "mexendo as mãos enquanto o palestrante fala", ou seja, o profissional tradutor e intérprete de LIBRAS/Português.

Há uma intriga em tornar amistoso o sagrado e o profano. Em outras palavras, permitir que sejam compartilhados no mesmo espaço os cânones da Tradução, recheados de academicismo, e as inquietudes que martelam os travesseiros daqueles sedentos de mudança ou simplesmente que buscam desabafar para além das redes sociais. Que seja possível encontrar nas próximas linhas um certo grau de identificação e paridade,

permanecendo naquilo que Quadros (2004) designa de imparcialidade, não preterindo especificamente ninguém, quem quer que seja.

É admissível que ainda haja considerável desinformação por parte daqueles que não convivem ou minimamente não estão inseridos em alguma circunstância que faça aderência à presença deste profissional, visto que a legislação brasileira específica, que reconhece a sua atuação, é datada de 2010, pela Lei 12.319, contudo, é gritante a diferença se comparada à realidade, por exemplo, sueca, que registra a participação de intérpretes em trabalhos religiosos desde o final do século XIX (Quadros, 2004).

Fica aberto um convite para que o leitor extrapole as cadeias que as palavras confinadas entre essas margens estabelecem e, desde já, compreenda que tradução vai muito além de transferências linguísticas. Ler cada uma dessas sentenças é uma atividade tradutória, pois é necessário que cada informação se encaixe nos espaços existentes da nossa bagagem cultural e se não houver encaixe, que se tenham condições favoráveis para novas prateleiras na nossa grande biblioteca craniana. Um sujeito que chega à casa de um conhecido e após ouvir "fique à vontade", retira os sapatos e pega o pote de sorvete do congelador, deitando-se no sofá como se fosse o próprio dono, é de fato um tradutor (ainda que vil), pois no campo semiótico o que ficou transparecido é que "fique à vontade" é fazer o que vier à telha.

Assim, mesmo que as palavras não sejam muitas, que ao menos sejam suficientes para o mínimo de contentamento e, passando disso, será um lucro incalculável. No demais, as portas do diálogo sempre estarão abertas e a espera de calorosas conversas entre tradutores, que trazem dores, porém fazendo delas boas oportunidades para temperar com risadas e respostas à essa sucessão de fatos chamada tempo.

Traduções, Tradutores e Outros Plurais

Seria mais viável iniciar essa escrita com uma vírgula, entendendo que antes dela têm inúmeras histórias (contadas, inventadas, sufocadas…). Por onde começar, se os inícios se embaralham e desencadeiam tantos nós que dificultam até mesmo a ordem normal de um início, meio e fim? E se isso nos é imputado, que ressignifiquemos a noção do que é dito "normal" e (re)construamos uma nova história dentro da neo-normalidade dos textos da vida.

De forma abrangente, o tradutor e o intérprete dominam fluentemente no mínimo duas línguas, que geralmente é o seu par linguístico de atuação. Este, conceitualmente, voltado à oralidade (utilizando tanto o aparelho fonador como canal no caso das línguas orais, quanto as mãos/corpo no caso das línguas de sinais) e, aquele, quando há presente o meio escrito. Se considerarmos a abordagem de Williams & Chesterman (2002), bem como outros teóricos da Tradução, veremos que a Interpretação, assim como a Terminologia e Glossários, é um dos campos de pesquisa dos Estudos da Tradução, por isso se alguém usa "tradução simultânea" no lugar de "interpretação simultânea", não tem que ser arguido

por conta disso. Fica mais claro se compararmos com a seguinte proposição: todo baiano é brasileiro, mas nem todo brasileiro é baiano.

Especificamente no contexto dessa parte do livro, estão expostas as vivências e experiências de tradutores e intérpretes ouvintes, cuja língua materna é o Português e a língua de competência para ser bilíngue é a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Ainda que haja discussões se de fato CODAs (*Children of Deaf Adults*), filhos ouvintes de pais surdos, têm a língua de sinais de seus pais como primeira língua, não descarto os mesmos desse contexto, visto a possibilidade de língua de identificação. Dessa forma, reconstruo a sentença acima, dizendo que os intérpretes em questão são ouvintes, com língua materna sendo o Português ou a LIBRAS para meus amigos CODAs (leia-se com imensa sinceridade) e língua de competência para o bilinguismo a LIBRAS, mesmo para esse segundo grupo, pois a educação formal dos mesmos foi em Português. Assim, para desenvolver competências e habilidades linguísticas na primeira língua oficial do país, ambos deverão buscar amplo conhecimento de imersão cultural, linguístico e tradutório da LIBRAS para ser intérprete. Em alguns momentos posso mencionar outros grupos, como intérpretes surdos, que geralmente atuam com tradução da LIBRAS para outras línguas de sinais, como a Língua de Sinais Internacional ou a Língua de Sinais Americana, que certamente tem suas questões particulares e arranhões. Mesmo com as diferenças, que possamos essencialmente ocupar um mesmo patamar de identificação.

Escrever sobre um determinado tema relacionado à tradução talvez não fosse tão desafiante quanto falar sobre ela em si e seu sujeito vivificador, o tradutor, que traz consigo a raça entranhada de traduzir, de ser, mas, nunca, alguém que faz simplesmente uma tradução. Entre as inúmeras tensões que envolvem essa arena de transposições, não unicamente de línguas diferentes, mas de experiências que transcendem o material, o discurso, a circunstância, é dissaboroso limitar o potente caráter divino do Tradutor a uma consuetudinária criação.

Faz-se necessário destacar que a Tradução será conferida ao longo do texto como campo de estudo, não se restringindo apenas ao meio escrito durante a transferência de mensagens entre uma língua e outra, mas trazendo consigo excertos da Linguística, da Antropologia, das Neurociências, entre outras, inflamando neurônios de quem decodifica hieróglifos e clareando a mente de uma criança, quando seu avô ao invés de iniciar um conto com "certa feita", usa "era uma vez". A Tradução, tamanha sua grandeza, arriscadamente iluminista, encaminha o ignorante a entender que carregar cartazes abertos nas ruas é antagônico a uma Câmara camuflada.

O tradutor está mais afeito a traduzir culturas que simplesmente línguas. A língua é um acordo. Em algum momento da vida, em determinado lugar, sob alguma circunstância, uma cabeça pensante disse "árvore", "*tree*", "*lignum*" (ou qualquer outra palavra, em qualquer outra língua que signifique exatamente a imagem que vem à mente ao ver o sinal ou ouvir os fonemas de quem recebe essa informação). Outras mentes pensantes pertencentes aquele mesmo grupo decodificaram o que o enunciador quis dizer e construíram o que Saussure (2012) descreveria, sem parâmetros comparativos, reforçando que línguas

surgiram, modificaram-se, morreram e até sofreram tentativas de genocídio (como o caso das línguas de sinais com o advento da visão audista/audiologista, principalmente após os martelos batidos do Congresso de Milão em 1880).

Contudo, já que veio à tona o par língua-tradução, se ainda restam dúvidas ou murmúrios acerca de equivalentes exatos entre línguas, que agora as mesmas sejam sanadas e não retornem ao lugar dos vivos, mas, sim, repensem e acrescentem ao tradutor o atributo de criação e reinvenção a cada entrada na cabine de tradução ou subida ao palco no cumprimento de sua função de tradutor. Nesse escopo, Aslanov (2015, p. 104) afirma que:

> [...] O problema principal na interface entre línguas é que nunca há equivalência perfeita entre os termos de duas línguas, assim como em uma mesma língua, a sinonímia absoluta não existe. Para poder continuar a exercer a sua profissão, o tradutor precisa dissimular aos outros, ou talvez a si mesmo, o fato de estar trapaceando.

Lindo, belo, esbelto, bonito, estonteante. Feio, horrível, desgostoso, malfeito. Qualquer que seja a palavra/sinal usado, chega-se ao fim desejado. Porém, a depender da situação, tal escolha pelo tradutor desqualifica ou qualifica o discurso do enunciante. Desse modo, o tradutor tem em suas mãos o poder de "salvar", "derrubar" ou manter o discurso do enunciante o mais próximo possível do original. Intuitivamente ou não, as escolhas necessitam ser precisas para que o suor na testa não escorra frio pelo rosto. Quando não, que a estratégia de retomada seja tão sagaz que permita um suave levantar no canto esquerdo da boca da plateia. Inúmeras são as tensões que estão (estamos) expostos, desde a escolha lexical à aprovação do público. É comum haver "juízes" espalhados no auditório que se prestam a isso, sem convite, sem intuito construtivo, apenas para condenar. Entre desvios e fugas, Aslanov afirma:

> [...] Aparentemente, o tradutor simultâneo pode permitir-se maior margem de manobra que o tradutor do escrito, já que ele tem sempre a liberdade de se corrigir, retificando a própria palavra. Porém, no momento exato do desempenho oral não é possível adicionar uma nota de tradutor capaz de moderar ou matizar o conteúdo. Assim, embora as palavras voem, é certo que antes de irem embora elas ainda repercutem na memória imediata do público (2015, p. 89).

O autor complementa ainda que o "problema do tradutor simultâneo é que sua mediação repercute imediatamente sobre a situação pragmática do discurso. Um erro pode ter consequências irreversíveis sobre a configuração das relações humanas no momento do ato de fala" (2015, p. 91). Lançado num redemoinho e tendo de "salvar a pátria", essas são algumas considerações iniciais sobre o ofício do tradutor, que independente de qualquer opinião é a "única instância humana e racional na ausência de língua comum entre os interlocutores" (Aslanov, 2015, p. 92).

Formações do Tradutor

Desde já, de forma objetiva e concisa declaro que não estou desconsiderando os avanços que a Academia possibilitou à formação dos intérpretes de línguas de sinais. Tampouco negando a importância dos cursos de Letras/LIBRAS ou qualquer outro que ofereça formação em Tradução e Interpretação. O momento é para refletir.

Os movimentos sociais das Comunidades Surdas brasileiras trouxeram muitas conquistas, nos mais diversos âmbitos, principalmente a partir do início do século, com a promulgação da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a LIBRAS como meio legal de expressão e comunicação dos surdos brasileiros. A partir de então, iniciam-se discussões para a regulamentação desta lei, culminando no Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que destrincha as obrigações políticas para efetivação da lei citada.

Cinco artigos desse Decreto abordam a formação do tradutor e intérprete de LIBRAS/Português, ainda que o reconhecimento legal da profissão tenha vindo cinco anos mais tarde, com a Lei 12.319 de 1° de setembro de 2010. Este trecho da Lei explicita que a formação deste profissional deve ser em curso superior de Tradução e Interpretação com habilitação em LIBRAS-Língua Portuguesa. Contudo, os intérpretes existiam antes mesmo da promulgação da lei.

Na ocasião, por não haver oferta de formação específica, o decreto permitia que esta fosse substituída por grau de nível médio com curso de educação profissional, extensão universitária ou formação continuada ofertadas por instituições de ensino superior ou credenciadas por secretarias de educação (Brasil, 2005). Outra estratégia utilizada foi a criação do Exame de Proficiência em LIBRAS (PROLIBRAS) que seria ofertado ao longo de dez anos. Porém, o mesmo foi suspenso em sua sétima edição. Ratifico a indubitável importância desses marcos legais e os futuros impactos provenientes dos mesmos, entretanto seria leviano considerar a atuação, história e percurso deste profissional tendo por base essas primeiras discussões.

Como ação dessa riqueza literária, tivemos a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como pioneira na formação de nível superior, com a criação do primeiro curso de bacharelado em "Letras/LIBRAS: tradução e interpretação", no ano de 2008, na modalidade EaD, com diversos pólos para encontros presenciais nas cinco macrorregiões do Brasil. Atualmente, cadastrados no portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC), temos oito cursos ofertados, exclusivamente por universidades federais, com diferenças na nomenclatura, porém com o mesmo fim. Há ainda outras instituições em fase de credenciamento e outras em fase de extinção voluntária.

Os cursos de formação em nível médio que ainda existem são em pequeno número. Em instituições privadas, há oferta de técnico em tradução e interpretação em LIBRAS/Português no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), no estado do Ceará, por exemplo. Na rede pública, há mais tempo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), oferece na modalidade à distância

esse mesmo curso técnico. Em 2017, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), campus Palhoça, iniciou a primeira turma de formação deste curso, na modalidade presencial e concomitante ao Ensino Médio.

Dado o perfil da formação ideal, todo um percurso justifica o plural "formações" e não o singular "formação" do tradutor. É preciso considerar que formação e certificação são substantivos diferentes e que os espaços de educação formal não são os únicos potenciais para esse fim. É preferível analisar formação como constituição progressiva e permanente.

De um modo geral, antes de carregar esse título, com frequência houve apenas um parente de uma pessoa surda, um amigo de escola ou de vizinhança, um membro de um mesmo grupo social ou um curioso que gostaria de desvendar o porquê daquelas mãos bailarem no ar. A necessidade, juntamente com a imersão no chamado mundo surdo, são, respectivamente, o desafio e o aporte para as primeiras etapas da constituição do futuro tradutor.

A emergência do mercado de trabalho para atender as demandas do público surdo pode ser considerada uma das etapas seguintes desse inacabado ciclo. É na igreja, no banco, numa delegacia, num consultório médico e em tantos outros palcos com uma configuração diferente daquela com carteiras enfileiradas, que aperfeiçoam e profissionalizam diariamente essa profissão recentemente reconhecida, mas pesada de experiência e força de trabalho. Muitos recorrem ao papel emitido e chancelado pela academia unicamente para cumprir o paliativo protocolo legal e espera-se que não estejam à mercê de papéis timbrados para se autoconsiderarem profissionais. Ninguém substitui o poder crítico pessoal e nesse contexto acrescento ao que Rónai (2012b) atribui por bom senso: você é um ser pensante, então tenha o bom senso de não necessitar da aprovação de terceiros, seja em que área for. Nesse sentido, Schnaiderman declara que "cada tradutor se aperfeiçoa, torna-se 'menos ruim', pela autocrítica" (2015, p. 15) e, ainda, "cada tradutor tem os seus tropeços, os seus momentos de dificuldade para traduzir algo" (*idem*, p. 88). Logo, que os ouvidos/olhos sejam simpáticos para receber as opiniões tanto de quem deseja o crescimento, quanto de quem apenas quer depreciar. Contudo, não economizemos água das nossas descargas internas sempre que for necessário se desfazer do lixo alheio que insiste em ser compartilhado.

Por isso é instigante e deplorável, o terrível faro julgador dos que há mais tempo estão na estrada, mais calibrados. Porém, indiscutivelmente em processo, visto que o chassi e a carcaça revelam as mesmas marcas dos que acabaram de pegar o asfalto numa autopista. A vida é uma escola feroz. E até que o *insight* da profissionalização dê o ar da graça, haverá muitas reprovações e períodos de desistência e trancamento. Entre erros e acertos está a aprendizagem e o aperfeiçoamento. Não há sequer um profissional – em qualquer área – que não erre ou que não tenha cometido uma emblemática gafe, mas que com o passar do tempo, quando relembrada, se torna motivo de boas risadas.

Os primeiros degraus da escada são, sobretudo, de caráter voluntário. Há um espírito diferente naqueles que o fazem. Não existe disputa, caça por holofotes ou qualquer outro

indicador de elevação nasal. O objetivo, como muitos relatam, é "ajudar o surdo". Lamentável que uma considerável parcela, quando da conquista de diplomas, enrijecem-se ao ponto de tornarem-se tão duros que tais méritos são apenas repulsa. O mercado de trabalho oferece muitas oportunidades e nem todas são lícitas ou convenientes, considerando que pessoas sempre possuem divergências. Isso explica a desgastante tentativa da construção sólida de uma classe. É indiscutível que todo esse imbróglio tenha contribuído para alavancar profissionais quase impecáveis, recheados de experiência e visibilidade, abarrotados de certificados e colecionadores de convites, todavia vazios de humanidade.

Suscita, assim, um discurso que traz para esse embate a calejada Ética. Ética dos tradutores. Ética entre tradutores. Ética feita de Lego, que todo mínimo descontentamento é válido para desmoronar o mais belo dos castelos. Mesmo diante desse encanto frágil, os corredores marginais remontam falas que se resumem em um frágil equilíbrio nas relações. Catalisador para reflexão, há um emaranhado de perguntas: *De onde eu saí? Quem foi ponte para que eu estivesse onde estou agora? Por onde andam os surdos que me possibilitaram o primeiro contato com a língua de sinais?* Entre outras questões, cujo intuito é trazer de volta ao eixo uma nociva corrida pela sobrevivência. Afinal, aquele surdo ainda espera compartilhar outra vez a hóstia, aguarda o empréstimo dos seus ouvidos para ligar para o banco e desbloquear o cartão ou simplesmente que compareça à festa que ele fez questão de que fosse lembrado.

Por fim, a ideal formação do tradutor é cercada de pormenores que dificilmente encontram espaço na escrita. Muitas outras reentrâncias e saliências fazem parte destes processos, então que esse espaço possa ser aproveitado para autoria do leitor. Apesar da Classe como um todo estar sendo evidenciada, não se pode descartar que a mesma é composta por grupos onde a condição sensorial ou o par linguístico é o divisor e único motivo que implica esse registro. Vale lembrar que os direitos conquistados por um grupo, não são realidade para outros. Contudo, tais direitos não devem ser retirados, estigmatizados, suprimidos ou chacoteados. Ao contrário, a luta deve ser pela expansão desses direitos.

Tradutores são formados todos os dias nas arenas que a ocasião lhes permitem estar. Certificação é soma e não produto nesse processo. Juntamente com ela, entra o aperfeiçoamento de competências e habilidades trazidos pela prática, construindo bagagens para pesar o discurso, não suprimindo a condição humana existente antes de qualquer rótulo que empregamos. O bom intérprete é posterior ao excelente ser humano. Se essas etapas forem trocadas, os reparos serão mais caros e difíceis.

A ordem dos parágrafos não estabelece grau de importância, por isso tenha liberdade para destacar esse último parágrafo e redistribui-lo não somente nesse, mas em qualquer outro texto que sua intuição requerer. A descrição da curta frase a seguir deve ser lida com prosódia desesperada, olhos sangrando e espírito avassalador: TRABALHO EM EQUIPE! Não há um indivíduo sequer que seja suficientemente bom para fazer sozinho o que uma equipe pode realizar. O relato de Schnaiderman (2015, p. 138) do trabalho em equipe pulula em cada palavra quando diz:

> [...] Parece-me, às vezes, incrível que nosso trabalho de grupo se tenha desenvolvido tão harmoniosamente, sem atritos de espécie alguma. Acho que na história da tradução foram poucos os casos em que isto se tornou possível, pois quase sempre surgem questões pessoais, competição, rivalidades. Quanto a nós, houve realmente uma complementaridade operativa, pudemos complementar em grupo aquilo que nos faltava individualmente.

Algumas frases são dignas de se repetir: "complementaridade operativa"; "complementar em grupo aquilo nos faltava individualmente". Elas deveriam embasar as disciplinas curriculares em cursos de Tradução e acima de tudo serem uma filosofia de vida, tatuada na pele e na alma, para uma nova perspectiva profissional com construção sólida da tão sonhada Classe.

Tradução e Suas Paixões

Romântica por si só, a tradução convida o estrangeiro a pegar em sua mão e aventurar-se por caminhos desconhecidos, a fim de desvendá-los. A depender de quem desvenda, desavessa o novo para que o estrangeiro se sinta em casa ou entrega-lhe um mapa para que este mesmo encontre as pistas e chegue ao baú do tesouro. Quanta ousadia em transformar uma sentença longa numa palavra recheada de significados, em sinais suaves e carregados de pormenores, em expressões meras, que de meras nada tem. Uma simples levantada de sobrancelhas deixa qualquer galanteador trovadoresco com as palavras entaladas na garganta e não há tosse que disfarce uma boa cantada idiomática dessa viva Língua de Sinais.

Num deleite literário, encontramos a seguinte citação em Rónai (2012a, p. 21) extraído do prefácio da Versão Autorizada da Bíblia de 1611: "É a tradução que abre a janela para deixar entrar a luz; que quebra a casca para podermos comer a amêndoa; que puxa a cortina de lado para podermos olhar para dentro do lugar mais sagrado; que remove a tampa do poço para podermos chegar à água".

O fascínio pela arte de traduzir é remoto e a própria descrição da tradução é um ato tradutório. Ou seja, ousado e metalinguístico, traduzir requer bem mais que ser bilíngue. Em todas as atividades humanas a tradução encontra, de alguma forma, uma brecha para se infiltrar, sendo esse o motivo de não ser cabível limitar o ofício do tradutor a uma tarefa exclusivamente linguística. Em Schnaiderman (2015, p. 38), uma angelical declaração de Charles Sanders Peirce resume com glória essa ideia.

> [...] Por seu caráter de transmutação de signo em signo, qualquer pensamento é necessariamente tradução. Quando pensamos, traduzimos àquilo que temos presente à consciência, sejam imagens, sentimentos ou concepções (que, aliás, já são signos ou quase-signos) em outras representações que também servem como signos. Todo pensamento é tradução de outro pensamento, pois qualquer pensamento requer ter havido outro pensamento para o qual ele funciona como interpretante.

Dessa forma, chegaríamos ao quântico e não alcançaríamos às discussões que proponho aqui. Que fique para um outro momento esse acesso aos portais infindáveis e reflexão transcendental. Porém, que o estigma de ser uma atividade não-reflexiva seja sucumbido e cada vez mais haja espaço para explorar esse corpo chamado Tradução. Corpo bio e lógico, composto metaforicamente da mais microscópica célula ao organismo liberto e dual de Tradutor e Tradução.

Entre a situação e o peso ideológico do anelar esquerdo, o compromisso da fidelidade configura a rotina desses amantes. Ser fiel a que(m)? Ao texto? Ao público? À língua? Ao conjunto de tudo isso? Nas indagações do fazer tradutório constitui-se o tradutor reflexivo, pesquisador, retirando-lhe a carga que lhe foi atribuída pelo senso comum de trivial transferidor de códigos entre duas ou mais línguas, uma máquina lexicográfica constituída por funções de A para B. Por isso Nicoloso (2010, p. 169) reforça essa questão:

> [...] Não sabemos ao certo quais são os fenômenos neurológicos que tornam possível ao cérebro coordenar um número tão grande de processos. É como se a mente se dividisse, mas ao mesmo tempo nunca esteve tão integrada. E se de fato se divide, não se separa apenas em duas, mas em múltiplas mentes paralelas que se ocupam de milhares de tarefas concomitantes, das quais temos pouca ou nenhuma consciência".

Indiscutivelmente a tradução é livre, mas não libertina. Regrada, mas não pudica. E nesse conflito de antíteses há dicotômicos estrelismo e anonimato. Estes escamoteiam o árduo processo de longas pesquisas, caminhos e estradas em busca de equivalências... Madrugadas a fio burilando sentenças, o que seria desejável para ter como produto suspiros de satisfação e orgulho, como quem em um parto dissesse: *nasceu!* Esse produto, por sua vez, principalmente no que tange à interpretação simultânea, desfila nos discursos da inocência por quem apenas enxerga a beleza de uma língua que se vê, sem a mínima compreensão de seu status linguístico (e todas as outras ramificações que de forma intrínseca se atrelam a essa ciência). Assim como na desprezível atitude dos que parasitam na Classe, já tendo perdido há muito o sábio prestígio dos que minimamente reconhecem que nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos, desprezando o trabalho em equipe e o ato básico e primário de revezamento. Ainda em Magalhães (2007, p. 99), o autor expressa para aqueles cujo brilho ofusca os olhos:

> [...] Não tenho mais aquela visão estanque do intérprete como mero reprodutor de conteúdo, uma máquina sem emoção e personalidade, escondido dentro de uma cabine e separada do mundo por um sólido painel de vidro. É essa impressão de isolamento, de invisibilidade, que talvez leve alguns colegas intérpretes a agirem com arrogância, querendo atrair para si uma atenção que não fizeram por merecer naturalmente, por incapacidade pessoal de comunicação ou por estarem escravizados a um sistema de regras autoimposto que os impede de ser como são.

Por certo, não somos exclusivos quando falamos de conflitos dentro da categoria de atuação. Seja ela qual for, pelo simples fato de haver pessoas envolvidas, há conflitos. Pessoas são conflituosas, carregam bagagens com histórias, criações, contextos, traumas e memórias das mais diversas. Esses conflitos não necessariamente são discussões

acaloradas ou trocas eufêmicas de não-carícias. Variam desde usar ou não um adorno a "quanto você cobra por hora?". Este último, especificamente, sem qualquer apologia ou inclinamento ao sistema econômico, é passível de boas reflexões e questionamentos.

Como apresentado anteriormente, a legislação deu abertura à garantia de direitos, benefícios e outros, como a incorporação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais em associações e sindicatos de tradutores, que até então limitavam-se aos de línguas orais. Bem como a criação de associações específicas, prestigiadas ou não, voltadas para o grupo em questão. Dessa forma, encontram-se hoje a descrição de serviços com valores tabelados de referência, o que não deve ser de forma alguma uma surpresa, visto que por se tratar de uma profissão, reconhecida e registrada na Classificação Brasileira de Ocupações sob o código 2614-25, faz parte do mercado e como troca pela mão-de-obra há uma remuneração ou pelo menos deveria haver.

Um dos desgastes que essa discussão traz, é que alguns "candidatos a tradutor, em geral procuram essa espécie de ocupação não por uma simpatia especial, mas por se tratar de bico que pode ser executado em casa, nas horas de folga, e assegura uma rendazinha suplementar ainda que magra" (Rónai, 2012a, p. 13). E como numa pandemia, a lei da oferta e da procura vai sempre preferir o mais barato, pouco importando a qualidade do serviço prestado ou a desqualificação da profissão. Não é à toa que todo ano de período eleitoral as redes sociais (e recentemente os órgãos jurídicos) são bombardeados de comentários por aqueles que se prestam a expor sua imagem de desserviço em troca da "rendazinha suplementar magra" e também aos indoutos contratantes que apenas almejam cumprir o protocolo de "tem que ter tradutor por ser lei". Não deveria ser apenas pelo fato de ser uma prerrogativa legal, mas principalmente por respeito a um Povo historicamente oprimido e excluído dos sistemas de comunicação brasileiro, devido a sua particularidade linguística e que agora mostra que existe para além das cadernetas de contribuição, mas como cidadãos dignos de respeito.

Se fulano faz por menos, cada um sabe de si e não há como credenciar fiscais de bolso. Todavia, nunca haverá uma categoria consolidada se não falarmos a mesma língua, afinal, esse era o motivo que levaria Babel a dominar o mundo e não haveria quem pudesse impedi-lo. Assim sendo, o que nos restaria se além da língua de sinais, compreendêssemos a língua da unidade?

Na outra bandeja da balança, o oposto da falta: o excesso. Absolutista, monárquico, ditador e golpista. Uma vitamina antiga, mas de sabor recém-criado, "mistura de mal com atraso". Desgastam-se para estar em tudo e em todos, pouco importando se o outro precisa mais, se me acrescenta ou subtrai, seja lá qual for o motivo. Não importa, "desde que meu bolso esteja recheado de cifrões". São entre essas e outras paixões que a Classe resiste. O manifesto almejado é o equilíbrio. Se isso falta para o "ser", o que se dirá para a louca intrepidez dos que se lançam ao "ter". Infelizmente bom senso não é pré-requisito para atuação, então que remontemos à fé racional e esperançosa de que os calos que hoje nos apertam, um dia serão lisos como o caráter que esperamos enxergar.

A paixão engana por ser sensação. Quem nutre e dosa se mantém consolidado, ultrapassando o estado de sentir, caminhando para o rácio-amor que não se contenta a um crachá. Quem se embebeda e se ilude com o fogo, se queima e o fim são as cinzas. Portanto, aos novos recentes e aos novos há mais tempo, reflexão. Se chegarmos a um nível maior de reconhecimento que não seja só pela agilidade de nossas mãos ou velocidade de pensar de uma língua para outra, mas sim, sobretudo, por sermos marcadores de diferença dentro um contexto favorável ao erro. É por aí que inicia a excelência do tradutor, o restante com o tempo se aprende. É preciso uma epistemologia integral, que trate ao mesmo tempo de tudo que o homem produz (conhecimento da Tradução), do todo daquele que produz (conhecimento do Tradutor) e de toda relação consequencial devido ao conhecimento produzido por aqueles que o exercem (conhecimento aplicado e reflexivo).

Najmanovich (2008, p. 9, tradução nossa[31]) nos convida a "pensar em um universo independente do pensamento que está pensando: aqui está o paradoxo fundador da epistemologia". Há sempre uma causa maior que reconfigura a minha causa. Longe da utopia da anulação pessoal pelo bem maior, mas afinco na tentativa de que o canto do outro seja harmônico ao do outro e ao meu, até que cantemos uma só canção, num só tom, numa só voz, num só sinal e possamos desenhar uma Epistemologia das Traduções, uma Epistemologia do Tradutor.

Pequenos Excertos de um *Brainstorm*

Não são raras as situações nas quais o profissional, como de costume, inicia suas atividades no trabalho e, de repente, quando não um grupo, aparece alguém com uma prancheta à sua frente anotando até mesmo os espirros nos casos de gripe ou alergia. Como um artefato de uma exposição e tentando através dos rumores e conhecimento extralinguístico compreender o que acontece, inúmeras indagações e inquietações perambulam, na cabeça do intérprete, além de todas as outras situações mentais do ato tradutório: *Quem são essas pessoas? O que está acontecendo aqui? Quem autorizou?*

Algum tempo depois, entre sorrisos amarelos e interjeições nas sobrancelhas é descoberto que você (literalmente impessoal) é objeto de pesquisa de mestrado ou doutorado, de alguém que, sequer, saudou-lhe com um aperto de mão. Caso fosse isso doloroso, bastava informar. Numa conversa com Monica Souza, tradutora e pesquisadora, colega de Classe, capto uma frase que legenda esplendorosamente eventos como esse: "Não alimentem os intérpretes". Aparentemente inocente e com fundo cômico. Contudo se analisada à miúde, identifica-se uma relação nada agradável e, por essa e outras, suscito um movimento recente cujo jargão dizia "intérpretes merecem respeito". As parcerias podem ser infinitamente parcimoniosas desde que todos tenham direito de se posicionar.

[31] "[...] pensar un universo independiente del pensamiento que lo está pensando: he aquí la paradoja fundante de la epistemología".

A invisibilidade do tradutor vai muito além de estar ou não sendo assistido durante uma palestra ou, de uma forma mais conceitual, do intérprete estar sempre (ou quase sempre) nos palcos e o tradutor nos bastidores. Existe carne, sangue, osso (os que ainda usufruem na sua plenitude) e condição humana por detrás de toda personificação visível.

Uma máxima que vem sendo carregada ao longo dos séculos, talvez gemelar à coroada expressão italiana *traduttori traditori*, é o carma "a culpa é do intérprete". É de borbulhar os neurônios ao imaginar o dia em que essa expressão surgiu. Num tratado econômico entre países no qual os representantes não tinham uma língua em comum? Num acordo de paz? Um subterfúgio de um palestrante que não agradou ao público? Ou, de fato, um intérprete (com um prefixo que fique a critério do leitor, como pseudo, por exemplo) que aceitou um trabalho sem ter a competência necessária ou que não recebeu o material com antecedência ou que por acaso era o único que a situação podia consentir? E tantos outros "ous" que fizeram perpetuar essa maldição devido nossa brilhante capacidade humana de responsabilizar alguém, simplesmente por ser mais fácil que resolver o problema.

Ainda ouvimos e não mais tão pacientemente precisamos responder perguntas e comentários do tipo: *mas você trabalha com o quê? Acho lindo o seu trabalho! Você tem um dom muito especial! Você é o rapaz que faz braille para surdo-mudo? Como você consegue ler aqueles pontinhos? Você pode fazer voluntariamente?* Desculpe, mas não temos essa verba toda para tradução e, por aí adentraríamos centenas de outras frases.

Também acredito ser meu ofício lindo. De fato, ele é. Assim como, é lindo o trabalho de um padeiro que felicita nossos cafés da manhã, de um farmacêutico pesquisador de novos fármacos e de um gari que corrigi o desvio de conduta higiênica do brasileiro. Todo trabalho quando bem executado merece esse adjetivo, não é exclusivo ao ofício dos intérpretes. O peso dessa expressão está arraigado a um passado assistencialista que adere essa atividade a "ajudar o surdo". O intérprete de LIBRAS não é um recurso de acessibilidade, como uma legenda ou um piso tátil. É um profissional que estuda por anos para dominar a língua e a cultura do Povo Surdo e torna possível e igualitário espaços onde há dominância da língua majoritária: a língua oral. Não é um bico e muito menos uma atividade provisória, é um trabalho regular, através do qual o profissional paga suas contas. Ninguém contrata um engenheiro e pergunta se o coração dele é bom o suficiente para projetar algo "no amor".

Não se pode ter controle sobre a ignorância alheia, então até que tenhamos uma sociedade mais conhecedora acerca das comunidades de surdos, para além da *deficiência* e da atuação do profissional tradutor e intérprete de LIBRAS/Português, precisaremos ser bons disseminadores de conhecimento e respirar fundo toda vez que ouvirmos algo que já estejamos enfadados. Sorriso no rosto e açúcar nas palavras. Se dom ou não, vai da fé de cada um. A LIBRAS é uma língua capaz de ser aprendida por qualquer pessoa. Traduzir e interpretar são ofícios que levam anos de prática e conhecimento científico.

Certamente se houvesse um fórum aberto onde tradutores pudessem expor suas experiências, angústias, anseios e dores, muitos outros casos seriam relatados. Mas enquanto ainda não há, que esse texto seja um pedaço de muitos. Reconheçamos quem

somos e o que fazemos e tudo bem admirar um amigo pelo seu trabalho, isso é saudável. Porém, mais do que querer ser como tal, faça sua marca, seu estilo, seja simplesmente você, sem precisar ouvir de alguém que você é bom. Considere-se e tenha bom senso sempre para dirimir todas as farpas, injustiças e pormenores. Paulo Freire (2013) já dizia que uma educação não libertadora transforma os oprimidos em opressores. Assim, no excesso da sala de aula e feridas expostas, o silêncio e a resiliência acabam sendo a maior resposta contra o sistema e os que insistem para que o mesmo assim permaneça. A felicidade pode ser traduzida pela endorfina, serotonina, dopamina, oxitocina e anandamida. Se a sua preocupação é mais do que com esses nomes, retraduza-se.

Considerações Finais

De gostos em gostos, desgostos em desgostos, segue. Siga! Sigamos...

Por certo, um coral culmina esse drama. Há certos momentos que a vontade é seguir outro rumo e, quando diante de pútridas injustiças que ferem calcanhares rachados de tantas batalhas, o desejo de ir para Pasárgada é vorazmente suscitado. Vitor Paro (2001) afirma que a escola continua resistindo porque ainda é possível que a criança encontre nela guarida, amor. Numa paráfrase, a Classe é a escola e a criança o tradutor. Assim como Schnaiderman (2015) achou repouso num trabalho em equipe e encontrou no papel um conforto literário, uma frase de Thyago Santos, referência entre nós intérpretes, acalenta o desespero de uma fuga quando diz "a gente se pertence". Somos juntos a resposta dos nossos anseios individuais, mesmo que trôpegos, as mãos, coincidentemente, têm força mais que linguística. Uma força plural que só funciona ao passo das atitudes individuais. É na luta diária que o pão vem e a vontade é de que todos possam comê-lo.

O início desse novo século trouxe significativas contribuições para tudo que é novo. Sabemos que a visão histórica do outro (padrão, maioria) sobre a pessoa com *deficiência* ou, até então, portador de necessidade especial ou qualquer outra terminologia que evidencie a falta e não a funcionalidade, contribuiu para a invisibilidade do ser, para o acúmulo de estereótipos, uma carga clínica normalizadora de opacidade da diferença. Redesenhando Lane (1992), máscaras de benevolência com fitas de paternalismo, que emudeceu línguas, enclausurou pontos de vista, medicalizou escolas e, por fim, tornou a auréola da academia mais plácida e um compêndio de conhecimento manipulados.

Nesse contexto de re-olhar, muitas outras personagens advêm deste discurso, contrapondo o caritativo, impulsionando o qualitativo. Nesse ínterim, a personagem que outrora compunha o cenário como apêndice, passa a ser vista como autora, protagonista e pessoal, arduamente engajada na reformulação da narrativa que enxerga o diferente, mas não a diferença e todas as possibilidades que um humano, ser, possuir. Isso, consequentemente, dá acesso a um novo corpo de visibilidade, para o trabalhador Intérprete, o profissional Intérprete, a pessoa Intérprete, a mãe, o pai, o vizinho, que buscam ser intérpretes nas mais diferentes razões.

As circunstâncias que fizeram um convite para atuar nessa arena são inúmeras, mas o mínimo de empatia é requerido, além da seca vontade que toda dor, anseio, angústia, sugestão descritos possam ser uma página virada. Apenas...

Um breve (não)conclusão, pois são muitos ainda os textos a serem escritos, vividos. Muitas são ainda as páginas que rimam com esse tão curto desabrochar de pensamentos. Até mais ver!

Referências

ASLANOV, Cyril. *A tradução como manipulação*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF.

BRASIL. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. *Lei nº 12.319*, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta A Profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, DF.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013, 44ª edição.

LANE, Harlan. *A Máscara da Benevolência: a "comunidade surda" amordaçada*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

MAGALHÃES, Ewandro. *Sua majestade, o intérprete: o fascinante mundo da tradução simultânea*. São Paulo: Parábola, 2007.

NAJMANOVICH, Denise. *Mirar con nuevos ojos: nuevos paradigmas en la ciencia y pensamiento complejo*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

NICOLOSO, Silvana. *Uma investigação sobre marcas de gênero na interpretação de Língua de Sinais Brasileira*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2010.

PARO, Vitor Henrique. *Escritos sobre Educação*. São Paulo: Xamã, 2001.

QUADROS, Ronice Müller de. *O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

RÓNAI, Paulo. *A tradução vivida*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012a.

RÓNAI, Paulo. *Escola de tradutores*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012b.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2012, 28ª edição.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Tradução, ato desmedido*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

WILLIAMS, Jenny & CHESTERMAN, Andrew. *The Map: a beginner's guide to doing research in translation studies*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

POSFÁCIO
Por uma epistemologia das diferenças

Sandra Regina Costa de Araujo Hott[32]

A partir de onde falamos?

O que é um saber?, perguntou René Descartes (2010), refletindo sobre a questão da existência e vinculando-a à ação subjetiva. *Existir é pensar*, definiu o filósofo, esgarçando nossa tradição herdada dos gregos e assim tem sido e ainda é. Para existir culturalmente, uma categoria precisa ser nomeada, capturada na teia discursiva da língua, e, no decorrer desse processo, esta poderá ser elaborada e ressignificada pela própria fonte: a coletividade humana.

A construção de um saber formal é premente, pois permite a interface junto às instâncias de poder que determinam direitos e deveres, amplificando o alcance das categorias minoritárias nas sociedades. A presença de tradutores de LIBRAS em alguns programas, por exemplo, só foi possível por conta de anos de luta dos surdos, seus representantes e simpatizantes e, muito embora careça de ampliação, esta visibilidade é promotora da inclusão. Apenas mais recentemente encontramos maior número de rampas de acesso e marcadores sonoros nos pisos de algumas instalações de certas cidades – como se novos cidadãos, vindos do estrangeiro, desconhecidos, tivessem brotado no território nacional e se tornassem habitantes com direito de ir e vir.

É paradoxal pensarmos a produção de alguma objetividade sobre as subjetividades, mas a pós-modernidade nos impõe tal desafio, tornando-se lugar comum em boa parte das produções dos intelectuais e críticos de nosso tempo. As fórmulas tradicionais de entendimento abrigam uma tensão própria da incerteza para as definições de nosso mundo. Os humanos, feitos de alguma natureza e cultura, podem ser percebidos como imbricamentos inalienáveis, unidades híbridas complexamente interligadas entre si no tecido social. Produzir conhecimento sobre o conhecimento numa realidade não compartimentalizada tem exigido a reformulação em nossa caixa de ferramentas e das fronteiras de recortes lógicos – exigência ainda da antiga ciência clássica ou moderna.

George Berkeley (1973), o filósofo britânico empirista associacionista, pontuou a relevância da percepção – fenômeno da consciência – para a produção do conhecimento. Sem percepção não há conhecimento, simples assim! Nosso conhecimento, mesmo aquele enquadrado na tradição racional que sustenta as epistemologias, é atravessado por atos

[32] Bacharel em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995). Possui mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Foi professora assistente da Universidade Estácio de Sá por dezoito anos e atualmente é psicanalista e supervisora clínica em consultório particular.

subjetivos, o que justifica a necessidade de formalização dos acordos e leis metodológicos a partir dos quais o mundo e os sujeitos serão definidos. Ou seja, pensamentos são constructos lógicos nada espontâneos e que carecem dessas diretrizes para garantirem à ciência algum tipo de objetividade.

Qualquer realidade que possamos focar será um produto mental, tecido de linguagem com valores, conceitos e pensamentos produzidos nas interações humanas nos recortes da história. Qualquer cultura é construída por pensamentos que influenciam os humanos que, simultaneamente, produzem um efeito na própria cultura, seja perpetuando ideias ou modificando-as e, nesse movimento contínuo, é possível refletir sobre onde as transformações podem ser engendradas, caso desejemos uma sociedade mais ética, mais igualitária.

Jacques Lacan (1998) diz-nos que a linguagem precede o sujeito e que a língua não pode ser neutra, mas plena de valores que se modificarão nesse processo construtivo. Há uma determinação que nos atinge pelos signos linguísticos, mas a definição de si é mal-ajambrada nesses traços e o sujeito que surge não é pura cópia. Essa linguagem, como sabemos, não se restringe à oralidade, mas ao olhar, aos gestos, aos gostos e à corporeidade da língua manifestarão igualmente valores da cultura; talvez mais ainda, visto que esses signos não-verbais precedem a aquisição da fala no processo.

No Ocidente, anteriormente à consolidação do modelo econômico capitalista, polarizações construídas nos movimentos humanos versam contra o acesso igual aos bens sociais e sua base precede à conceituação cartesiana elaborada no *Discurso do Método para Bem Conduzir a Razão e Procurar a Verdade nas Ciências*, livro escrito a partir do sonho que Descartes teve em 10 de novembro de 1619. O Dualismo Cartesiano apenas organizou em teoria uma forma de pensar mecanicista da Europa do séc. XVII, quando natureza e cultura aparecem como formas distintas e com valores opostos. Reduzindo um pouco, temos a cultura do lado masculino caucasiano e europeu, certo tipo de Razão metrificada pela matemática e, em oposição, a natureza ao lado do feminino – ou qualquer outra existência que não a dominante – a ser dominada, explorada e submetida por uma medida de valor. Longe de superado, mas ruindo aqui e ali, subsiste o patriarcado, cujos efeitos ainda se encontram em nossos dias, não só em relação às mulheres, mas em toda forma de exclusão na diversidade humana – seja étnica, cor de pele, cultura, tipos de gênero, língua, necessidades especiais. A reflexão a respeito dessa dinâmica e a produção de um saber legitimado, uma epistemologia, retiraria o ranço do senso comum que diuturnamente é usado como justificativa para a manutenção do poder vigente.

O propósito científico tem como objetivo enunciado distinguir a verdade do erro e, para tanto, são formalizadas leis que também verifiquem eventos aleatórios de fenômenos regulares a respeito do mundo, isto é, pretende-se o estabelecimento de leis universais. Trata-se de uma imposição interpretativa que se repete ao longo de anos e incontáveis testes com respostas similares, são constructos lógicos numa linguagem humana tentando abarcar um real astrofísico inominável. Pode-se pensar que planetas e estrelas que, por não se manifestarem explicitamente, aceitariam de bom grado leis fixas estabelecidas por meio

de pesquisas. Grupos humanos silenciados são reduzidos como o restante da natureza à exclusão da linguagem e seu pensamento tem existência negada.

Bachelard diz-nos a respeito da aplicação racionalista científica: "Eis, aliás, um traço bem especial da ciência física moderna: ela se converte menos numa ciência de fatos do que numa ciência de efeitos" (1977, p. 65). Vale lembrar que verdades científicas nada têm de absolutas: sempre serão provisórias e parciais até que sejam suplantadas e, assim, umas se sustentam há muito tempo e parecem fatos perpétuos. Outros constructos lógicos, entretanto, se seguirão: melhores aparelhos, resoluções matemáticas avançadas, mas nada de megálito do saber absoluto, nada de verdade última dos eventos. E seguimos construindo verdades, buscando precisão, revendo e repetindo testes... O grande feito é saber tratar-se de um bem-dizer, um melhor-dizer, que mais embute os fenômenos em nossa lógica inventada para torná-los cognoscíveis. Não mais é possível uma verdade última das coisas ou uma leitura ótima de neutralidade absoluta e, finalmente, nenhuma reprodução precisa de certa mente do grande relojoeiro universal: verdades só humanas!

Resolvido provisoriamente o problema do fator humano, dos efeitos do olho sobre a interpretação dos fenômenos, ao ser humano a tal subjetividade representa desvios permanentes e convida a revisitar constantemente toda a sorte de leis científicas tanto na área de exatas como em humanas. Epidemiologia, Antropologia, Psicologia, História e tantos saberes estão por aí sempre refazendo percursos e buscando infinitamente leis, perspectivas para tentar dar conta da nossa complexidade, e mais diversidade surge à medida em que nos aproximamos desse humano-objeto.

> [...]É somente num outro sonho, de um sujeito absoluto e de uma reflexividade pura, que se pode sair desse círculo; sonho certamente incoerente para a lógica vígil e que só obedece, como é seu deve, à do desejo, sonho que sonham juntos, sem o saber, o espiritualismo absoluto e o cientificismo totalitário (Castoriadis, 1987, p. 159).

Obviamente, o saber científico tem mérito incalculável e é responsável por boa parte da ordenação de nosso mundo e, por esse motivo, justifica-se esse pensar aqui proposto: que se considere, epistemologicamente, a operação lógica na diversidade e não apenas a respeito de um grupo hegemônico. Penso que, em acordo com a ética, o poder exercido pelo saber oficializado deva ser francamente equitativo, construído com e pelas diferentes perspectivas dos grupos que compõem nossa sociedade para que, desse modo, possamos ter uma melhor distribuição dos benefícios derivados daquela prática. Uma epistemologia equânime enriqueceria e agregaria novidades interessantes vindas de saberes deliberadamente excluídos.

Planetas talvez não se importem, por enquanto, com tantas teorias a eles impostas, mas nosso ambiente imediato tem sido diretamente afetado desde que nossa espécie deu passos tecnológicos que permitiram nossa sobrevivência. A ciência produz, não é inócua, para qualquer eventualidade que se possa pensar.

Se os pensamentos de Sócrates, Platão e Descartes privilegiam a razão como caminho único para a produção do conhecimento verdadeiro e, sendo isso válido na produção científica, quais pressupostos podem ser eleitos para guiar esse percurso intelectual e quem determinará isso? Certamente as falas incluídas nos discursos existentes e, de novo, a visibilidade será necessária. Embora os filósofos operem na dúvida, algumas verdades são impostas como naturais por intermédio de jogos que muito se distanciam da neutralidade, da assepsia necessária ao princípio da objetividade. Que tópicos serão selecionados, quais autores ou princípios? Quem determinará o que é relevante? Voltando-nos às pesquisas, como ilustração, quais dessas merecerão financiamentos para que possam ser realizadas? O conhecimento científico é um artificio de produção de verdades, mas há uma superestrutura que opera capital como valor e esse movimento afeta o mundo que temos agora e nosso futuro. Seguiremos com essa breve reflexão no próximo tópico.

Para quem falamos?

As falas diversas que compõem uma cultura anunciam pensamentos, desejos, queixumes, contentamentos. Descrever uma realidade através de um veículo reificado pode ou não expor a existência de culturas garantindo espaço junto à polifonia das diversidades num certo espaço. Há muito trabalho e algum resultado significativo, embora restrito, no processo equitativo desses pensares das minorias – embora sejam muitos. Racismo, por exemplo, só pode ser entendido como um mal a ser combatido se ganhar visibilidade e, portanto, existência, do mesmo modo que estigma e discriminação entre diferentes formas de estar e perceber o mundo. É necessário que se possa fazer compreender do que se trata, das implicações históricas da exclusão dos povos escravizados no passado e do processo que leva à realidade ora discrepante dos descendentes desse processo violento. Uma vez conhecido pelo tecido social, podemos pensar em medidas legais, sociais, culturais e equânimes que visem alguma reparação pequena, mas com consistentes efeitos contemporâneos e futuros. O silenciamento dessa fala e de outras de grupos minoritários bloquearia desde o início esse processo todo que mencionamos, ou seja, só há sentido em promover ações integrativas e reparadoras a um certo grupo se o conhecimento, a premissa de existência do racismo, estigma, discriminação, desvio da norma majoritária em nosso meio, puder ser dito. Falar é fazer existir.

E, para atingir esse efeito, esse pensamento expresso em fala precisa ser incluído nos caminhos oficiais de transmissão de conhecimento. Quem melhor sabe sobre uma existência de um surdocego que o próprio vivente surdocego? Ser falado retira do outro seu protagonismo e há diversos mecanismos que mantêm essa exclusão de acesso a uma fala oficializada que optou por uma via da oralidade ou escrita como esse texto que agora o leitor tem em mãos.

> [...] Podes dizer-me, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui?
> Isso depende muito de para onde queres ir – respondeu o gato.
> Preocupa-me pouco aonde ir – disse Alice.
> Nesse caso, pouco importa o caminho que sigas – replicou o gato (Carroll, 1999, p. 81).

A palavra mais precisa aqui é Protagonismo, a participação de diferentes. O mundo binário organiza forças de dominação e dominados nas práticas discursivas que sustentam valores de nosso mundo, seja no campo científico e no senso comum. Uma epistemologia da diferença inicia todo o processo buscando redesenhar esse jogo de forças e devendo incluir, equitativamente, perspectivas diferentes e retirando pensares hegemônicos. A diferença produzirá sempre tensão num campo semântico polifônico onde a fala seja incluída. Precisa existir esse registro do pensamento no campo científico dito por cada um, e o que ainda temos hoje é diverso; grupos são falados e não ouvidos em teorias simplificadoras de aspiração totalizante.

O processo identitário das minorias fica prejudicado pela maciça representação social que perpetua categorias definitórias, que dificultam tanto o valor social, quanto o próprio desejo. 'Deficiente' e algum adjetivo! A linguagem se encarrega de perpetuar a degradação do valor de um sujeito adesivado daquela forma. Tudo o mais faz parecer secundário após um *déficit* categorizado num carimbo, num documento qualquer. Novamente, a língua é um veículo opressor. A desconstrução dessa prática se dá inclusive nas formas contemporâneas de veículos de comunicação. Crenças, valores e práticas culturais construídos por grupos de poder são naturalizados e replicados no tecido social e, em algum momento, se tornam alguma verdade derramada ao senso comum que segue na educação, moldando e repetindo (Moscovici, 2003; Jodelet, 2001).

Em outras palavras, um repertório simbólico é comunicado pelas diferentes linguagens de que dispõe a humanidade, gerando as representações sociais num jogo de forças assimétrico, onde certos grupos detêm poder sobre essa produção discursiva e outros apenas a replicam. Com o passar do tempo, esses discursos passam a ser tomados como verdades em si, submergindo o processo construtivo e o grupo de origem daquele pensamento. Novamente, a presença discursiva dos grupos excluídos nas escolas, produções acadêmicas e meios de comunicação de massa possibilitaria a inserção na formação conceitual pela via cognitiva e a ressignificação aqui proposta. Moscovici (2003) determina dois processos passíveis de intervenção e modificação nas representações sociais: ancoragem e objetivação.

A ancoragem opera no aspecto simbólico dos conceitos, identificando-os a categorias já conhecidas dentro dos signos culturais, como se reduzissem elementos novos aos já naturalizados. Como exemplo, o termo 'idiota' (originário do grego e usado para se referir a homens de mente restrita no sentido político) é utilizado em psicopatologia para classificar um sem número de quadros que hoje se classificam dentro dos quadros psicóticos ou esquizofrenia. Outro exemplo é o que se refere ao retardo no desenvolvimento cognitivo, chamado de 'retardado' – um conceito igualmente generalizado junto ao senso comum. Vemos, ainda hoje, estes dois termos sendo usados de modo depreciativo, para representar, de modo menor, algum sujeito que pense ou se comporte de forma diversa de algum padrão igualmente construído. De um quadro de funcionamento mental diverso, observa-se o desdobramento do significado para todo e qualquer desvio biopsíquico de alguma norma estabelecida para a diminuição, a redução, a esse traço de diferença como sendo um desvio de ordem moral. Todo esse processo discursivo produz efeitos de falsa

superioridade de uns e opressão de outros e, uma vez naturalizado, segue por gerações enquanto não for revisitado em novos discursos que busquem a equidade.

A objetivação é um segundo operador das representações sociais, no qual o que difere do acordo comum será rotulado de modo sempre pejorativo para reduzir seu valor social e poder de mudança. Comportamentos e pensamentos diversos, corpos e línguas diferentes sempre trazem novas possibilidades de ser e estar no grupo, e desafiam a repensar o *status quo* estabelecido. E se um surdo dirige muito bem um carro, utilizando referências de controle diverso? Se um cadeirante se torna diretor de excelência em uma grande empresa ou uma mulher com trinta anos decide permanecer solteira e não deseja ter filhos? Se um casal homoafetivo decide adotar uma criança ou uma mulher negra se casa com um homem branco? Mudanças em comportamentos naturalizados sofrem conotações morais, e todo desvio precisará ser submerso em alguma etiqueta que reduza o valor e silencie as dúvidas. O louco, a puta, o idiota, o mudo, o bíblia, o aleijado, o irresponsável, o macumbeiro, o bêbado e tantos outros vocabulários de ódio e desqualificação passam a substituir a inocência da dúvida sobre a alteridade. As representações sociais são constructos lógicos que favorecem a coesão e noção de pertencimento dos sujeitos aos grupos. Embora seja uma narrativa de senso-comum, nela estamos todos, letrados ou não, pois descrever os eventos de nosso mundo é algo que não se restringe ao percurso científico, mas ao pensar humano. Entretanto, quanto mais amplo forem os conceitos e conhecimento disponíveis, podemos antever uma maior complexidade nas representações que os sujeitos podem produzir a respeito do cotidiano. A exposição às diferentes interpretações de nossa realidade afeta positivamente nossa capacidade crítica, nosso vocabulário e próprio modo de ver.

Foi mencionado anteriormente que os sujeitos desde o início são diretamente afetados pelos conceitos pré-existentes e transmitidos pela aquisição da cultura. Nós lemos signos verbais e não-verbais, a linguagem que nos precede e, nesse tecido, nos tornamos humanos e pertencentes ao grupo familiar e, posteriormente, a outros tantos grupos, ao longo de nossa vida. Há aqui a possibilidade de mudanças na própria estrutura que nos acolheu e de se refazer conceitos, sempre partindo de uma base que se tornará mais complexa na medida em que maior seja o nosso acesso às diferentes visões de mundo.

Cabe lembrar que "trocar" certas representações por outras, abandonando qualquer perspectiva de se obter uma verdade última definidora, pode vislumbrar uma aproximação mais ética do que seja o diverso. Claramente, qualquer objetividade fechada deve perder-se, mas, só assim, adentraremos na subjetividade, onde representações cristalizadas poderão ser refeitas criando um campo social mais equânime pela consideração das interpretações de mundo singulares.

Pensar e registrar visões de mundo concebidas pelo outro amplifica a própria visão construída, gerando crises e possibilidades de novos acordos. Uma epistemologia da diferença – a inclusão discursiva da diferença como objeto de consideração na construção de nossas verdades – se torna possível apenas em períodos de crise paradigmática no sentido que nos é dado por Thomas Kuhn (1997). Temos aqui um enorme desafio, mas algo

inclusivo que poderá apenas somar; ampliando o repertório de discursos, ampliamos qualitativamente nossa possibilidade de pensar e representar a realidade.

Nos primórdios da ciência, a redução à matemática que sucedeu o mundo mítico teve uma função revolucionária, redefinindo o humano e produzindo artefatos tecnológicos que contribuíram para a nossa sobrevivência enquanto espécie. Contudo, os excessos geraram danos ao ambiente bem como a desigualdade de acesso às benesses. A política influencia diretamente o que se considera relevante nos recortes que são escolhas direcionadas, e alterações neste tipo de seleção dependem de atuação naquela esfera das organizações. O tanto de avanço no processo de inclusão das minorias que experimentamos é fruto dessa inserção discursiva nas ruas, instâncias legais e nas academias de ciência e, ainda mais, o protagonismo onde um lugar de visibilidade é ocupado por pessoas excluídas anteriormente por um traço qualquer, seja pela cor da pele, pelo gênero, pela condição de ver e/ou ouvir, pela condição de caminhar sobre rodas ou qualquer outra forma de experienciar o mundo que habitamos.

Essa presença nos grupos transforma percepções crônicas de incapacidade estruturadas pelas representações sociais. As interpretações sempre valorativas se fazem a todo instante, a partir da percepção ingênua referendada nos conteúdos passados pelas comunidades majoritárias e/ou minoritárias. Os meios de comunicação de massa e a educação formal também contribuem para a construção das representações; entretanto, essas não são as únicas vias de acesso a esses processos.

A produção científica, ainda que reduzida, confere um lugar social de poder ao conteúdo publicado e que, uma vez disseminado, afeta em algum momento pontos de uma rede informacional, modificando-a eventualmente. É impossível prever com exatidão os efeitos de uma epistemologia da diferença ao longo do tempo e espaços, mas, certamente, esse pensar se aproximará mais da diversidade inerente à humanidade. A pluralidade polifônica oficializada é um projeto já iniciado por um trabalho árduo de diversos cientistas e pensadores e já temos muitos efeitos em nossa sociedade. Permanece o desafio da inclusão de pessoas e seus pensamentos, suas visões de mundo, como contribuição efetiva para a construção de uma sociedade mais rica e efetivamente democrática.

Entretanto, o *savoir-faire* da maioria de nossa humanidade apontam em outra direção. Colocam a epistemologia da diferença em um embate e questionamento constantes. Desse modo, ter a possibilidade de fechar o presente livro, cujo os capítulos corroboram essa reflexão, põe em cheque verdades científicas que se colocam como inabaláveis frente às práticas e desafios cotidianos enfrentados por pessoas e grupos sociais que, paradoxalmente, não se oprimem, a despeito da opressão social e discursiva que vivem.

Referências

BACHELARD, Gaston. *A Epistemologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BERKELEY, George. *Tratado Sobre os Princípios do Conhecimento Humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CARROLL, Lewis. *Alice no País das Maravilhas*. São Paulo: Editora Objetivo, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

DESCARTES, René. *Discurso do Método para Bem Conduzir a Razão e Procurar a Verdade nas Ciências*. São Paulo: Leopardo Editora, 2010.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In JODELET, Denise. (Org.) *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997, 5ª edição.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

Sobre os autores

Alexandre Luiz Lopes Pinto

Ator Surdo filiado ao CIACS. Graduação em Letras/LIBRAS (UFSC). Curso de Formação Teatral no *National Teatle Deaf* (EUA) e no Grupo Teatral Moitará/RJ. Certificação no Exame PROLIBRAS (UFSC-MEC). Técnico em Informática pelo IBGE (aposentado). Membro do Ponto de Cultura "Palavras Visíveis" (Grupo Moitará). Ex-membro da Companhia de Teatro do Absurdo, Companhia Surda de Teatro e Teatro Brasileiro de Surdos.

Ana Regina e Souza Campello

Doutorado em Educação (UFSC). Graduação em Pedagogia (UERJ) e Biblioteconomia e Documentação (USU). Certificação no Exame PROLIBRAS (UFSC-MEC) e Exame de Proficiência em Língua Portuguesa (CELPE). Professora Adjunta do INES. Membro efetivo do Curso de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue (INES/DESU). Membro colaborador do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI-UFF). Professora do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Interculturalidade e Descolonização na Educação de Surdos (INES). Membro da REDSurdos (Rede Latino Americana de Surdos).

Antônio Campos de Abreu

Especialização em LIBRAS (IBPGE). Graduação em História (UNIVERSO). Professor de História e Geografia da Escola Estadual Francisco Sales. Ex-Presidente da FENEIS. Ex-Coordenador-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos.

Magno Prado Gama Prates

Mestrando em Letras (UNIR). Especialização em LIBRAS (Faculdade Eficaz). Graduação em Pedagogia (UNOPAR) e Letras/LIBRAS (UFPB). Professor da UNIR. Coordenador do Programa dos Direitos Humanos da FENEIS.

Maria Izabel dos Santos Garcia

Doutorado em Antropologia (IFCS-UFRJ). Mestrado em Psicologia e Práticas Sócio-Culturais (UERJ). Graduação em Psicologia (FEFACEL). Certificação no Exame PROLIBRAS (UFSC-MEC). Professora Adjunta do INES. Membro efetivo do Curso de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue (INES/DESU). Membro colaborador do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI-UFF). Coordenadora do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Interculturalidade e Descolonização na Educação de Surdos (INES). Pesquisadora titular do CELEI. Membro da REDSurdos (Rede Latino Americana de Surdos).

Rebeca Garcia Cabral

Especialização em *Digital Transformation Innovation* (Zonngo Perú). Graduação em Museologia (UNIRIO) registrada no COREM 2ª Região (RJ/MG/ES). Membro da REDSurdos (Rede Latino Americana de Surdos).

Ruan Sousa Diniz
Mestrando em Estudos Linguísticos, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Professor substituto na UFRJ. Professor do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Interculturalidade e Descolonização na Educação de Surdos (INES). Tradutor-intérprete de LIBRAS/Português na UNIRIO. Professor-tutor da UNIASSELVI. Professor de LIBRAS no Instituto INFNET. Membro da REDSurdos (Rede Latino Americana de Surdos).

Sobre a obra da capa

Nancy Rourke nasceu na Califórnia em família ouvinte. Quando jovem, a artista estudou design gráfico e pintura no Instituto Técnico Nacional para Surdos, em Nova Iorque, onde também se diplomou como mestre. Em 1979, pela primeira vez, a pintora expôs as suas obras na Galeria Nacional de Arte, em Washington; mas, naquele momento, por desconfiar de suas possibilidades no mundo arte, abandonou a pintura, deixando paleta, telas e pincéis como atividade secundária. Desde então Rourke trabalhou como designer gráfica em grandes e prestigiadas empresas, como Xerox e 20th Century Fox. Em 2010, envolveu-se com as Artes Surdas: ali descobriu a sua paixão e passou a se dedicar, em tempo integral, às artes plásticas. Muito influenciada por Henri Matisse, Andre Derain e outros pintores fovistas, suas telas trazem à baila questões ligadas às culturas e comunidades surdas. História da surdez, bilinguismo, militância surda, ouvintismo/audismo, em traços e cores muitos peculiares da artista[33].

Sua obra que ilustra a capa deste livro retrata um grupo de Surdos a discutir sobre o livro "Entendendo a Cultura Surda: Em Busca da Surdidade", escrito pelo Dr. Paddy Ladd. Há um cachorro surdo embaixo da mesa com uma coleira que diz "Cão surdo, eu sei ASL". Há uma foto emoldurada de Laurent Clerc na parede. Esta foi uma das primeiras pinturas surdas feitas em 2010[34].

[33] Ver em https://culturasurda.net/2011/12/10/nancy-rourke/

[34] Ver em https://www.nancyrourke.com/understandingdeafculture.htm

Nancy Rourke nació en California en una familia que escucha. De joven, la artista estudió diseño gráfico y pintura en el Instituto Técnico Nacional para Sordos, en Nueva York, donde también se graduó como maestra. En 1979, por primera vez, la pintora exhibió sus obras en la Galería Nacional de Arte, en Washington; pero, en ese momento, porque sospechaba de sus posibilidades en el mundo del arte, abandonó la pintura, dejando la paleta, el lienzo y los pinceles como una actividad secundaria. Desde entonces, Rourke ha trabajado como diseñador gráfico en compañías grandes y prestigiosas, como Xerox y 20th Century Fox. En 2010, se involucró con las Artes Sordas: allí descubrió su pasión y comenzó a dedicarse, a tiempo completo, a las artes visuales. Muy influenciada por Henri Matisse, Andre Derain y otros pintores fovistas, sus lienzos traen temas relacionados con las culturas y comunidades sordas. Historia de sordera, bilingüismo, militancia sorda, oyentismo/audismo, en rasgos y colores muy peculiares del artista.
Su trabajo que ilustra la portada de este libro muestra a un grupo de personas sordas discutiendo sobre el libro "Comprendiendo la Cultura Sorda: En Busca de la Sordedad", escrito por el Dr. Paddy Ladd. Hay un perro sordo debajo de la mesa con un collar que dice "Perro sordo, sé ASL". Hay una foto enmarcada de Laurent Clerc en la pared. Esta fue una de las primeras pinturas de sordos realizada en 2010.

Nancy Rourke was born in California to a listening family. As a young woman, the artist studied graphic design and painting at the National Technical Institute for the Deaf in New York, where she also graduated as a master. In 1979, for the first time, the painter exhibited her works at the National Gallery of Art in Washington; but, at that moment, because he was suspicious of his possibilities in the art world, he abandoned painting, leaving palette, canvas and brushes as a secondary activity. Since then Rourke has worked as a graphic designer in large and prestigious companies, such as Xerox and 20th Century Fox. In 2010, he became involved with the Deaf Arts: there he discovered his passion and started to dedicate himself, full time, to the visual arts. Much influenced by Henri Matisse, Andre Derain and other fauvist painters, his canvases bring up issues related to deaf cultures and communities. History of deafness, bilingualism, deaf militancy, audism, in very peculiar traits and colors of the artist.
His work that illustrates the cover of this book depicts a group of Deaf people discussing about the book "Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood", written by Dr. Paddy Ladd. There is a deaf dog under the table with a collar that says "Deaf Dog, I know ASL". There is a framed photo of Laurent Clerc on the wall. This was one of the first Deaf art paintings that was done in 2010.

Esta obra forma parte del Sello Editorial Revoluciones Sordas de Ediciones CELEI.

Concebida como una estrategia de difusión del conocimiento y la reflexión práctica sobre los desafíos que enfrenta la educación de la multiplicidad de diferencias en el contexto de la Justicia Educativa.

La presente obra se editó por primera vez en agosto de 2020, en los talleres de Ediciones CELEI. En su composición se utilizó Candara, a través del programa Adobe Systems.

Este livro é uma construção coletiva, atravessada pelo protagonismo dos surdos. Para além dos aspectos epistêmicos, o mesmo foi idealizado com o objetivo de trazer à tona diferentes fazeres que apontam na direção de um questionamento permanente acerca do que envolve o pertencimento a esse grupo social. Os textos que o compõe coadunam com um processo mais amplo de reflexão sobre a educação dos surdos brasileiros.

Ressaltamos que os questionamentos apresentados por membros das comunidades de surdos ao longo desse livro, estão longe de revelar todas as questões imbricadas na heterogênese que envolve o debate sobre cultura, identidade e língua tão arraigados no embate entres surdos e ouvintes. Interessante, entretanto, que sua composição final tenha ocorrido em um momento bastante singular no exercício constante da militância desse grupo. No momento atual, no Brasil, membros surdos dessa comunidade estão à frente de importantes cargos no cenário político. Seja ocupando cargos junto ao governo, seja à frente de instituições educacionais, é fato que esse embate nunca foi tão efervescente e profícuo.

Esta seria uma pedra angular na reconstrução cultural, política, institucional e jurídica das formas de organização da vida cotidiana. As diferenças não deveriam significar desigualdade social, mas pluralidade. Para isso, é preciso incorporar a diversidade da experiência de diferentes grupos e indivíduos, mas, sobretudo, dar espaço para que os excluídos falem por suas próprias vozes, constituam-se como sujeitos de suas próprias vidas.

Maria Izabel dos Santos Garcia
Investigadora del Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva (CELEI), Chile

EDICIONES CELEI
Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva (CELEI)

Primer centro de investigación creado en ALAC y en Chile, dedicado al estudio teórico y metodológico de la Educación Inclusiva. Articula su actividad desde una perspectiva inter, post y para-disciplinar.